

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Família Igualitária:
A democracia no âmbito público e no privado

Clarissa Gonçalves Garcia

Orientador: Prof. Dr. Russell Parry Scott

Recife
2003

Aos meus filhos,
Adriano e Rodrigo

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. Metodologia	6
3. Idéias, Teorias e Temas Centrais: do patriarcalismo à democracia familiar	11
4. Os Ideais Democráticos e a Sexualidade na Família Igualitária	33
5. As Relações entre a Ideologia Igualitária, a Política e a Religião	48
6. Conseqüências da Ideologia Igualitária sobre a Vida Profissional	60
7. Entre a Autonomia e a Permissividade: o grande desafio da educação igualitária	76
8. Considerações Finais	94
9. Bibliografia	103
10. Anexos	108

Quadros

1. Composição da Amostra – Cap. 2	9
2. Podiam transar com namorado(a) no próprio quarto - Cap. 4	44
3. Participação Política dos pais – Cap. 5	53
4. Religião – Cap. 5	53
5. Profissões e tipo de escola – Cap. 6	63
6. Profissões dos irmãos dos entrevistados – Cap. 6	63
7. Tarefas domésticas assumidas pelo pai, na família de origem e separação ou não de casais – Cap. 7	83
8. Tarefas domésticas assumidas pelo pai, na família de constituição, situação conjugal e filhos – Cap. 7	83

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este trabalho, quero agradecer, em primeiro lugar, aos meus entrevistados, pela paciência e confiança que me dedicaram, sem as quais esta pesquisa não seria possível.

Ao meu inestimável orientador, Parry Scott, agradeço pelas observações, críticas e elogios refinados e estimulantes.

À minha querida socióloga e mãe, Vileni Garcia, agradeço por estar sempre disponível e entusiasmada para discutir as questões levantadas pelo tema.

Também aos professores e amigos que estiveram amparando minhas dúvidas e dilemas, entre eles: Antônio Motta, Conceição Lafayette, Cristina Buarque, Judith Hoffnagel, Lúcia Padilha Cardoso, Márcia Longhi, Marilyn Senna, Marion Teodósio de Quadros, Ronaldo Sales, Socorro Góes, Zaíra Ary.

Agradecimentos à CAPES pela bolsa que possibilitou a dedicação exclusiva a este mestrado.

RESUMO

FAMÍLIA IGUALITÁRIA: a democracia no âmbito público e no privado

O presente estudo debate as recentes mudanças na família, analisando famílias identificadas com a ideologia igualitária, caracterizadas, basicamente, pela rejeição da hierarquia de gênero e do autoritarismo nas relações entre as gerações. A pesquisa focaliza este tipo de família inserida nas camadas médias urbanas brasileiras e está baseada em uma amostra qualitativa de entrevistas em profundidade com filhos adultos destas famílias. O objetivo foi analisar a transmissão desta ideologia – dos pais para os filhos – através do ponto de vista destes e identificar se houve ruptura ou continuidade ideológica entre as gerações. A politização que caracteriza este tipo de família no Brasil transfere habilidades e conceitos da democracia para as relações familiares. O principal instrumento utilizado é o diálogo, instaurador de um processo constante de negociações entre mulheres e homens e entre filhos e pais.

ABSTRACT

THE EQUALITY FAMILY: democracy in the public and private spheres

This study discusses recent changes in the family today, analysing families identified as operating with an ideology of equality, characterized, basically, by the rejection of both gender hierarchy and authoritarianism in intergenerational relations. The research focuses this kind of family in the context of urban middle-class in Brazil and it is based on a qualitative sample of interviews-in-depth with adult children of these families. The objective is to analyze the transmission of this ideology – from parents to children – as seen by the latter and to identify if there was a breaking or a continuation of ideology between generations. The political activist ideology of this type of family in Brazil influences the transmission of democratic abilities and concepts from the public sphere to the more private sphere of family relations. The main instrument in this process is dialogue, which founds a constant process of negotiations between women, men, children and parents.

Não compreendemos a liberdade sem igualdade;
porque a liberdade na desigualdade
é o privilégio, isto é, a felicidade de alguns
fundada sobre o sofrimento de outros.

Bakunin

Aquele que fala de Revolução
sem mudar a vida cotidiana,
tem na boca um cadáver.

Paris 1968

1. INTRODUÇÃO

A existência de novas e mutantes formas da instituição familiar já é uma unanimidade na literatura acerca da família. Algumas mudanças semelhantes têm sido observadas em muitos países do Ocidente, configurando uma tendência geral, associada ao contexto econômico, às mudanças no mundo do trabalho, à difusão generalizada da informação, etc. Entre estas mudanças, podemos destacar algumas: a erosão do poder patriarcal, a diminuição do tamanho das famílias, a inserção das mulheres no mercado de trabalho remunerado, o poder de controle das mulheres sobre a reprodução. O modelo patriarcal, antes hegemônico, passa, pouco a pouco, a ser contestado mais amplamente e, em vários casos, a ser alterado, modificado.

As mudanças não foram uniformes, gerando variados tipos de arranjos familiares, o que nos impossibilita de falar em um novo modelo de família para o qual a maioria da sociedade esteja convergindo. No presente estudo, focalizamos famílias identificadas com a ideologia igualitária, inseridas nas camadas médias urbanas brasileiras, dotadas de alto nível de instrução e de acesso à informação. O igualitarismo representa um valor integrante de um ideário político-filosófico preocupado com a igualdade social, a liberdade e a democracia na esfera pública. A transposição destas idéias para a esfera privada, para a família, se deu principalmente através das mulheres e dos jovens, por volta da década de 60, que eram os mais interessados em promover mudanças numa hierarquia que ainda os afeta diretamente. Estabelecendo uma coerência entre a teoria igualitária e a prática cotidiana da igualdade na vida privada, as mulheres e os jovens manifestaram sua insatisfação com as desigualdades de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres e com o autoritarismo do pátrio poder.

A expressão “família igualitária” é utilizada por Sérvulo Figueira (1987), em oposição à “família hierárquica”:

“Na família hierárquica, a identidade é, então, posicional: todos tendem a ser definidos a partir de sua posição, sexo e idade. (...) Na família igualitária, a identidade é idiossincrática: homem e mulher se percebem como diferentes pessoal e idiossincriticamente, mas como iguais porque indivíduos. As diferenças pessoais subordinam as diferenças sexuais, etárias e posicionais”(1987:16)

Figueira ressalta que tudo isto representa o ideal igualitário de família e não uma realidade concreta. Da mesma forma, ressalto que as famílias abordadas pela presente pesquisa aspiram a um ideal igualitário, apresentando traços variados deste perfil. Não é possível encontrar uma família igualitária em estado puro.

Uma variante do conceito, mas de conteúdo semelhante, é a expressão “família democrática” de Giddens (2000: 105), caracterizada pelos seguintes princípios

Igualdade emocional e sexual Direitos e responsabilidades mútuos nos relacionamentos Co-paternidade Contratos vitalícios de paternidade Autoridade negociada sobre os filhos Obrigações dos filhos para com os pais A família socialmente integrada

Outros autores, como Salem (1989), Sarti (2000), também utilizam o termo “igualitário” para qualificar o casal e as relações familiares, respectivamente. Outro

termo semelhante, estabelecendo uma dualidade com a família tradicional, é a "família de transição", empregado por Medina (1990).

Em minha primeira pesquisa sobre o tema (Garcia, 1999), para a monografia de graduação, entrevistei indivíduos que haviam nascido em famílias tradicionais, mas que constituíram famílias igualitárias, ou pelo menos pretenderam constituir. O objetivo era captar a percepção destas pessoas sobre as mudanças que planejaram e as que consideraram ter alcançado, numa comparação com o modelo de família de sua família de origem.

Dando continuidade ao estudo da mudança em famílias de projeto "igualitário" nas camadas médias, a presente pesquisa propõe-se a abordar uma segunda geração de famílias com este perfil - ou seja, filhos, já adultos. **Pretendemos enfocar a transmissão da ideologia igualitária – dos pais para os filhos – através do ponto de vista destes. A análise desta transmissão nos permite avaliar a questão da reprodução e da continuidade, nestas famílias, dos ideais e valores igualitários, a forma como essa ideologia afeta as relações na família e a ocorrência ou não de uma ruptura geracional.** O núcleo principal da abordagem se deu em volta dos seguintes temas, considerados importantes meios de transmissão: a orientação sexual/gênero, a profissional, a política e a religiosa (adotadas pelos pais em relação aos filhos). Todos estes temas estão intrinsecamente ligados à questão da hierarquia e das relações de poder, dentro e fora da família. Na família tradicional, estes valores e normas dirigem-se para a conformação do sujeito à hierarquia:

1. A orientação sexual/gênero, através do controle do próprio corpo da mulher e, no homem, a preparação para ser um controlador de corpos de mulheres.

2. A orientação profissional, através do treinamento para mandar e ser mandado no mundo do trabalho (de acordo com a situação) e para a manutenção e quem sabe, ascensão do *status*.
3. A orientação política, que fornece ao sujeito um mapa do poder na sociedade, indicando onde ele deve se posicionar na esfera pública: apoiando seus superiores na manutenção da hierarquia de classes.
4. A orientação religiosa, que legitima a hierarquia de sexo/gênero e entre pais e filhos, já que atribui a ela uma origem divina, original e universal. Os mitos e parábolas religiosos são modelos de uma hierarquia original: a própria relação entre Deus e o mortal é um modelo de hierarquia para as demais relações sociais. Desta forma, ela é um importante instrumento de manutenção e transmissão da hierarquia nas famílias tradicionais.

Portanto, considero que o primeiro núcleo controla o corpo, o segundo controla a produção, o terceiro controla as relações sociais e o quarto controla a mente, a moral. Apesar desta simplificação esquemática, é importante ressaltar que estes núcleos de controle estão constantemente interconectados, reforçando-se mutuamente. O papel da religião, por exemplo, no controle da mente, do inconsciente, se estende sobre o corpo e todas as outras esferas, atuando pela via simbólica. Além disso, todos esses domínios também se articulam com a lógica econômica capitalista, reproduzindo as relações de subordinação de classe, no mundo do trabalho (ver Scott, 1996), determinando os espaços públicos destinados à mulher, enfim, formando uma complexa teia de dispositivos cuja função é enrijecer a estrutura hierárquica, dificultando a mudança.

Nas famílias regidas pela ideologia igualitária, procura-se, ao contrário:

1. Dotar os indivíduos das informações necessárias para que cuidem de seus próprios corpos, com autonomia para si e respeito à autonomia do outro;
2. Estimular a realização pessoal e o benefício social através da profissão;
3. A politização com o objetivo de tornar a sociedade mais democrática, sem exploração, com igualdade de oportunidade para todos;
4. A liberdade de escolha entre ter ou não uma religião, colocando acima de tudo a capacidade crítica e a de questionar.

Estes temas serão desenvolvidos nos capítulos seguintes, acompanhados pela análise dos dados. Na metodologia estarão descritos os procedimentos da pesquisa, assim como o perfil do nosso universo e da amostra. No capítulo 1, “Idéias, Teorias e Temas Centrais” serão tratadas as teorias que gravitam em torno dos temas da família e do igualitarismo. No seguinte, “Os Ideais Democráticos e a Sexualidade na Família Igualitária”, o tema da sexualidade será abordado, procurando perceber o modo a questão como foi tratada e recebida pelos filhos, quais estratégias foram usadas para a construção de relações igualitárias, em termos de gênero e geração, e a avaliação dos filhos sobre os resultados. O próximo capítulo “As Relações entre a Ideologia Igualitária, a Política e a Religião” analisa estas relações e suas implicações na família, nas questões de gênero e na visão de mundo dos filhos. O capítulo “Conseqüências da Ideologia Igualitária sobre a Vida Profissional” examina os efeitos dos valores e posturas igualitárias dos pais sobre a orientação profissional dos filhos e suas conseqüências sobre o trabalho, o processo de independência e suas dificuldades. No último capítulo, “Entre a Autonomia e a Permissividade”, o foco dirige-se a um elemento central das relações igualitárias, a autonomia, e suas complicações: a permissividade como uma acusação da sociedade sobre uma espécie de fracasso da família, na perda do equilíbrio entre a liberdade e as normas. Por fim,

o capítulo de “Considerações Finais” permitirá uma maior conexão entre os temas envolvidos, levando em consideração o objetivo de analisar a transmissão dos valores igualitários, sua possível reprodução e a avaliação dos filhos entrevistados sobre estes valores e a consequência deles sobre suas vidas. O Anexo traz alguns quadros com informações adicionais sobre a amostra, os quais, embora não nos permitam generalizações, nos ajudam a melhor definir o perfil de nossos entrevistados, assim como o roteiro de entrevista.

2. Metodologia

A abordagem metodológica da pesquisa é de natureza qualitativa. O universo do estudo é composto pelo que denominamos a “família igualitária”, cujos critérios para identificação e que orientaram a seleção dos entrevistados são os seguintes:

- Orientação para valores de igualdade de gênero
- Decisões da família baseadas em negociações e não em hierarquia
- Os papéis sexuais e as obrigações entre pais e filhos não são mais claramente preestabelecidos
- Projetos individualistas voltados para a realização pessoal
- Educação dos filhos baseada no diálogo e não no autoritarismo tradicional

Os procedimentos metodológicos adotados tiveram como núcleo central a composição de uma amostra intencional, estruturada através de indicações sucessivas de pessoas com características que a classificassem no modelo igualitário. Para tanto, a geração do primeiro núcleo de entrevistados se deu através de observadores

qualificados do universo em estudo, aos quais foi explicitado o conceito de família igualitária utilizado, resumido da seguinte forma: famílias orientadas pela igualdade de gênero e pelo diálogo na educação dos filhos. Foi esclarecido o questionamento desses intermediários, quanto ao efetivo igualitarismo das famílias que conheciam. Foi alegado, então, que esta classificação não representaria um espelho fiel da realidade, mas, pelo menos, uma proposta ou uma intenção nesse sentido. No início, a idéia era adotar o método de bola de neve, mas ele nem sempre funcionou, o que exigiu um procedimento misto. Algumas indicações se deram a partir de pessoas conhecidas a quem pedi ajuda ou, por exemplo, como resultado de conversas casuais sobre o assunto, nas quais alguma pessoa citava uma família com perfil igualitário e era solicitada a fazer o contato. Esforcei-me para estimular conversas sobre este tema em muitos lugares: mesas de bar, casas de amigos, etc., com a intenção de que me levasse à indicação de famílias e, também, para captar as impressões das pessoas sobre o assunto. Apesar de não utilizar a idade como critério de inclusão na amostra, o próprio contexto histórico do tema seleciona naturalmente pessoas cujos pais eram jovens na década de 60. Foram entrevistadas dez pessoas, representando dez famílias, já que as questões envolviam dados de todos os irmãos.

As dimensões e a metodologia desta pesquisa assemelham-se ao estudo de Tânia Salem “O Velho e o Novo”(1980). Em seu trabalho, realizado com oito famílias, Salem afirma que várias questões o submeteram a limitações, entre as quais destaco as seguintes, pela semelhança que têm com os da minha pesquisa:

“a dificuldade de encontrar famílias que se dispusessem a permitir uma entrada em sua intimidade e que, além disso, se adequassem aos requisitos estipulados pela pesquisa. Nessas circunstâncias, intenções mais ambiciosas quanto ao número de famílias a serem

estudadas tiveram que ser restringidas: os dados coletados dizem respeito a apenas oito famílias. Essas famílias foram contactadas por intermédio de amigos, alunos e familiares, que, tendo conhecimento das exigências estabelecidas, se mobilizaram para me auxiliar na tarefa de encontrar...”(21)

É necessário salientar que Salem entrevistou todos os membros das oito famílias, enquanto que eu entrevistei apenas uma pessoa de cada família¹. A limitação ainda maior pode ser explicada pelo tempo disponível: as entrevistas de Salem foram realizadas entre novembro de 1975 e junho de 1976, enquanto aqui, no contexto de um mestrado de 24 meses, três deles foram dedicados ao campo. Apesar disto, busquei coletar o máximo possível de informações sobre todos os irmãos, para compor uma idéia do conjunto e não focalizar apenas o entrevistado.

Estamos conscientes da impossibilidade de generalização, por não se tratar de uma amostra representativa, como também a de Salem. No entanto, as deduções extraídas são relevantes, se levarmos em conta que trata-se de um estudo sobre um grupo muito específico, que atingiu rapidamente uma série de recorrências nos depoimentos.

Como técnica de coleta de dados, foram utilizadas entrevistas em profundidade, com roteiro semi-estruturado. As entrevistas foram gravadas com permissão das pessoas, sendo posteriormente transcritas. O roteiro foi composto de dois blocos, sendo o primeiro referente à família de origem e o segundo à família de constituição, quando havia. As questões iniciavam com um breve histórico da formação da família, incluindo os avós. Estas eram seguidas de informações sobre a

¹ Apenas uma das famílias teve três entrevistados, como será explicado ao final deste capítulo.

composição familiar e pelos temas relacionados ao objetivo da pesquisa, tais como: relações de poder; conflitos; orientação sexual, religiosa, profissional; entre outros².

No contato com pessoas que possivelmente se transformariam em intermediários, utilizamos conversas informais para não somente identificar e selecionar a amostra, como para recolher dados extras sobre as famílias. Estas informações foram preciosas, pois revelavam a imagem que pessoas externas ao grupo formavam sobre ele. Estes dados não foram gravados nem anotados, inclusive porque não havia uma previsão de que seriam úteis, mas foram incorporados na análise dos dados.

QUADRO 1 – COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA

Ego	Profissão/Instru	Sexo	Idade	Estado Civil	Filhos	Irmãos
A	Dout. Incompleto Arquiteta	Fem	38	Casada	1 filho 1 ano / 1 enteada 12 anos	Ego+3 2 hom 2 mul
B	Sup. Incompleto Arq/Dir/ Tradutora	Fem	27	Separada	1 filho - 7 anos	Ego+2 1 mul 2 hom
C	Superior Pedagoga/prof 2º G	Fem	33	Casada	2 filhos - 7 e 5 anos	Ego + 4 4 mul e 1 hom
D	Mest. Incompleto Cient. social	Fem	23	Solteira	-	Ego +1 e + 1 meio-irmã 3 mul
E	Sup. incompleto Psicologia	Fem	23	Casada	1 filha – 1 ano	Ego + 1 e + 2 meio-irmãos 2 mul e 2 hom
F	Mestrado Eng. sanitária	Masc	41	Casado	3 filhos – 7, 10, 12	Ego + 7 5 mul e 3 hom
G	Superior Economista	Masc	35	Casado 2º casamento	2 enteados – 7, 15	Ego + 2 3 hom
H	Superior Adm. Emp/Editor gráfico	Masc	38	Casado 3º casamento	4 filhos – 12, 9, 2 e 0	Ego + 1 1 mul e 1 hom
I	Superior Médico/ Consultor	Masc	52	Casado 2º casamento	4 filhos – 21,23, 28 e 31	Ego + 6 3 mul e 4 hom
J	Superior Turismo/esportista	Masc	26	Solteiro	-	Ego + 2 2 mul e 1 hom

² Para maiores detalhes, ver roteiro no anexo.

Como se pode verificar no quadro acima, a amostra é composta por dez pessoas, todas elas nascidas e criadas em famílias igualitárias. Ao final das entrevistas, observou-se a seguinte distribuição por faixa etária: quatro pessoas mais jovens, entre 23 e 27 anos; um grupo entre 33 e 41 anos; e um caso de 52 anos. Podemos considerar que essas diferentes faixas etárias são provenientes de três gerações distintas: a faixa mais jovem, guardando, ainda, uma certa dependência financeira dos pais, seus integrantes são recém-formados ou estão na universidade; a faixa intermediária, apresentando vida profissional definida e autonomia financeira, teve sua juventude na década de 80; o entrevistado de 52 anos entrou na universidade em 1968, vivenciando os momentos marcantes da sua geração, o que o identifica com o ideário da sua época. Desse modo, teremos as experiências de diferentes contextos geracionais, possibilitando enriquecer o debate de questões como a citada por Michel Fize: “aujourd’hui, les enfants ne ressemblent pas à leurs parents, ils ressemblent à leur époque” (1990:201)³. Como diz, também, Vitale, “as gerações são portadoras de história, de ética e de representações peculiares do mundo” (2000:91). As possíveis diferenças entre estes grupos geracionais entrevistados serão avaliadas na análise dos dados.

Buscando aprofundar a compreensão da evolução geracional, ao finalizar o estudo da amostra, resolvemos ampliar o estudo de uma família em particular, pelo fato de ser o único caso identificado de família igualitária em 3 gerações consecutivas. Desta forma, somente neste caso, foram entrevistados a filha e o pai - os dois compondo a amostra - e, adicionalmente, a mãe deste pai - não incluída na amostra -, a título de aprofundamento das questões, já que ela fora uma mãe igualitária na década de 60, fato raro, mas não era filha de família igualitária.

³ “Hoje, os filhos não se parecem com seus pais, mas, sim, com sua época” (Tradução minha).

Portanto, apenas este entrevistado (o pai) foge à tendência de idade dos entrevistados, por ter sido ele próprio um jovem da década de 60, tendo agora 52 anos.

3. IDÉIAS, TEORIAS E TEMAS CENTRAIS: DO PATRIARCALISMO À DEMOCRACIA FAMILIAR

O patriarcalismo tem sido alvo de reflexões de muitas correntes de pensamento, ao longo dos dois últimos séculos, representando, para a maioria, um fenômeno a ser superado. Segundo Scott (2003, no prelo), o “patriarcalismo é um termo único que sintetiza a articulação entre três hierarquias diferentes de poder: gênero, geração e classe. É o retrato da desigualdade” (2003: 257). Sua superação representa, assim, a “salvação”, no sentido da superação da desigualdade, para a maioria. A partir da preocupação com a superação da desigualdade de classes, o patriarcalismo foi abordado, na visão evolucionista de Engels (1964), como uma fase do percurso histórico evolutivo que atingiria sua superação no socialismo, no qual a igualdade seria reconquistada. Na obra de abordagem culturalista de Gilberto Freyre (1966), segundo Scott (2003, no prelo):

“O patriarca brasileiro freyriano está relacionado ao salvacionismo, mas de uma forma muito diferente que a teoria evolucionista. A salvação é um resgate de uma imagem positiva da composição étnica da nação nas mãos (ou melhor, cabeças e corpos) competentes e flexíveis do colonizador português”(2003: 264)

O terceiro campo onde Scott distingue o salvacionismo é no pensamento feminista. Para o feminismo, o patriarcado é um inimigo a ser derrotado. Dando continuidade ao idealismo igualitário do evolucionismo, transpõe, entretanto, a ênfase na igualdade para as relações entre homens e mulheres.

Para Castells (2000), o evento mais importante do contexto de mudança na família, no século XX, é o início do desmoronamento do patriarcalismo. Os efeitos deste desmoronamento sobre a estrutura social, segundo este autor, resultam em um desencadeamento irreversível de profundas transformações na sociedade. O patriarcalismo, em resumo, “caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e os filhos no âmbito familiar” (2000:169). O processo de declínio patriarcal, segundo Castells, teve como causas primordiais três tendências surgidas a partir da década de 60: “o crescimento de uma economia informacional global, mudanças tecnológicas no processo de reprodução da espécie e o impulso poderoso promovido pelas lutas da mulher e por um movimento feminista multifacetado”(2000:170). Considerando que toda a organização social está baseada sobre esta estrutura de poder, Castells afirma, referindo-se à insurreição das mulheres contra a sua opressão: “essa é a mais importante das revoluções, porque remete às raízes da sociedade e ao âmago do nosso ser. Além disso, trata-se de um processo irreversível” (2000:170). Neste sentido, podemos considerar que as mudanças na família são, ao mesmo tempo, resultado e agente de mudança sobre o contexto social, histórico e econômico. As evidências do esfacelamento da família patriarcal são analisadas por Castells a partir

de estatísticas oriundas de pesquisas dos mais diversos países, demonstrando que o fenômeno é global, embora se apresente mais lento em alguns locais⁴. Os indícios citados por ele são, por exemplo: o aumento de divórcios e separações; ocorrência cada vez mais freqüente de casamentos/uniões sucessivas; grande variedade de estruturas domésticas, com crescimento do número de famílias monoparentais, a maioria chefiadas pela mãe, o que, pela simples ausência física do pai, desencadeia um enfraquecimento do poder paterno; menos casamentos legalizados, enfraquecendo também a autoridade paterna; a vasta inclusão das mulheres no mercado de trabalho remunerado, entre outros.

Considerando as transformações na família brasileira, os estudos partiram do modelo de família patriarcal, com Freyre (1966) e com Antônio Cândido, no ensaio “The Brazilian Family”, de 1951. Segundo Mariza Corrêa (1982), ambos compartilhavam a idéia de que o tipo de organização familiar do grupo dominante poderia representar todas as variedades de organização familiar da sociedade brasileira, como um modelo ideal em relação ao qual os outros restariam apenas como esboços. Estariam, na verdade, segundo ela, veiculando a visão da própria classe dominante que constituía o tipo da família patriarcal, ao considerar todo o restante da população uma “massa amorfa”: “se há uma família definida como normal, ela é a única por contraste com a grande massa não familiar que a cerca, definida como anormal” (Corrêa, 1982:27) Ele era o tipo considerado hegemônico, inspirado na família das elites rurais brasileiras, tido, por Freyre, como o tipo fundador da sociedade brasileira:

“A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é, desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala fazendas, compra escravos (...) a força social que se

⁴ Em algumas regiões onde a resistência é maior, o fundamentalismo religioso aparece com uma reação na tentativa de deter o processo.

desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América” (Freyre, 1996:21).

Corrêa levanta, ainda, a questão da existência de uma grande diversidade nas tipologias familiares brasileiras, tanto no período colonial quando no atual. Além dos modelos dos grupos sociais dominantes, em qualquer época ou lugar, estão convivendo sempre com inúmeras formas alternativas, quase sempre esquecidas pela História.

O tipo patriarcal seria, de acordo com Goldani (1993), um primeiro modelo estereotipado da família brasileira, o qual se une a um novo estereótipo extremo, o da família de “classe média urbana” que coloca-se como o contraponto do “tradicional”, representando o “moderno”. A partir destes dois estereótipos “encontraria apoio e eco a percepção pública negativa da chamada ‘crise da família’” (Goldani, 1993:70). A “crise da família” também seria uma idéia nascida dos temores em relação às profundas transformações nas estruturas familiares brasileiras, que são, ao mesmo tempo, resultado e agente de transformação - em relação às mudanças sociais, econômicas e demográficas em processo no Brasil.

É interessante salientar quais as mudanças descritas por Goldani no perfil demográfico das estruturas domiciliares: diminuição do tamanho da unidade doméstica - de 5 para 4 pessoas, em média (de 1970 a 1989); aumento para, praticamente, o dobro no número total de unidades domésticas (de 1970 a 1989); crescimento constante da proporção de unidades domésticas chefiadas por mulheres, no período entre 1960 e 1989; aumento do número de unidades domésticas em áreas urbanas. Estas mudanças demográficas expressam fenômenos que tiveram repercussão na estruturação da família:

- Aumento da expectativa de vida – as pessoas passaram, de uma expectativa de 40, 45 anos de vida, para uma expectativa atual de 75, 80 anos de idade, tornando

difícil planejar e vivenciar a vida no futuro, bem como tolerar uma extensão das tensões e desgastes de uma vida conjugal potencialmente mais longa, favorecendo o aumento das separações e divórcios. Por outro lado, como a maioria da população vivencia dificuldades econômicas e os programas sociais do Estado têm se atrofiado, as famílias tiveram que assumir cada vez mais os cuidados com os seus dependentes, que foram acrescidos com o aumento do número de idosos. A maior longevidade propicia, também, a convivência entre diferentes gerações e uma superposição dos papéis de filho, cônjuge, pai, mãe, avós... (Goldani, 1993)

- Urbanização crescente – a rapidez do processo de deslocamento das populações rurais, provocando um inchamento das cidades e uma transformação no padrão de vida das famílias com suas conseqüências: queda da taxa de fecundidade/diminuição do tamanho da família, nuclearização do grupo familiar, maior acesso à educação e à informação, conhecimento defasado dos pais provocando um choque de gerações.
- Mobilidade geográfica e social das pessoas (Medina, 1990) erodindo a estabilidade no modo de vida, na localização da moradia, nas relações afetivas, de amizade e de trabalho.

Todas essas transformações têm conseqüências umas sobre as outras reforçando processos e matizando efeitos. A idéia de crise reflete a perplexidade diante das novas situações e da redefinição de valores e práticas no âmbito da família.

Estas são algumas das condições que dão origem a novos tipos de família e, em particular, a família igualitária, a qual convive lado a lado com famílias

tradicionais, até hoje. A seguir, analisaremos os fenômenos de caráter ideológico que imprimem ao setor das camadas médias estudado, o caráter igualitário.

FAMÍLIAS DE CAMADAS MÉDIAS: IGUALITARISMO, INDIVIDUALISMO E MUDANÇA

O esfacelamento do modelo da família tradicional hierárquica, baseada no patriarcalismo, estimulou o surgimento de novo tipo de família que atendesse às exigências implícitas no sistema de valores que dá suporte à sociedade moderna ocidental, orientada pela ideologia individualista.

Os estudos sobre famílias de camadas médias no Brasil enfatizaram, nas décadas de 80 e 90, as mudanças geradas pelos processos de modernização e individualização. A produção científica do Museu Nacional foi a mais ampla e influente, contando com Gilberto Velho (1978,1994) como seu principal divulgador, e, também, Tânia Salem(1980, 1986, 1989), Sérvulo Figueira (1987), M^a Luiza Heilborn (1993), Myriam Lins de Barros (1987), entre outros. Estes estudos enfatizam aspectos simbólicos como parâmetros distintivos para as camadas médias e recorreram, como analisam Goldemberg e Sorj (2001), a uma “literatura da polarização’, o parâmetro tradição *versus* modernidade, ou nos termos da antropologia, hierarquia *versus* igualitarismo”(113). Além disso, há uma unanimidade em considerar o individualismo como um valor central da ideologia das sociedades ocidentais modernas, inspirados sobretudo em Dumont (1993). Segundo as palavras de Salem, “o individualismo é visto como mantendo um compromisso genético com os valores da igualdade e da liberdade, de um lado, e, de outro, com os da mudança e do progresso moral (associados à representação do tempo como linear e evolutivo)” (1986:29).

O próprio Dumont (1993), fornece claramente os conceitos :

“INDIVIDUALISMO: Designa-se por individualista, por oposição ao holismo, uma ideologia que valoriza o indivíduo e negligencia ou subordina a totalidade social” (1993:279)

“IDEOLOGIA: conjunto social de representações; conjunto das idéias e valores comuns numa sociedade”(1993:279)

“HIERARQUIA: a distinguir do poder ou do comando; ordem resultante do emprego do valor. A relação hierárquica elementar (ou oposição hierárquica) é a existente entre um todo (ou um conjunto) e um elemento desse todo; ela analisa-se em dois aspectos contraditórios de nível diferente: distinção no interior de uma identidade, *englobamento do contrário*. A hierarquia é, pois, bidimensional (1993:279)

Ou ainda, resumindo e reunindo estes conceitos:

“Dou o nome de ideologia a um sistema de idéias e valores que tem curso num dado meio social. (...) A ideologia moderna é individualista – sendo o individualismo definido sociologicamente do ponto de vista dos valores globais. (...) O indivíduo como valor tem atributos – como o da igualdade”(1993:20, 21)

A ideologia, portanto, neste universo teórico, não está associada a uma falsidade de proposições, ou uma contaminação por interesses, e sim a uma idéia mais aproximada ao conceito de cultura, que pode ser comum a toda uma sociedade ou característica de um subgrupo social. No caso da família, o individualismo sobrepõe o indivíduo ao grupo, valorizando o projeto pessoal em detrimento da coesão e da convivência. No entanto, o individualismo também diz respeito à individualização de grupos - tal como a família -, inseridos em dimensões sociais mais amplas. Desta forma, a família nuclear, e ainda mais a família igualitária, enquanto subgrupo distinto e isolado de um todo – sua rede de parentesco – seria uma expressão coletiva do individualismo. Neste sentido, temos duas forças antagônicas no interior da família igualitária: uma força centrífuga, resultado de um individualismo singular, que enfatiza os projetos pessoais, atuando contra a coesão interna; e uma força centrípeta, associada a um individualismo coletivo, a uma

exclusão distintiva da maioria das famílias da sociedade, contribuindo para uma maior coesão interna.

Retomando as palavras de Dumont, “O indivíduo como valor tem atributos – como o da igualdade” (1993:20, 21) – libertado da supremacia do grupo, o indivíduo torna-se senhor de si e, portanto, cada qual igual ao outro. A passagem desse valor para as relações dentro da família é trabalhada através da idéia do igualitarismo. Como demonstra Heilborn (1993), há uma íntima ligação entre o individualismo, o valor da igualdade que ele traz em seu bojo, e o movimento feminista: “tentamos demonstrar de que modo o movimento de liberação de mulheres está comprometido com o ideário individualista. Nossa intenção era assinalar que os pressupostos da igualdade e da liberdade constituíam os pilares da crítica feminista ao social.”(Heilborn, 1993:52).

O conceito de igualitarismo é utilizado por Tânia Salem, no artigo “O Casal Igualitário: princípios e impasses”⁵, referindo-se, mais especificamente, a questões de gênero. Ela indica três princípios fundamentais que ordenam e estruturam as relações entre os sujeitos envolvidos nesta proposta: “o da *psicologicidade*, o da *igualdade* e o da *mudança*. O primeiro aponta para um movimento de individualização, interiorização e privatização dos sujeitos” (1989:2). No entanto, afirma ela, o contexto moral deste fenômeno não prevê um exercício solitário e, sim, uma prática social compartilhada. Ou seja, a família não se torna um agrupamento fragmentado de indivíduos, pelo contrário, as identidades de seus membros são relacionais e eles compartilham valores e visão de mundo (dentro de uma ótica

⁵ SALEM, Tânia. 1989. O Casal Igualitário: Princípios e Impasses. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. N. 9 vol. 3 fevereiro de 1989 publicação quadrimestral. Versão em CD-Room. Obs: não há numeração de página, a numeração foi colocada a partir da transferência do texto para arquivo do Microsoft Word.

dinâmica e dialógica, e não de um modelo fechado). Além disso, o contexto social maior, aqui “é identificado como imposição, constrangimento, ou como uma manifestação do reino da ‘aparência’ e, por conseguinte, como algo que deve ser transposto em nome do pleno desenvolvimento – das potencialidades e singularidades individuais” (1989:2). O princípio de **igualdade** não supõe que homens e mulheres sejam iguais, mas que haja uma “indistinção valorativa de seus atributos” (1989:3). Em outras palavras, embora reconheçam a existência da diferença, não pressupõem uma maior valorização de um ou de outro. Como decorrência, ambos devem conhecer e experimentar o universo e a identidade do outro. A **mudança**, como valor, refere-se a um compromisso com o aperfeiçoamento contínuo dos sujeitos e da relação. Ressaltando o caráter de proposta igualitária, vale ainda citar Salem, no sentido de não encararmos os dados como “um espelho de uma situação, mas sim como sendo, para os próprios agentes, a formulação de uma exigência e de um ideal [...que...] exprime, fundamentalmente, um ideal e um valor” (1989:4). Estendendo esta conceituação ao âmbito das gerações, proponho que a noção de igualdade atribua aos filhos uma igualdade de direitos, embora esta igualdade esteja subordinada a uma obediência circunstancial, referente a um período de aprendizado básico e de socialização. Como afirma Cyntia Sarti (2000):

“Embora comporte relações de tipo igualitário, a família implica autoridade, pela sua função de socialização dos menores como instituinte da regra. O que se põe em questão, na família, com a introdução da individualidade, não é a autoridade em si, mas o princípio da hierarquia no qual se baseia a autoridade tradicional”(:43).

Esta obediência vai cedendo espaço, gradualmente, a um assumir de responsabilidades. Do mesmo modo, ocorrem interpenetrações entre as identidades do jovem e do adulto, tornando cada vez mais esgarçadas as fronteiras que

distinguem o comportamento de ambos. A individuação, como valor, rompe com a tradicional expectativa de espelhamento dos filhos em relação aos pais. Podemos tomar como exemplo disto a escolha do nome do filho - em famílias igualitárias, dificilmente pode-se imaginar a repetição do nome do pai, acrescido de Júnior ou Filho. Embora não possamos afastar, de todo, o desejo de identificação entre as gerações de pais e de filhos, este desejo não pode ser confundido com o nível de expectativa de continuidade da família tradicional. E, enfim, a mudança é um valor no sentido de uma abertura a um processo constante de renovação, questionamento, negociação e revisão das normas e princípios que regem as relações entre pais e filhos.

Medina descreve os dois modelos de família, tradicional e de transição (igualitário), apontando, como fruto do processo histórico, uma alteração radical na posição da mulher, “o homem procurando guardar a posição antiga em que era senhor absoluto.” (Medina, 1990). Na união tradicional, observa-se uma segregação dos papéis sociais masculino e feminino, desde o nascer, educando-se o homem para ser ativo, forte, rude e o provedor, destinando-lhe o mundo do trabalho; e a mulher para ser passiva, frágil, delicada, sendo destinada ao mundo doméstico e aos cuidados dos filhos e idosos. “A segregação também ocorria entre adultos e crianças, cada um com seu mundo próprio, porém, os filhos, sendo parte do mundo doméstico da mãe.” (Medina,1990:17). Ao contrário, na união igualitária, “constitui-se um mundo do casal, um mundo do trabalho (o prover) e um mundo doméstico (se moram na mesma casa ou se têm filhos). Mas um fato ocorre. Assim como no mundo do casal, marcado pelo afeto, homem e mulher são iguais, também o serão no mundo doméstico e no mundo do trabalho. Todos os dois serão responsáveis pela casa e

educação dos filhos e todos os dois deverão ir à luta para conseguir o seu sustento.”
(Medina,1990:20)

Apesar da inevitável rotulação, são muitas as variações neste universo, aqui generalizado como igualitário, já que a própria negociação constante que o caracteriza, proporciona um caráter dinâmico a cada uma das unidades familiares. O projeto igualitário envolve mudanças radicais em papéis, instituições e hierarquias profundamente enraizados historicamente. Ele está, como já vimos, inserido no contexto moderno do individualismo, que representa os valores de igualdade, singularidade e autonomia do indivíduo e a negação da hierarquia, de acordo com Dumont (1993). A hierarquia é considerada um desvalor pela ideologia igualitarista, gerando uma reação: “De um modo geral, uma ideologia hostil à hierarquia deve comportar, evidentemente, toda uma rede de dispositivos para neutralizar ou substituir a relação em causa” (Dumont, 1993:229). É precisamente esta rede de dispositivos que nos interessa identificar e compreender. Como já foi visto na Introdução, considerei quatro formas básicas de transmissão ideológica – as orientações sexual, profissional, política e religiosa – todas intrinsecamente associadas à conservação da hierarquia nas famílias tradicionais. Na família igualitária, portanto, desenvolve-se dispositivos que garantam uma mudança nestas orientações, buscando a superação da hierarquia.

O SÉCULO XX E AS IDÉIAS SOBRE A FAMÍLIA

As teorias sobre família, durante a maior parte do século XX, afirmavam o conflito entre as gerações como um traço inevitável das relações entre pais e filhos, a partir da emergência do fenômeno da adolescência - período de vida produzido pelo advento da sociedade industrial e urbana, caracterizada pela rapidez da mudança

social. Como decorrência desta mudança rápida, onde os conhecimentos científicos e tecnológicos mudam a cada geração, os pais dos adolescentes pautariam sempre sua educação em bases defasadas, segundo Kingsley Davis. Além disso, também afirma que há uma concentração exagerada da tensão emocional em torno do pai e da mãe, por conta da redução da família ao núcleo. A tensão é ampliada pela concorrência entre a autoridade paterna e a interferência dos especialistas e do grupo de pares. É importante ressaltar que a família à qual Davis se refere é a família de camada média americana de sua época, entre os anos 30 e 40, inserida no contexto de intensa urbanização e industrialização.

A família burguesa é encarada como o principal agente da reprodução do “caráter autoritário”, pelos neomarxistas da Escola de Frankfurt. Neste período encontram-se várias teorias paralelas que revisam Freud e a psicanálise, como a antropologia cultural, com estudos de personalidade, a obra de Erich Fromm e Reich, todos extremamente interessados pelo tema da mudança social, resultando numa crítica da família autoritária.

A década de 50 foi marcada pela teoria funcionalista de Parsons, que causou muita polêmica. Segundo Martine Segalen (1993), Parsons afirmava que o processo de industrialização segmentou a família, inicialmente isolando-a de sua rede de parentesco e, em seguida, reduzindo o grupo doméstico ao casal com um pequeno número de crianças. O grupo familiar estaria reduzido a uma unidade de residência e de consumo; perdeu suas funções de produção, e também a função política e a religiosa. Resta-lhe o papel de socializar as crianças e de garantir o equilíbrio psicológico dos adultos. Algumas pesquisas, segundo Segalen (1993), mais adiante, empenharam-se em demonstrar que as famílias nucleares não estavam isoladas como

afirmava Parsons, e confirmaram a importância dos laços familiares entre estas famílias.

Ainda segundo Parsons, a família era agora orientada pelos valores da racionalidade e da eficácia. Seus papéis especializados, o instrumental destinado ao homem, e o expressivo à mulher, garantiriam o funcionamento do sistema. De acordo com Salem (1980), Parsons afirma a inevitabilidade desta divisão de papéis sexuais, ou seja, concebe-a como sendo da própria natureza. Além disso, Parsons também defende a funcionalidade positiva deste sistema, que garantiria a eliminação da competição entre o casal, “assegurando a perpetuação da solidariedade familiar”(Salem,1980:37). Ironicamente, a função da teoria de Parsons era legitimar as transformações na família que interessavam às mudanças no sistema capitalista, como a nuclearização e sua conseqüente mobilidade, para atender à expansão industrial. Por outro lado, interessava manter a submissão feminina, seu isolamento no mundo doméstico, garantindo a manutenção gratuita dos serviços de reprodução da força de trabalho dos homens.

Segundo Vincenzo Cicchelli (2001), a década de 60 apresenta uma mudança no rumo do pensamento sobre a família e os conflitos entre os jovens e seus pais. O autor cita algumas obras significativas deste percurso teórico: Hans Sebald (1968)⁶ analisa deficiências da autoridade parental e a emergência da cultura juvenil. Trata-se de uma visão pessimista do fenômeno, estimulada por intensos debates sociais da época, representados nos livros *best-sellers* : “*Teen-age tyranny*”, no qual os autores, Grace e Fred Hechinger (1963)⁷ “estimam que a sociedade americana é dominada pelos adolescentes, por seus gostos, mania e imaturidade. Para eles, os adultos deveriam retomar o poder ... dos quais se apoderaram ... mais pela negligência de

⁶ SEBALD, H. **Adolescence, a sociological analysis**. New Jersey: Prentice-Hall c., Englewood Cliffs, 1968. Cito aqui estes títulos porque não tenho acesso a eles e, portanto, não coloco na bibliografia.

⁷ HECHINGER, G.; HECHINGER, H. M. **Teen-age tyranny**. New York: William Morrow & CO, 1963.

seus educadores do que por sua capacidade própria”(2001:251). O outro livro, “*Adolescent Society*” de James Coleman e colaboradores (1961)⁸, afirma (dados de uma pesquisa) que 43% dos adolescentes preferem a desaprovação dos pais do que a ruptura com os amigos mais próximos. Poucos jovens desejavam seguir a profissão dos pais. Uma das causas mais prováveis deste fato seria a ausência dos pais durante a maior parte do tempo em casa. Ainda segundo Cicchelli, Margaret Mead (1970) – em *Culture and Commitment* – prevê uma inversão da socialização, onde os jovens passariam a transmitir a cultura para seus pais, em uma sociedade juvenil, com a juventude como modelo cultural. No entanto, podemos perceber uma sutil diferença entre esta interpretação bem conhecida das afirmações de Mead, em *O Conflito de Gerações* (1969), e as próprias palavras da autora, quando afirma: “Temos de criar novos modelos para os adultos, que podem ensinar aos seus filhos não o que eles têm de aprender, mas como aprender, e não aquilo a que são obrigados, mas o valor da obrigação” (160: 1969). A rapidez das mudanças e a incerteza generalizada levariam as gerações mais velhas a educar em um mundo de descobertas para todos, para elas e para as crianças. Ela não falava, portanto, em um fenômeno unilateral e sim em um contexto de aprendizado mútuo.

A cada nova fase teórica, os pais se alternavam nos papéis de vítimas ou de culpados. Por volta da década de 80, começam a surgir preocupações com a “falta de limites” das novas gerações. O discurso das “profissões assistenciais”, atualmente, está voltado para a falta de controle dos pais sobre os filhos, a falta de limites, a ausência da autoridade. A família igualitária busca atingir um equilíbrio entre a autonomia e a autoridade nas relações entre pais e filhos adolescentes, conscientes de que ambos, o pai e a mãe, são igualmente responsáveis pela condução do processo.

⁸ COLEMAN, J. S. **The adolescent society. The social life of teenager and its impact on education.** Glencoe: The Free Press, 1961.

O AVANÇO DA IGUALDADE NA FAMÍLIA ALTERA OS CONFLITOS ENTRE AS GERAÇÕES?

Os conflitos entre pais e filhos, segundo Salem (1980:34), geram rupturas geracionais. No universo de famílias com projeto igualitário, este fenômeno deve ser observado cuidadosamente. Trata-se, antes de mais nada, de um grupo distinto e reduzido em relação ao das famílias tradicionais hierárquicas. A ideologia que ampara as idéias igualitárias encontra-se na vanguarda do pensamento ocidental, rompendo tabus e hábitos milenares, até então considerados próprios da natureza humana, tal como a hierarquia de gênero. Portanto, a ruptura geracional torna-se mais complicada, talvez diferenciada ou menos profunda, já que a ruptura dos pais com os modelos tradicionais já representa, em amplos aspectos, uma mudança ainda não totalmente absorvida pela sociedade, representando, portanto, uma vanguarda de comportamento. As mudanças pretendidas e subentendidas pelos ideais de igualdade de direitos e negociação de papéis ainda são recentes e estão vivenciando um lento processo de acomodação. Neste campo, não existem fórmulas; as configurações resultantes são adaptações particulares, referentes ao contexto específico de cada família e às escolhas de seus membros, já que não há mais papéis fixos de um modelo hegemônico. O perfil de cada família é delineado de acordo com as idiosincrasias de cada membro. Como também observa Medina: “Não há mais o quadro rígido do modelo anterior [tradicional]. O ‘ser família’ aqui é algo a ser construído de modo flexível e levando em conta a possível instabilidade.”(1990:21).

É necessário compreender estas mudanças, antes de mais nada, no contexto político e social vivido especialmente pelos setores da população mais privilegiados em termos de informação. A partir da década de 60, observa-se um movimento geral de luta por direitos civis e liberdade, expressos pelo advento da liberação sexual, da

explosão do feminismo, da luta contra as ditaduras e pela democracia. A família brasileira que adota os ideais igualitários a partir da década de 60 é marcada também pelo alto nível de politização, devido à concentração da energia na luta contra a ditadura. Não fosse essa particularidade histórica, talvez o perfil da família igualitária brasileira fosse mais centrado na intimidade, na vida privada. Entretanto, a ideologia igualitária entre essas famílias adquire um teor mais politizado, desenvolvendo laços mais profundos com o compromisso social. A orientação política passa a fazer parte importante da visão de mundo transmitida aos filhos.

PROBLEMAS DE ABORDAGEM COM CAMADAS MÉDIAS

Scott (1996) chama a atenção para uma tendência, nos estudos sobre família de camadas médias, a se adotar uma perspectiva subjetivista, norteadas pelo paradigma do individualismo, ao contrário dos estudos sobre famílias de trabalhadores pobres, nos quais observa-se uma tradição econômico-produtivista. O resultado dessa ênfase é a criação de lacunas de informação e o mascaramento de “valores subjacentes que informam a distribuição de recompensas sociais que resultam de relações de poder e dependência entre segmentos” (1996:144). Os etnógrafos da classe média, sendo, eles – nós - mesmos, representantes e veículos de um discurso psicologizado, adotam uma metodologia inspirada no interpretativismo de Geertz, tornando o próprio trabalho uma espécie de auto-reflexão. No entanto, ao limitar-se a questões internas e subjetivas presentes no discurso, é esquecida a importância dos assuntos silenciados, ou seja, observa-se a prática de uma evitação acerca de temas que interessa ocultar. Estaríamos, então, limitados a “representações parciais” que ocultam as relações entre classes, relações hierárquicas, que estariam do “lado de fora”, no espaço público. Em relação ao tema do trabalho, a classe média

é marcada pelo papel de administrador do trabalho alheio, o que implica em uma aprendizagem sobre o “saber mandar”. No Brasil, mesmo no âmbito privado, as relações de gênero e geração são extremamente afetadas pelo fenômeno da empregada doméstica, assumindo grande parte do trabalho da casa. Uma parte dos potenciais conflitos decorrentes de uma hierarquia de gênero, por exemplo, no que concerne ao desempenho das tarefas domésticas, é driblada pela possibilidade da contratação da mão-de-obra barata de mulheres pobres.

Ao relacionar o âmbito público com o privado, a abordagem, nesta pesquisa, inclui a subjetividade e as relações internas, mas também suas implicações com a atuação da família no espaço público, sua participação política, profissional, sempre permeadas por uma análise das relações de poder envolvidas nas relações de gênero e de geração. A importância da interação entre os espaços público e privado é acentuada pela forte presença dos ideais políticos democráticos/igualitários do universo investigado.

“A porosidade da esfera familiar com relação à sociedade civil se manifesta pelo fato de que a primeira é cada vez mais atravessada por mecanismos de funcionamento próprios à segunda. A vida privada é impregnada pela dialética entre o reconhecimento das diferenças e a igualdade de direito dos membros do grupo.”
(Cicchelli, 2001:256)

É importante também observar que entre os estudos sobre camadas médias não há uma homogeneidade. O clássico estudo de Gilberto Velho (1978), editado sob o título “A Utopia Urbana”, trabalha com um segmento das camadas médias, no qual a profissão preponderante, embora não a única, é o “*White collar*”⁹. As características associadas ao “colarinho branco” seriam, por exemplo, a de serem consumidores da chamada cultura de massas, tendo a televisão como um dos bens

⁹ MILLS, C. Wright. 1969. **A Nova Classe Média**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

mais valorizados e, também, a busca de prestígio e *status* através de símbolos absorvidos desta cultura de massa, “pré-fabricados”. Neste sentido, em um trecho da descrição sobre seus entrevistados, ele diz: “Por outro lado, absorveram outros conteúdos transmitidos por diferentes tipos de veículos: a família ‘tradicional’, na maioria dos casos uma certa educação religiosa transmitida não só pela família como pela Igreja (quase sempre católica)” (1978:54). Estes dois itens, família tradicional e religião, entram em desacordo com o universo aqui investigado, por tratar-se de famílias tradicionais que mantêm-se católicas e/ou religiosas. Em termos de renda, Velho distingue a maioria dos seus entrevistados pertencendo às “camadas médias inferiores”. Em *Individualismo e Cultura* (1987), discute este tema, propondo a idéia de “fronteiras culturais”, que ajudariam a driblar o problema de encontrarmos, muitas vezes, “indivíduos ou famílias que, sob critérios sócio-econômicos descritivos tipo renda, ocupação, educação, etc., seriam incluídos na mesma categoria, mas que apresentavam fortes diferenças em termos de *ethos* e visão de mundo”(1987:106). A solução estaria na análise da trajetória do indivíduo ou da família, entendendo-a como a expressão de um projeto. A noção de projeto, trazida de Schutz¹⁰, busca considerar a “margem relativa de escolha que indivíduos e grupos têm em determinado momento histórico de uma sociedade”(Velho, 1987:107). Não se trata de um planejamento matemático do futuro, mas de um processo dinâmico de condução das próprias ações com base em determinadas escolhas, baseadas em uma visão de mundo. O projeto pode ser também um projeto social e um projeto de um segmento social. De certa forma, podemos dizer que a família igualitária é um projeto, associado a uma ideologia igualitária que, paralelamente, tem um projeto

¹⁰ SCHUTZ, Alfred. 1971. **Collected Papers – the problem of social reality**. Haia, Martinus Nijhoff.

social coerente com aquele, de igualdade no campo social, político, econômico – e também de respeito à diversidade: a igualdade na diferença.

Os filhos de famílias igualitárias recebem uma educação, digamos, já “atualizada”, em relação às mudanças sociais em curso. É óbvio que precisamos manter em mente a noção de que não se trata da construção de um modelo cristalizado, e sim da existência de um processo contínuo de negociações provisórias, sujeitas a constantes revisões.

Negar ao ser humano a possibilidade de escolha, de projeto, tornaria impossível nosso desejo de mudança, a responsabilidade por nossos atos e a própria ética. No entanto, as atuais circunstâncias econômicas e sociais são marcadas pelo desemprego; por novas relações no mundo do trabalho, caracterizadas pela instabilidade e temporalidade; pela rápida desatualização/obsolescência do conhecimento e da tecnologia. Este contexto gera uma certa imprevisibilidade em relação à trajetória dos indivíduos, que se vêem constantemente forçados a estender seus estudos para acompanhar o avanço veloz da informação; diversificar suas habilidades, para tornar-se apto a aproveitar o máximo de oportunidades e a atender às múltiplas exigências do novo mercado de trabalho. Ele é forçado, enfim, a flexibilizar suas escolhas, a estar aberto às mudanças, para acompanhar o ritmo turbulento de um mundo altamente competitivo, onde as vantagens são restritas a um reduzido número de privilegiados, com a exclusão da grande maioria. No universo de pessoas aqui abordadas, todos de posse de grande capital cultural e informacional, ainda que não se possa projetar sua trajetória de vida com facilidade e exequibilidade, a orientação do caminho é regida por princípios éticos básicos, mínimos, que compõem sua visão de mundo. Estes princípios são justamente aqueles do igualitarismo, que prevêm uma defesa da autonomia de si e do outro, um

compromisso com o respeito ao outro, aliando-se a uma luta pela democracia nos espaços público e privado, promovendo a articulação entre estes dois mundos, até então desconectados. Esta desconexão, na qual o homem se auto-exclui do espaço doméstico - priva os homens da fruição do patrimônio afetivo da família e exclui as mulheres das oportunidades de realização do seu potencial produtivo, político e de expressão. Paralelamente, a interpenetração destes dois mundos – o público e o privado - reflete-se, também, na radicalização da democracia, com a inclusão de novos sujeitos sociopolíticos na fruição da cidadania, quais sejam, as mulheres, os negros, os jovens, os idosos, os índios, os homossexuais.

Giddens (1993), procurando transpor a idéia de democracia para a vida privada, identifica quatro princípios da democracia política, a qual busca garantir a todos os indivíduos a liberdade e a igualdade. Em primeiro lugar, ele cita a necessidade de um ambiente propício ao desenvolvimento das potencialidades de todos, lembrando que o respeito às qualidades e habilidades específicas de cada um deve ser garantido. O segundo princípio refere-se à proteção quanto ao abuso de poder e de autoridade, garantindo a chance de negociação pelos que forem afetados pelas decisões. O terceiro exige a participação dos envolvidos na determinação das condições de sua associação, ou seja, as relações intra-grupo devem ser determinadas através de negociação entre todos os participantes. O quarto e último princípio garante a oportunidade econômica para o desenvolvimento pleno dos recursos disponíveis, supondo-se que a superação das cargas de necessidade física libera o indivíduo para atingir seus objetivos. Ele mostra que há uma associação estreita entre estes princípios e a autonomia: “A idéia de autonomia vincula estas várias aspirações. Autonomia significa a capacidade de auto-reflexão e autodeterminação dos indivíduos” (1993:202). Uma das condições para que a autonomia possa se

efetivar é o direito de livre expressão e participação, que, na política, se dá através do voto. Democracia, segundo ele, “significa discussão, a oportunidade para que a força do melhor argumento seja preponderante” (1993:204). Transpondo para a democracia familiar, esse princípio cristaliza-se no **diálogo** e na **negociação**, como instrumentos fundamentais da construção da democracia entre pais e filhos e entre homens e mulheres.

A política é um elemento chave do processo de democratização da família. Para os gregos, segundo Arendt (2000), “O ser político, o viver numa polis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força ou violência” (2000:35). No entanto, existia um abismo profundo entre a vida na *polis* e a vida em família: “forçar alguém mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da *polis*, característicos do lar e da vida em família, na qual o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos” (2000:36). Neste sentido, politizar a família é fazer com que seja atravessada pelo direito já existente na esfera pública - o direito do cidadão de ser respeitado, não ser violentado; é tornar as “palavras” e a “persuasão” os instrumentos para solução de conflitos; e é também conscientizar o indivíduo de sua responsabilidade social.

As famílias que adotaram os ideais de igualdade procuram estabelecer novas formas de relação entre seus membros, buscando um ideal de democracia familiar, preparando seus filhos para uma postura igualitária no espaço público, contribuindo, assim, para uma sociedade mais justa. Daí a importância da **politização** para este grupo, pois dela dependem os dois movimentos fundamentais – o da politização de fora para dentro da família, transpondo a democracia do espaço público para o privado, e o da politização de dentro para fora da família, devolvendo à sociedade

um cidadão politizado, justo, solidário, libertário, igualitário. Estes dois movimentos esfacelam, aos poucos, as fronteiras entre o público e o privado.

Podemos dizer que o individualismo, em sua face de radical isolamento do indivíduo, torna-o um solitário narcisista, por subordinar radicalmente a totalidade social. A superação da hierarquia entre indivíduo e sociedade, entre privado e público, ou ao menos a procura constante de um equilíbrio precário, levaria a um indivíduo solidário.

A superação do individualismo narcisista pode receber a contribuição da politização/democratização da família, através de uma socialização baseada nos princípios de igualdade, solidariedade, consciência de deveres e direitos, autonomia e liberdade – no público e no privado. A família igualitária, uma utopia em construção, através da politização, transcende sua dimensão privada, conscientizando seus filhos da necessária, responsável e inevitável interconexão entre as duas dimensões na vida de todos os indivíduos.

4. OS IDEAIS DEMOCRÁTICOS E A SEXUALIDADE NA FAMÍLIA IGUALITÁRIA

O contexto político-social da década de 60 pode ser considerado o grande fermento da ideologia igualitária. Não podemos afirmar que seu surgimento se deu ali, pois, como vimos, a autoridade paterna estava em cheque desde a década de 40, mas, com certeza, foi uma época de grande efervescência, no mundo ocidental, da luta por uma maior liberdade e igualdade; uma maior amplitude dos direitos e uma série de mudanças. O caráter internacional desta efervescência era inédito, ele significava a erosão das estruturas da civilização ocidental – os cidadãos queriam transformar quase tudo, e ainda querem, já que 1968 é, como dizem, “o ano que não terminou...” Todas as formas de opressão passam a ser combatidas, desde a da família, a da escola, até a do Estado. Os movimentos de protesto lutavam contra a guerra do Vietnã, contra o autoritarismo dos professores, dos pais, e em defesa da paz, da liberdade de expressão, etc. Esta ideologia conseguiu unir as pessoas acima de suas fronteiras e culturas. Embora fosse um movimento do Ocidente, era também voltado a um reencontro com o Oriente, fenômeno que se expressa no interesse pelas religiões, filosofia e estética orientais.

Esse ideário entusiasmou, principalmente, a juventude. Vaitsman (1994) assim descreve este período:

“A geração que entrou para as universidades a partir de meados dos anos 60 foi protagonista de um conjunto de mudanças econômicas, políticas, nos códigos de comportamento e nas relações entre os gêneros (...) O ano de 68 foi o marco não apenas em Paris, Berkeley ou Praga, mas também em várias cidades brasileiras. (...) a participação política dos jovens, dirigida contra a ditadura militar, passava necessariamente pelo projeto de uma transformação revolucionária total da sociedade” (1994:68, 69)

A ideologia igualitária constituía uma bandeira defendida por pessoas identificadas com a esquerda; assim como à direita estava associada uma ideologia

conservadora, defensora da hierarquia. Uma parte dos que estavam envolvidos na luta política - por exemplo, os comunistas mais tradicionais - defendia que questões como a de gênero ou a de raça seriam secundárias e, até, um desvio indesejável de energia. No entanto, coexistiam muitas tendências discordantes dentro da esquerda. Um dos entrevistados, que entrou na universidade em 1968¹¹, afirma ter convivido com este tipo de “companheiros” que tachavam sua turma de reacionária por gostar de Caetano Veloso, já que este usava guitarra.

“a gente não concordava com o que colocar no lugar, porque a gente era mais anarquista, quer dizer, anarquista, mesmo, seria organização nenhuma... E eles eram a favor de derrubar a ditadura pra colocar uma outra ditadura... um determinado grupo era ligado à China, outro ligado a Moscou, outro à Albânia, não é? Mas, a gente não tinha absolutamente nada a ver com isso, embora convivesse com eles, participasse de passeatas proibidas, naquele tempo, junto com eles, mas realmente tinha muita coisa que a gente não concordava... e quando a gente chegava com disco de Caetano, a gente era muito criticado, assim: isso é reacionarismo, usar guitarra, é uma coisa que veio dos Estados Unidos, e tal... o bom é Geraldo Vandré, e Chico Buarque... ‘olhe, a gente adora Geraldo Vandré e Chico Buarque. Apenas, por coincidência, a gente não tá com os discos deles aqui, mas a gente ouviu muito eles...’” (Ivan)

Gostar, por exemplo, de Caetano, simbolizava incluir uma revolução nos costumes; significava estar sintonizado com um antiautoritarismo mais amplo, transposto para o plano pessoal, cujos referenciais eram mais próximos do movimento *hippie*, do tropicalismo, das artes de vanguarda, de uma estética mais colorida e cabeluda, do feminismo, entre outros. O grafite mais famoso da época dizia: “É proibido proibir, Lei de 10 de maio de 1968” (Matos,1981:61). É neste momento, também, que efervesce o movimento de contracultura, opondo-se de várias maneiras, com uma crítica radical, à cultura vigente e oficial. Os movimentos artísticos no Brasil, entre 64 e 68, enquanto o AI-5 não vinha, expuseram sua repulsa

¹¹ Este é o entrevistado mais velho, com 52 anos. Foi um achado incrível, pois a sua família, na década de 60, já era extremamente libertária em relação aos filhos.

ao sistema através do cinema, com Glauber Rocha, no teatro, com *O Rei da Vela*, de Oswald de Andrade, etc. O movimento tropicalista muito ligado nos meios de comunicação, conseguia ampla divulgação de suas idéias e das frases de Caetano, como esta: “Nós tivemos coragem de entrar em todas as estruturas e sair de todas” (Dantas e Simon, 1982:105). Como disse Ventura, “Parte dessa geração queria ‘trazer a política para o comportamento’ e parte procurava levar o comportamento para a política.” (Ventura, 1988: 31).

A década de 70 iria ampliar a compreensão de que muitas alternativas políticas de esquerda eram de caráter totalitário. O resultado foi, segundo Vaitsman:

“a busca de novos caminhos existenciais, discursivos, culturais, que se expressariam com a contracultura, o tropicalismo, a poesia marginal, a cultura da droga, da psicanálise, do corpo e o desbunde dos anos 70. Daí também a emergência de novas formas de ver e conceber o social e o político”(1994: 70).

Estas novas formas resultaram no nascimento dos novos movimentos sociais, que deslocavam o foco da política - do macro para o micro. São exemplos destes movimentos o feminista, o ecológico, o negro e o homossexual. Entre as famílias pesquisadas, muitas estavam engajadas em variados movimentos políticos. O entrevistado citado anteriormente foi, no conjunto de entrevistas, o que teve a maior proximidade com este “desbunde”. A realidade do Nordeste do Brasil, particularmente Pernambuco, nos concede um quadro mais conservador do que, por exemplo, a juventude da época no Rio de Janeiro ou em Paris. O engajamento das demais famílias variou entre a participação no movimento estudantil e um envolvimento mais profundo com partidos clandestinos de esquerda. Em apenas uma das famílias, o pai era um político parlamentar.

De qualquer forma, seja mais ou menos, todos estavam sintonizados com o ideário de esquerda, cujo igualitarismo dizia respeito, no mínimo, a uma igualdade de

oportunidades para a superação da desigualdade de classes. Os que se restringiam a esse mínimo foram recebendo pressão para adotarem uma coerência ideológica, ou seja, a igualdade significava, também: 1. a libertação da mulher em relação ao seu papel exclusivamente doméstico, em relação à hierarquia naturalizada; 2. a libertação dos filhos em relação à autoridade opressiva. Estes dois núcleos de mudança – de comportamento - da esfera privada tinham como alvo principal a autoridade masculina do pai-marido. A hierarquia contra a qual lutavam estava concentrada na figura do homem adulto. As mudanças na forma de tratar a sexualidade, portanto, vão passar por uma transferência do poder paterno sobre a dimensão sexual dos filhos, das filhas e da esposa, para as mãos de cada um deles.

No contexto tradicional, a orientação sexual e de gênero estrutura-se através do controle do corpo da mulher pelo homem, originado na preocupação com o controle da fecundidade feminina. Decorrem daí, por exemplo, o tabu da virgindade e a condenação radical da extraconjugalidade feminina, enquanto que ao homem são praticamente estimuladas práticas opostas a estas, ou seja, ter relações sexuais antes do casamento e relações extraconjugais. Com o objetivo de anular esta assimetria de direitos, as pessoas que adotam uma postura igualitária buscam estruturar a orientação sexual em torno do respeito à autonomia. A construção desta autonomia necessita de alicerces firmes, ou seja, cada indivíduo precisa preparar-se para a autogestão de sua sexualidade através da informação. O diálogo é o instrumento fundamental para a transmissão destas informações e dos valores relacionados ao tema, que são distintos dos valores da maioria tradicional. O diálogo toma também a forma de debate em família, estimulando o espírito crítico sobre os preconceitos e as origens dos tabus. Esta elaboração crítica é necessária por conta do convívio constante dos filhos com valores contrastantes tradicionais - do mundo externo à

família, ou mesmo alguns valores arcaicos sobreviventes no interior da sua família - e igualitários. A transmissão ideológica, nas famílias em foco, se processa em oposição à ideologia dominante e, portanto, exige uma argumentação sofisticada, a cada momento de conflito, de análise dos fatos cotidianos e dos fenômenos sociais.

A PASSAGEM DA TEORIA À PRÁTICA

Retomando Giddens, vamos buscar ligar estas duas dimensões – a prática e a teoria -, muitas vezes extremamente distanciadas, para lembrar que estamos sempre em um processo de busca para tornar nossas práticas coerentes com nossas ideais.

Segundo suas próprias palavras sobre a democracia:

“Os ideais não são a realidade. Até que ponto qualquer ordem política concreta poderia desenvolver uma tal estrutura, é problemático. Neste sentido, há elementos utópicos nestas idéias” (1992:205).

Iniciaremos pela análise da temática sexualidade, um dos núcleos de transmissão escolhidos, tendo em vista a sua importância como demarcadora da liberdade e da auto-determinação sobre o próprio corpo, assim como pela importância do espaço familiar no controle da sexualidade, a exemplo das ações que regulam a proibição do incesto e os papéis fortemente hierarquizados assumidos pelos membros da família nesta regulação. A liberação sexual representou uma das maiores bandeiras de luta, a partir da década de 60, tendo sido, para Castells, uma questão decisiva: “Para todos, a liberação sexual, sem limites institucionais, tornou-se a nova fronteira da auto-expressão. Não na imagem homofóbica da procura incessante por novos parceiros, mas como afirmação da própria personalidade e nos experimentos com a sexualidade e o amor” (2000:172).

Giddens (1993) analisa as idéias de Marcuse, Reich e Foucault sobre a sexualidade e demonstra que Marcuse e Reich não levaram em conta um componente importantíssimo da questão, que era o gênero; além disso, para Foucault “assim como para os outros [Marcuse e Reich], a permissividade da época atual é um fenômeno do poder, e não um caminho para a emancipação” (Giddens, 1993:186). Com efeito, Foucault tem uma visão pessimista sobre a liberação sexual, de um modo geral, afirmando estarmos todos presos à teia do poder, e que a própria sexualidade é um instrumento de poder “um dispositivo de sujeição milenar” (Foucault, 2002:268). No entanto, no que se refere aos movimentos de liberação da mulher, ele afirma que a liberação verdadeira só foi possível graças a uma “dessexualização”, “um deslocamento em relação à centralização sexual do problema” (2002:268). Esta “dessexualização” se deve ao fato de o movimento de mulheres, segundo ele, ter se proposto a objetivos mais amplos, como o econômico e o político. Discordando desta visão, Giddens diz não acreditar na noção de Foucault de que as mudanças nas atitudes sexuais atuais sejam apenas parte do controle do biopoder, destacando a legitimidade dos elementos emancipatórios envolvidos nesta luta. De fato, a grande mudança na área da sexualidade foi a conquista da liberdade sexual pelas mulheres, o direito ao prazer sexual. Além disso, por mais que se possa discutir a existência da permissividade como um jogo do poder, do controle sobre os corpos inconscientes, ela não anula as vitórias parciais da emancipação.

É importante, ainda, frisar a importância cultural da sexualidade no Brasil. Ela se evidencia na exibição explícita de corpos nus e de cenas sensuais por toda parte. A nossa visão fica repleta de imagens eróticas: nas roupas das pessoas na rua, poucas e bem coladas ao corpo; na televisão; nas capas de revistas; nos *outdoors*; na nudez das mulheres no carnaval. Tudo leva a crer que realmente “não existe pecado do lado de baixo do equador”.

Parker (1991), propõe a idéia de uma “ideologia do erótico”, própria ao Brasil. Segundo ele, no Brasil, a noção de transgressão passa por uma distinção cultural sobre a concepção de comportamento público e privado. Apesar de haver uma série de normas e regulamentos para o comportamento sexual na vida pública, quando se está na reclusão do espaço privado, longe do olhar dos outros, tudo é permitido: “por debaixo do pano, tudo pode acontecer”. Nas suas próprias palavras:

“The rules and regulations of normal daily life cease to function in the intimacy of sexual interactions, and a freedom of sexual expression that would be strictly forbidden in the outside world takes shape in the privacy of erotic practice. (...) At the same time that such expressions articulate a clear distinction between public and private norms in contemporary Brazilian culture, however, they simultaneously subvert this very opposition by hinting at the unexpected possibilities of sexual pleasure: Through a series of symbolic inversions, they play upon a basic symbolic opposition between the *casa* or house and the *rua* or street as central to the organization of daily life.” (Parker, 1991:228)

É possível que tenha havido um somatório de eventos e predisposições que levaram a este fenômeno brasileiro de relativização e afrouxamento de regras: a liberação sexual do ocidente na década de 60; uma ideologia erótica latente; essa dicotomia entre condutas no espaço público e no privado; a convivência histórica de etnias diferentes, exigindo uma capacidade de tolerância à diversidade de códigos.

Para Costa (2002), estamos vivendo a mercantilização do sexo, levando a um processo de banalização:

“não estamos mais, como antes, utilizando o sexo para vender mercadorias; o próprio sexo, hoje, é a mercadoria. (...) O único aspecto positivo da "banalização da sexualidade" que consigo ver é o fato de abandonarmos, talvez, a veneranda idéia ocidental de que preferências, inclinações, práticas ou características sexuais têm a ver, necessariamente, com valor ético.” (Costa, 2002: 1)

Para Costa, estaríamos, talvez, então, vivendo um processo no qual a secular abominação do sexo teria se transformado em veneração, de supremo mal a supremo bem e, chegando, agora, à banalização, talvez tenha um destino mais saudável, pois deixaria de ter uma importância moral tão grande, tornando-se, apenas mais uma das manifestações humanas. Neste caso podemos associar esta trivialização do sexo com a “dessexualização” de Foucault, uma descentralização necessária a uma verdadeira liber(t)ação (do) sexual.

O TRATAMENTO DA SEXUALIDADE NAS FAMÍLIAS EM FOCO

Desta maneira, as famílias que se propunham a defender os valores de igualdade e liberdade, no Brasil, podiam contar com certas facilidades para estabelecer seu espaço de liberdade sexual para adultos e adolescentes. Mesmo entre famílias não identificadas com esta ideologia, no Brasil das décadas de 80 e 90, houve uma certa normalização da atividade sexual antes do casamento, tal como podemos verificar nas novelas de televisão, que podem servir tanto de termômetro das mudanças de comportamento como de estímulo a determinadas condutas. No entanto, as mudanças são acompanhadas por uma acusação de permissividade.

A discussão sobre a permissividade sexual na família engloba as questões sobre os limites de liberdade, quando toma um caráter mais conservador, ou sobre a real compreensão dos valores relativos à liberdade sexual, colocando em dúvida a existência de uma efetiva autonomia. O termo permissividade é muito utilizado,

atualmente, pelo senso comum, para criticar a falta de controle dos pais sobre os filhos e para referir-se ao comportamento sexual considerado prematuro ou exacerbado, principalmente dos jovens. No entanto, em um ambiente onde a autonomia é um valor, é uma qualidade incentivada pelos pais, a própria raiz da palavra, significando a “permissão” de alguém sobre o comportamento de outrem, expressa uma condenação conservadora sobre o estímulo à autonomia. Somente um entrevistado expressou a sensação de que houve uma falta de limite em relação ao comportamento sexual, referindo-se ao uso do quarto para receber os namorados, liberado, tanto para ele, como para a irmã. Ele acha que o uso do quarto resulta numa estadia permanente dos namorados na casa.

“Não pretendo repetir dessa forma não. Eu acho que as relações, a gente, lá em casa... como minha irmã, por exemplo, quando ela teve o primeiro namorado, que ele começou a dormir lá em casa, de repente ele começou a morar lá em casa e eu acho que isso tende a acontecer. Acontece em muitas famílias, vai ficando, vai ficando, de repente, encostou. Mas acontece justamente porque não houve um momento em que teve um limite.” (Hugo)

Os problemas podem aparecer, portanto, na invasão dos espaços, pela falta de estabelecimento de regras claras, típicas de um processo de experimentação. Em outra família, encontramos o hábito de reuniões periódicas para a expressão de pontos de vista em relação aos problemas e decisão conjunta quanto às regras internas da casa. Embora estas reuniões fossem “debaixo de muito choro”, são vistas pela entrevistada como muito saudáveis. A maior parte das famílias protela uma primeira conversa sobre sexo, esperando uma solicitação, por parte dos filhos, ou uma ocorrência que suscite a necessidade deste diálogo. Esta postura é coerente com a intenção de estimular a autonomia, respeitando a privacidade de cada um. Os conflitos aparecem com a ocorrência de gravidez e no caso citado de uso do quarto sem limitações.

Muitas filhas foram encaminhadas ao ginecologista quando a mãe percebeu que estavam se iniciando no sexo. As orientações referiam-se a evitar a gravidez e, com os mais jovens, o cuidado com a AIDS. Apesar das recomendações ocorreram muitos casos de gravidez e de aborto. Quando a solução foi o aborto, os pais davam apoio no sentido de decidir o que fazer e de pagar as despesas.

“uma irmã engravidou do namorado, com 22 anos que era um cara que ela tava há pouco tempo, aí meu pai foi lá, falou com ela, disse que tava tudo bem, ela pensou em sair de casa, ele falou pra ela ficar...depois minha outra irmã mais nova engravidou, isso já mais recente, em 90, por aí... e abortou, minha mãe ajudou, deu um suporte. Naquela época não tinha preocupação, no nosso caso, não tinha AIDS, tinha com engravidar mas não era uma coisa muito...” (Fernando)

Bárbara decidiu abortar porque havia terminado o namoro, mas terminou desistindo porque a gravidez já estava no quarto mês:

“já fazia uns dois meses que eu não tava mais com ele... não tinha mais porque ter um filho com ele e aí a minha primeira reação foi dizer ‘eu não quero ter’, tava decidida que não queria. Aí procurei um médico aqui em Recife, pra abortar. O médico disse ‘olhe, eu não faço, porque você já passou dos três meses, você já tá no 4º mês e é muito perigoso’ (...) Aí eu contei pra minha mãe por telefone e disse pra mamãe que não queria ter. Como eu sabia que na França o aborto é legalizado, que ela procurasse saber, porque eu ia viajar pra França pra fazer lá. Mas aí ela procurou saber e na França só se pode fazer até três meses. Mas na Inglaterra se fazia até quatro (...) Aí eu disse, bom, não vou, e quando tava claro que não ia fazer, caí na real que ia ter” (Bárbara)

Constata-se, assim, o apoio dos pais, a participação da mãe, demonstrando a ausência de um julgamento moral forte, condenando o aborto; no caso de Fernando, talvez o fato esteja associado aos pais não terem religião. No caso de Bárbara, a mãe, apesar de ser evangélica, não fez nenhuma pressão no sentido de manter a gravidez, segundo a entrevistada. Provavelmente, outros valores se colocaram acima dos princípios religiosos; a explicação de Bárbara para a aceitação da mãe é: “Concordou, até porque eu tava muito decidida”. Para as irmãs de Fernando, parece ter havido a preocupação com a reação do pai, que era conservador em relação a

questões de gênero, segundo suas próprias palavras: “meu pai sempre ficava brigando, sem querer deixar, dizia que o vestido tava curto... e mamãe sempre ficava enfrentando essas questões; ela era mais liberal”. A irmã, grávida, chega a pensar em sair de casa, imaginando talvez que este seria o desejo do pai.

“Muita conversa sobre o assunto, sempre; todos os namorados e namoradas dormiam conosco em casa sem grandes problemas para a relação pais-filhos. Em todo caso, sempre discutimos muito todos os assuntos e sempre houve um grande respeito às opções do outro, mesmo se existiam pequenos desacordos.” (Aline)

“Não me lembro desse tipo de conversa espontânea, agora a gente sempre teve liberdade de perguntar e sempre que perguntava tinha resposta... Pra abrir os caminhos, eu praticamente fiz isso, lá em casa... minha mãe sabia, quando a gente viajava, e tal, mas dentro da casa dela, no princípio, nunca foi uma coisa... comigo... aí com os outros já foi tranquilo. O namorado de (irmã), chegou, já dormiu com ela... e (irmão), todo mundo... Quando ela [a mãe] viu que eu tava solicitando muito viajar, saía, chegava tarde, aí ela disse, filha, não é melhor a gente ir a (ginecologista), você se organiza com ele direitinho, pra não ter nenhum tipo de problema. Daí ela me levou, eu fui, numa boa...” (Carmem)

A liberdade de uso do quarto para namorar, embora não possa ser considerado um achado, e sim um traço característico que pode ter norteador a indicação dos intermediários da amostra, faz parte do perfil das famílias entrevistadas:

Quadro 2

Podiam transar com namorado(a) no próprio quarto

Ego	S/N
Aline	Sim
Bárbara	Não
Carmem	Não*
Diana	Sim
Elisa	Sim
Fernando	Sim
Gustavo	Não
Hugo	Sim
Ivan	Sim
Júlio	Sim

*As irmãs e irmãos mais novos puderam

Na família de Carmem não havia uma regra prévia para o uso do quarto pelos namorados ou, se havia, foi modificada na base da pressão da irmã mais nova. A primeira filha afastou-se cedo, teve muita liberdade, mas ela mesma tomou a iniciativa de se afastar. Carmem era a segunda, mas a primeira a ficar em casa, e tinha liberdade de transar com o namorado, apoio da mãe para preparar-se, indo ao médico, mas não ousou, talvez, tentar o uso do quarto. A terceira filha pressionou e conseguiu. Algumas vezes, as normas variam de acordo com a pressão dos dois lados, dependendo um pouco do temperamento de cada um, ou de ser um filho de uma fase já mais amadurecida para os pais. Podemos inferir que a mãe adota uma postura flexível, observando e reagindo de acordo com o perfil de cada um, em cada caso. Ela pode levar em consideração, por exemplo, que a terceira filha é mais responsável, ou que o seu namorado seja mais digno de confiança. Neste sentido, não há uma regra estática, mas uma flexibilidade. A propósito desta flexibilidade, os resultados encontrados por Quadros em relação a pais de camadas médias recifenses estão em sintonia com esta postura:

“A diferença fundamental entre a paternidade tradicional e a nova paternidade reside na maneira como o pai/marido se relaciona com a mãe/esposa e os seus filhos. Enquanto os pais menos participativos pareciam mostrar a paternidade, o casamento e a casa como **resolvidos**, os pais mais participativos demonstravam **estar resolvendo-os** cotidianamente” (Quadros, 1996:183)

Outro exemplo interessante de acordo é o de Júlio:

“Quando era namorada muito nova eu evitava fazer com que minha mãe estivesse presente. Uma namorada que não era de muito tempo... se eu trouxesse uma menina que ela nunca viu e subisse lá pro quarto eu sabia, implicitamente, que ia ter ‘meu filho, eu não sei quem é, me apresente...’, uma certa pressão pra que a coisa não virasse bagunça. Então eu tinha essa preocupação natural, que é até um instinto de preservação da casa, eu não queria trazer pra minha casa, pro meu quarto, uma pessoa que eu não tivesse uma intimidade maior, que eu não ficasse à vontade, sei lá... eu conhecer a menina ontem e a menina já tá dormindo na minha cama, eu não sei quem é, pode ser uma trambiqueira... sei lá... um instinto de preservação da minha parte, fora o da minha mãe... que era maior ainda” (Júlio)

No caso de Júlio, a regra de só levar uma namorada quando já a conhecesse bem (ou que, pelo menos, a mãe não fosse obrigada a encarar a novata), foi introjetada como um princípio ético, que ele sente como um “instinto de preservação”: preservação da segurança e da privacidade da família.

“Quando eu arrumei meu namorado, que foi praticamente o primeiro namorado de chegar a levar em casa, de passar final de semana, de sair para uma praia, aí minha mãe sempre falou, né, meu pai não muito, mas minha mãe ficou, ‘cuidado, a gravidez’... sempre orientou, sempre perguntou se tava tomando cuidado, essas coisas. Até enchia o saco...” (Elisa)

Elisa engravidou, com 21 anos, apesar dos avisos da mãe, e teve uma filha, foi morar com o namorado em um apartamento organizado pela família – trancou a universidade durante um semestre e voltou.

No caso de Diana, os sete anos de namoro sem gravidez talvez reflitam todo o empenho das duas famílias envolvidas nos cuidados com os métodos anti-conceptivos. Diana sonda a questão, a mãe sugere, o casal decide, as mães dividem o custo.

“Quando eu comecei a namorar, fui apresentar meu namorado a meu pai, a primeira coisa que ele me deu foi uma camisinha. Quando eu fui saindo, ele disse ‘tome, minha filha’. Eu tinha 15 anos ... eu queria que ele viesse dormir aqui, com pouco tempo de

namoro, pouquíssimo, aí minha mãe, ‘não’. Aí, um dia eu trouxe ele pra dormir e ele dormiu, aí eu botei um bilhete, “(namorado) tá aí” aí no outro dia ela não falou nada, aí continuou, até hoje ele dorme aqui. Aí minha irmã mais nova já pôde trazer namorado pra dormir ... eu coloquei um DIU. Conversei com minha mãe, ela disse ‘porque você não bota?’ eu e ele, a gente dividiu (o namorado): minha mãe pagou minha metade e ele pagou a metade dele, não sei nem se ele pediu pra mãe dele, que eu me lembro que a gente comprava anti-concepcional, e uma vez era minha mãe que comprava e outra vez era a mãe dele. Ele dizia ‘mãe me dê dinheiro pro remédio de Diana’...” (Diana)

“[irmã] namorava com (namorado) e ele dormia lá em casa, no quarto dela. E era permitido... e isso foi nos finais dos anos 60, começo dos 70... e meus pais recebiam muitas críticas, dos amigos...” (Ivan)

A grande variedade de soluções para as questões da orientação sexual mostra que não há modelo, não existem receitas prontas, pois cada família precisa viver seu próprio processo de reconhecimento de cada indivíduo e das relações possíveis entre eles. Já que não há papéis pré-determinados, o desenvolvimento dos filhos acompanha a construção dos acordos, que se limitam às visões de mundo dos pais, pelo menos em uma primeira fase da vida. Um dos entrevistados, por exemplo, ficou em dúvida se deixaria, no futuro, a filha “transar” com o namorado em casa, mas logo depois reconheceu que, embora à primeira vista desejasse evitar aquela concessão, não poderia proibir, sob o risco de ser incoerente com sua própria experiência, pois ele teve esse direito, e com os princípios que defende. Embora não possamos generalizar, vimos que, quando estas pessoas pensam em como resolver um problema em família, procuram lembrar de suas idéias a respeito da sociedade, da família, do sexo, e buscam ser coerentes com elas – ou seja, não procuram “o que tradicionalmente se faz nesses casos” para aplicar em sua família.

O comportamento sexual dos adolescentes recebe também muita influência do meio externo à família. Seja qual for o fenômeno - a “permissividade da época

atual” de Giddens, a “ideologia do erótico” brasileira, de Parker ou o “sexo como mercadoria”, para Costa – vivemos uma super erotização que atinge, sobretudo, os indivíduos desinformados, trazendo como resultados: DSTs, AIDS, gravidez indesejada, etc. As famílias que não seguem o modelo tradicional procuram soluções cotidianamente, baseadas na informação, no diálogo, na liberdade, na saúde, no respeito, no prazer... um dia de cada vez.

5. As relações entre a ideologia igualitária, a política e a religião

Os ideais de igualdade e liberdade da década de 60, onde encontramos os jovens pais de nossos entrevistados, estavam, como vimos, estreitamente ligados à política, mas começavam a refletir-se, também, sobre as questões pessoais. Era uma nova visão de mundo, um par de lentes que re-significava todas as relações sociais; questionava todas as normas estabelecidas, todas as instituições, todos os dogmas. A religião não poderia escapar de ser questionada, já que representava um modelo de hierarquia – e, portanto, não-igualdade – e, também, um conjunto de interdições que iam de encontro ao valor da liberdade. Por outro lado, o segmento mais progressista da Igreja católica, neste momento decisivo da política brasileira, procurou abrir-se para uma preocupação com a injustiça social e com a pobreza, atraindo um grande número de jovens e abrindo caminho para um engajamento político. Uma parte dos jovens e intelectuais da época, mais identificados com os ideais de igualdade e liberdade, rompeu os laços com a religião, alguns tendo se aproximado da visão materialista.

IDEAIS IGUALITÁRIOS E CONTRADIÇÕES COM A RELIGIÃO

Algumas dessas pessoas eram originárias da Ação Católica, do movimento estudantil através da JUC, Juventude Universitária Católica ou da JEC - Juventude Estudantil Católica (secundarista). No entanto, o acirramento da participação política levou-as a um contato com idéias marxistas afastando-as da religião. Estas famílias substituíram a orientação religiosa por uma ética materialista, mas de inspiração extremamente cristã, ou, melhor dizendo, franciscana, apoiada sobre valores como a solidariedade, a cooperação, a defesa dos fracos e oprimidos (“opção preferencial pelos pobres”) e a crítica à competição. Muitas vezes, os depoimentos até parecem contraditórios, diante do confuso entrelaçamento de opções:

“Meus pais são católicos e durante uma certa época da vida deles eram praticantes. Numa época em que a Igreja começava a se modernizar com a teologia da libertação. Depois do Golpe de 64, minha mãe tornou-se completamente descrente... “Ambos tornaram-se menos praticantes, mas sempre continuaram ligados à igreja, seja através da sua participação na AP (Ação Popular), seja ligados aos movimentos de comunidade de base, mas sempre numa atuação política. Eu nunca fui ligada à igreja ou a uma religião. Quando era pequena, me batizei, fiz primeira comunhão, me crismei; em parte, porque estudei em colégios religiosos (por pura falta de opção) e, também, por causa de minha avó materna que tinha uma certa influência nesse sentido, quando eu era pequena.” (Aline)

Embora diga que os pais são católicos, logo em seguida Aline afirma que a mãe tornou-se completamente descrente. A ausência da orientação religiosa para os filhos confirma que a descrença prevaleceu. A contradição talvez se explique por um hábito muito comum de afirmação automática de um catolicismo apenas aparente – uma espécie de autodefesa contra o preconceito e a rejeição social.

“Eles tinham toda essa coisa de ter morado fora e até deixado de lado a coisa da religiosidade; deixado de lado por completo; eram tidos como um casal liberal, no sentido de não-conservador e a gente tinha essa pecha, entre os primos, de ser os filhos que eram bem soltos, bem liberados.” (Gustavo)

A associação entre a “liberalidade” e o abandono da religiosidade indica a relação entre os três temas deste capítulo: a política de esquerda levou à adoção do antiautoritarismo como valor, irmão do igualitarismo, os quais entram em contradição direta com o caráter hierárquico e autoritário da Igreja Católica. É interessante notar que a participação neste movimento incluía as mulheres, ou seja, as mães dos entrevistados, e não somente os pais. A Igreja era uma porta de entrada para as mulheres na política, de forma legitimada, aos olhos de suas famílias tradicionais – e constituía, também, um primeiro espaço público, de convivência entre rapazes e moças, até então apartados em escolas não mistas. Para elas, particularmente, a contradição é ainda mais complexa. Suas mães (as avós dos

entrevistados), eram verdadeiras guardiãs da religiosidade, um atributo indispensável, na época, para a mulher virtuosa. Algumas, então, não ousaram desligar-se por completo de “uma certa religiosidade”, como diz um dos entrevistados, mas apenas declarada e não praticada. O catolicismo exige muito mais sacrifícios delas do que dos homens, tal como a virgindade antes do casamento e uma moralidade muito mais rígida. Esta contradição, no entanto, foi resolvida pela maioria das mães das famílias entrevistadas com o abandono completo da religião.

Esta relação conflituosa foi analisada por Zaíra Ary (2000), em *Masculino e Feminino no Imaginário Católico*, onde coloca a seguinte questão: entre os anos 50 e 60, surgem duas correntes igualitaristas no seio da Igreja Católica, representadas na Ação Católica - JEC e JUC - e, mais tarde, na Teologia da Libertação. A autora destaca as representações e normatizações sobre a sexualidade, os papéis sexuais, etc., contidas nessas correntes, partindo do princípio de que, mesmo no interior desta proposta mais igualitária da Igreja, havia uma disfarçada distinção de gênero, com discriminação do feminino. Ela destaca, então, quatro pressupostos sobre a posição católica em relação ao tema. O primeiro é o da unificação sexual do gênero humano, reduzindo-o ao gênero masculino. O segundo é o da condenação da sexualidade e conseqüente valorização da virgindade. O terceiro, o da condenação da mulher; introdutora, segundo a bíblia, do pecado original/sexual. A imagem de Eva, associada à pura natureza, à fraqueza e ao perigo – ou seja, a não-enculturada, não portadora de razão -, “levou à ‘necessidade’ antitética de difusão de uma segunda imagem de mulher idealizada como assexuada, sofredora, abnegada, enfim, sublime e divinizada, tal como Maria, representada pelo ‘eterno feminino’ (e pelo ‘marianismo’), tido como modelo ‘higiênico’ proposto às mulheres cristãs” (2000:40). O quarto pressuposto era a concepção de que a vida sexual e a afetiva

eram questões secundárias, associadas a uma esfera não politizável. A conclusão é que mesmo a ala progressista da Igreja Católica não estendeu seus ideais igualitários às questões de gênero. Minha opinião é que este fato aprofundou o fosso já iniciado pelo contato com o marxismo, levando a uma compreensão, até por parte dos homens, das irreversíveis contradições entre seus anseios de igualdade/ liberdade e a doutrina religiosa.

A misoginia das religiões, em geral, legitima a hierarquia de sexo/gênero, quando atribui a ela uma origem divina, original e universal (Godelier, 2001). Os mitos e dogmas transmitem os símbolos que, na mais tenra idade, constroem imagens inconscientes sobre o mundo e o lugar que cada tipo de pessoa pode ocupar nele. Esta questão é abordada por Bourdieu (1999), quando coloca a Igreja entre as quatro principais instituições – Família, Igreja, Escola e Estado - que garantem a reprodução da desigualdade de gênero agindo sobre as estruturas inconscientes:

“Quanto à Igreja, marcada pelo antifeminismo profundo de um clero pronto a condenar todas as faltas femininas à decência, sobretudo em matéria de trajes, e a reproduzir, do alto de sua sabedoria, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres. Ela age, além disso, de maneira mais indireta, sobre as estruturas históricas do inconsciente, por meio sobretudo da simbólica dos textos sagrados (...) Em certas épocas ela chegou a basear-se em um sistema de oposições éticas que correspondia a um modelo cosmológico para justificar a hierarquia no seio da família – monarquia de direito divino baseada na autoridade do pai – e para impor uma visão do mundo social e do lugar que aí cabe à mulher por meio de uma verdadeira propaganda iconográfica”(Bourdieu, 1999:103-104)

Mesmo entre as mulheres que não tiveram atividade política ou participação em movimentos católicos, evidenciavam-se contradições entre as expectativas de autonomia, igualdade de direitos, liberdade sexual e o ideal feminino da Igreja Católica, com suas imposições e sacrifícios. Um exemplo destas imposições

insustentáveis é a proibição do uso de anticoncepcionais, que representou um marco na possibilidade de controle da mulher sobre a reprodução e sobre seu corpo. Outro exemplo foi a proibição do uso de preservativos, o que se tornou um problema por conta do avanço da AIDS. Estes dois exemplos revelam que a preocupação da Igreja diz respeito justamente ao controle sobre o corpo da mulher, da reprodução. O corpo teria apenas a função de reprodução e não poderia ser encarado como uma fonte de prazer.

ATIVIDADE POLÍTICA E RELIGIÃO

Houve apenas um caso de pais que não tiveram atividade política e assim mesmo não deram orientação religiosa aos filhos. Sua posição política é declarada como de esquerda.

“Ela (a mãe) não teve engajamento algum, mas era simpatizante. Porém o pai dela era militante das ligas camponesas, se mantinha informado e tinha muita literatura. Na época da repressão ele teve que esconder livros. Ela e vovó eram simpatizantes. Eram parentes de Julião. Ele (o pai) sempre foi de esquerda, mas nunca participou de nada.” (Diana)

Nos quadros abaixo estão registradas as posições da mãe, do pai e do entrevistado acerca da religião, a ocorrência de orientação religiosa e de atividade política por parte dos pais.

QUADRO 3 – PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS PAIS

Ego	Atividade Política dos pais
A Aline	Sim - pai e mãe
B Bárbara	Sim*- mãe
C Carmem	Sim - pai
D Diana	Não
E Elisa	Sim - pai
F Fernando	Sim - pai e mãe
G Gustavo	Sim - Pai e mãe
H Hugo	Sim - pai e mãe
I Ivan	Não
J Júlio	Não

QUADRO 4 - RELIGIÃO

Nome	Mãe	Pai	Ego	Orientação religiosa
A	Sem Religião	Sem Religião	Sem Religião	Não
B	Episcopal	Sem Religião	Sem Religião ³	Sim
C	Católica	Sem Religião	Sem Religião	Mais ou menos
D	Sem Religião	Sem Religião	Sem Religião	Não
E	Sem Religião	Alternativa ²	Sem Religião	Não
F	Sem Religião	Sem Religião	Sem Religião	Não
G	Sem Religião	Sem Religião	Sem Religião	Não
H	Sem Religião	Sem Religião	Sem Religião ⁴	Não
I	Católica ¹	Judeu	Alternativa ²	Sim
J	Católica	Católica	Católica	Sim

¹Convertida ao judaísmo para casar

²Sente-se religioso mas não é ligado a uma religião organizada, tem maior identificação com a religiosidade oriental

³Crê em Deus

⁴foi educado sem religião, passou a ter durante alguns anos e voltou ao ateísmo

Nos casos de pais não envolvidos em política, a posição declarada também foi sempre de esquerda. Entre estes, alguns se mantiveram religiosos. Entre os casais

envolvidos com a política (sempre de esquerda), dois deram orientação religiosa para os filhos; o primeiro, por conta da mãe se manter católica. O pai, comunista convicto, não exercia pressão para nenhum dos lados, mas conseguiu, no final, uma influência maior, já que a filha e os irmãos, em sua maioria, abandonaram o hábito dos ritos aos quais a mãe os levou – tal como crisma, primeira comunhão. No segundo caso, a mãe é evangélica e sua participação política se distingue das demais por ser recente e por ter se dado em um movimento de cunho ambiental e comunitário, ocupando cargo de presidente, não configurando aquele tipo de atuação da década de 60, mais ligada ao marxismo.

Aquela “certa religiosidade”, algumas vezes, identifica-se com um misticismo inspirado em religiões orientais. Um entrevistado, que também é pai de Elisa, por exemplo, afirma que não se atrai por uma “religião organizada”, mas...

“aos 18 anos, ouvi falar das religiões orientais, da filosofia oriental. O catolicismo é muito ligado à culpa, procura controlar as pessoas pela culpa. Sou muito religioso no sentido de ‘religare’, no sentido de me sentir ligado a tudo, ao todo, a uma força maior. O templo é onde eu estou, não preciso de religião, de igreja. Sinto-me religioso mas não sou ligado a nenhuma religião.” (Ivan)

Outro entrevistado também teve uma fase de aproximação e simpatia pelas religiões orientais, como parte da busca por uma diversidade de explicações para os questionamentos da juventude.

“Eu achei muito interessante quando eu comecei a descobrir que existiam outras realidades, na adolescência, que existiam fenômenos sobrenaturais, começou por aí, que nem tudo era matéria, a coisa do Oriente, que era uma tentação... (amiga) super empolgada com astrologia, e eu ficava assim, primeiro achando estranho, mas depois comecei a ver, a sentir que eu tava muito fechado pro mundo, porque o mundo oferecia muitas coisas e aí comecei a achar que era ridículo eu acreditar que tudo era matéria.” (Hugo)

OS FILHOS E A RELIGIÃO

Como podemos observar no Quadro 3, a ausência de religião, entre os filhos, é quase uma unanimidade: só um declara-se católico e outro revela um misticismo de inspiração oriental (Ivan, 52 anos), já citado anteriormente. A maioria não recebeu orientação religiosa, e quando questionou os pais sobre isso, recebeu uma explicação tendo como base a explicação científica para o surgimento do mundo, do homem. Nas famílias mais politizadas, a adesão a esta versão materialista terminava por ser compreendida, mais tarde, no âmbito da posição política, do marxismo. Em alguns casos, a questão passou quase despercebida, ou seja, os pais não davam importância ao tema, que aparecia somente no contato com os avós e, de tão esquecida, não se solidificou, não aparece como um problema. No entanto, ela é uma das questões que mais influenciam no “sentir-se diferente dos outros”, pergunta que foi feita sempre que a questão não apareceu espontaneamente. Essa diferença era marcada em relação aos colegas de escola, apesar de que a maioria estudou em escolas não religiosas, como se pode ver no capítulo sobre a questão profissional: as escolas “alternativas” eram as mais escolhidas, e sua distinção das demais, algumas vezes, era justamente não ser da Igreja. Apesar de não serem escolas da Igreja, a maior parte dos alunos era católica, assim como a população brasileira.

“eu voltei a ser ateu convicto, né... com todo gás! Depois de 12 anos de religioso, de homem espiritualizado, ascético, voltei ao ateu convicto, totalmente! muito mais convicto! (risos) É, até por me sentir bem, sem acreditar em nada. (...) E agora estou confortável para chegar pros meus meninos e dizer: isso é tudo uma besteira, não acreditem em isso não... Agora, pra eles, [os filhos], é complicado. De vez em quando eu toco um pouquinho no assunto, mas não posso entrar muito, porque a mãe continua na Igreja. Sabem que eu não acredito, eles mesmos não tocam no assunto, porque, também, são crianças, e criança, na igreja, vai, assiste a

liturgia, acha bonito e pronto, não se envolve muito. Pouco tempo atrás, [a ex-mulher] veio me pedir assim: por favor, se eu morrer, tente manter com eles a idéia da noção da Igreja, da religiosidade. Eu disse: não, *perai*, alto lá! respeitar tudo bem. Mas eu tenho o meu ponto de vista, e não acreditar não é uma coisa passiva, é uma coisa ativa. Eu vou dizer que isso tudo não existe. Mas claro que eu vou dizer, é o meu ponto de vista...” (Hugo)

Hugo teve um percurso bem atípico, foi e voltou ao ateísmo convicto, como ele diz, que foi herança de sua família de origem. Os pais foram católicos e tornaram-se marxistas, por volta da época de seu nascimento, no início da década de 60. Durante o período de religiosidade, Hugo e sua ex-mulher (a segunda), adotaram idéias mais conservadoras sobre casamento e educação dos filhos. Mas essas idéias também estimulavam a participação paterna na criação dos filhos, pois valorizavam muito a família, como uma instituição sagrada. Seus filhos continuaram com a orientação religiosa sustentada pela mãe, mas ele deixa entrever que, quando eles estiverem mais maduros, vai questionar a idéia de religião. Em seu terceiro casamento, a atual mulher não dá importância ao fato, e batizaram o filho para agradar à família dela.

No depoimento seguinte, vemos o que é a postura da maior parte das famílias, de não exercer pressão para nenhum dos lados e deixar os filhos à vontade para escolher:

“Lá em casa a gente não teve nenhuma orientação religiosa, no sentido de que, por exemplo, eu não fiz primeira comunhão, e eu, particularmente, nunca li a bíblia... quando eu era pequeno, eu às vezes ficava até constrangido de estar na casa de um amigo e ir pra missa, dia de domingo. Eu não sabia nem rezar, nem sei até hoje. Mas outras irmãs quiseram fazer primeira comunhão e fizeram. Não havia uma coisa de pressão pra fazer, deixavam à vontade, com uma certa opção... agora, naturalmente, não íamos à igreja, nem se rezava. ... minha filha está fazendo primeira comunhão, até eu fiquei... Minha mulher ficou um pouco... não incentivando, mas apoiou, e eu que fui um pouco mais crítico, mas não ao ponto de parar e tal, porque eu acho que seria mais violento. Mas de vez em quando eu converso com ela. Vai ser agora em agosto e há poucos

dias eu conversei com ela sobre o porque e sobre alguns aspectos da religião, da Igreja. O batizado dela, a tia de [a mulher], que também morava no Rio, ficou falando de fazer, aí, a gente fez. A família dela é religiosa. Os outros dois a gente não batizou ainda e ela [a mulher] fala que não quer, não sei o quê... ela, até a juventude, era religiosa, participava de juventude católica. Aí, depois, no comecinho da faculdade, ela teve uma formação mais marxista, e aí crítica à igreja e tal... e aí ela... eu acho um pouco, talvez parecida com a minha mãe, nesse sentido, por exemplo, em determinadas situações ela vai à Igreja, às vezes até sozinha, quando ela tá aperreada.” (Fernando)

Fernando, assim como Hugo, sente vontade de interferir, mas no máximo coloca questionamentos, como ele diz, “o porque” de fazer primeira comunhão. Sua forma de falar, às vezes, parece revelar uma sensação de constrangimento pelo fato da filha querer fazer primeira comunhão. Tanto ele quanto a mulher, com muitas reticências. Na sua família de origem, só as irmãs quiseram cumprir o ritual.

O caso de Carmem explica qual é um dos estímulos para a primeira comunhão, em filhos de famílias sem religião. Os amigos faziam, então, eles faziam também:

“A gente nunca teve uma orientação religiosa. Porque meu pai é totalmente avesso a isso. Minha mãe é uma pessoa que sempre cultivou, passou muito tempo afastada e retomou, e meu pai sempre respeitou isso muito bem. Tanto respeitou que casou no religioso, porque minha mãe queria casar, batizou todos os filhos, na igreja católica. Todo mundo, depois, mesmo sem uma orientação religiosa, fez primeira comunhão, porque era uma coisa meio que, sabe esses rituais, que todo mundo faz. Então os amigos iam, então a gente ia também, e aí se fazia primeira comunhão” (Carmem)

“Nenhum dos dois tem religião, a gente não é batizada. Uma vez, eu tinha 7 anos e queria me batizar, porque todo mundo era batizado. Aí a gente foi na igreja, e disseram ‘escolha a sua madrinha’, eu escolhi minha madrinha e meu padrinho, que até hoje eu chamo de madrinha e padrinho... fui na igreja e tinha que fazer aquele curso, aí eu desisti, porque não era tão importante, né...” (Diana)

Diana também confirma uma preocupação primeira em identificar-se com o grupo de pares, mas, a seguir, confirma também a tendência a, no final, seguir o

ceticismo religioso dos pais. Os pais atenderam ao desejo dela, o que demonstra o respeito pela opção da criança, assim como respeitaram o momento da desistência. Interessante que, mesmo com a ausência do ritual, o laço de apadrinhamento foi alimentado por ela, reforçando as relações com adultos de sua confiança.

“Eu não sou batizada, não me batizaram. Não me apresentaram religião nenhuma, eu sou totalmente leiga em qualquer uma... a (filha), a gente não batizou ainda, e eu pergunto a ele: a gente vai batizar? Aí ele: vamos ver... não tem esse interesse não... mas assim, se for, vai ser mais pressão do trabalho dele [trabalha para a Igreja Católica]” (Elisa)

A pressão, no caso de Elisa, pode vir do ambiente profissional.

“A religião, ele [o filho] foi batizado quando tinha um ano, por exigência do pai. Eu não mantive esse hábito de ir à Igreja, como era com mamãe [evangélica], então eu também não mantenho nele. Não tenho nenhuma orientação específica, religiosa, diária. Mas, recentemente, dois anos atrás, ele estudou na escola a evolução do homem, o aparecimento do homem na terra, e perguntou como o homem surgiu e eu disse ‘olhe, filho, tem duas versões: uma versão religiosa, que é das pessoas que acreditam em Deus, acreditam que Deus criou o homem, criou todas as coisas da natureza, que ainda vive, que você pode conversar com ele, que ele é uma força que gera isso tudo’. Aí ele disse ‘você acredita?’, ele precisava da minha confirmação para acreditar, e eu disse ‘olhe, eu acredito, eu acredito que exista Deus, que existe uma força que faz crescer as plantas que faz a gente crescer, tudo é um poder maior do que o que a gente tem, e esse poder maior é Deus’, mas cada religião dá um nome. Então assim, é muito... eu não imponho nada, desde pequeno. Mas digo a ele que tem pessoas que creditam em deus, tem pessoas que não acreditam em nada, tem pessoas que acreditam no que a ciência diz, que é a evolução dos seres, do Big Bang...” (Bárbara)

Bárbara é o único caso de mãe evangélica, que obrigava os filhos a irem para o culto. Apesar disso, não manteve a religião da mãe, embora afirme crer em Deus. A opção do diálogo com o filho tem orientação bem racional, científica, apresentando todas as opções de explicação das questões. Ainda assim, o filho quer saber: “e você, acredita?”, denotando a importância da referência dos pais para a construção da visão de mundo. Para Bárbara, no entanto, o fato da mãe ser evangélica destoava do meio

intelectual em que elas viviam – o círculo de amigas da mãe incluía escritores, feministas, artistas, etc. Este ambiente mais aberto oferecia muitas visões alternativas sobre comportamento, sexualidade, religião, e terminou por se sobrepor àquela face mais conservadora da mãe.

De um modo geral, podemos concluir, portanto, que os filhos seguiram a tendência dos pais de afastamento da religião, pelas contradições existentes entre a adoção da ideologia igualitária na vida privada e a doutrina da Igreja. Os ideais de igualdade da Igreja Católica progressista ficaram restritos ao âmbito do combate à pobreza.

A visão de mundo fornecida por uma politização de esquerda traz em si um conjunto de princípios éticos próprios. Em minha pesquisa anterior, um dos entrevistados atribuía seu retorno à religião a uma preocupação com a transmissão de uma ética solidária para os filhos. Ele achava que não conseguiria retirá-los do egoísmo e da competitividade estimulados pela sociedade moderna, sem a ajuda da religião. No entanto, como podemos ver a partir dos dados presentes, a maior parte das famílias julgou ser possível transmitir valores como a solidariedade, a preocupação com a sociedade, a justiça, a igualdade de direitos, etc., através de uma visão política e não religiosa.

6. CONSEQUÊNCIAS DA IDEOLOGIA IGUALITÁRIA

SOBRE A VIDA PROFISSIONAL

OS CONFLITOS ENTRE UMA IDEOLOGIA QUE CONDENA A RIQUEZA E
A MANUTENÇÃO DO PADRÃO DE VIDA

No âmbito da orientação profissional, assim como em todos os outros, os valores da ideologia igualitária vão moldar o projeto ideal de formação profissional. A orientação segue dois princípios básicos e prioritários, o da realização pessoal e o do benefício social. Em segundo plano, subsiste o anseio de, pelo menos, obter a manutenção do padrão de vida da família de origem. No entanto, pelo fato de não ser colocada como prioridade, esta aspiração nem sempre é satisfeita. Como resultado, temos casos de grandes dificuldades financeiras entre alguns filhos, de instabilidade e dependência em relação aos pais. Além das razões relativas a esta valorização desigual, devemos ressaltar a crise no mercado de trabalho, que vem se tornando, desde a década de 80, cada vez mais difícil – justamente a época em que a maioria dos nossos entrevistados passa a entrar na idade adulta. Um outro fenômeno, que pode estar associado à atrofia do mercado de trabalho, é, segundo Cicchelli (2001), o período necessário à formação superior, cada vez maior, estendendo o período de dependência. Para o autor, este é um “fenômeno com dupla face, bastante inédito, que se desenvolve atualmente nas sociedades ocidentais. Trata-se da emergência do alongamento dos encargos com os estudos superiores” (2001:255).

Veremos também que a formação escolar deste grupo, em grande parte, estava em harmonia com a ideologia individualista, igualitária e psicologizada dos pais, também encontrada nas escolas alternativas, escolhidas preferencialmente por estes.

O valor da solidariedade, como elemento integrante de uma ideologia igualitária comprometida politicamente com a justiça social, estava associado a uma

postura moral que condenava a riqueza e o poder – estes ingredientes estavam intimamente entrelaçados com a militância política, principalmente no Brasil da década de 60, no qual os problemas políticos derivados da ditadura militar tornavam esta questão o foco prioritário das preocupações. Na esquerda expressavam-se os valores da ideologia igualitária, o anseio por mudanças que conduziriam a uma melhor distribuição de renda, à liberdade, enquanto a direita representava a defesa da tradição, a continuidade da desigualdade. No discurso igualitário, também havia uma crítica à competitividade, considerada um valor do capitalismo, através do qual a desigualdade social poderia se acentuar. A competição era associada à lei do mais forte, pois se ela não se origina a partir de uma situação nivelada, e sim em um sistema originalmente desigual, alguns indivíduos já partem com amplas vantagens em termos de educação formal, o que constitui o oposto da “igualdade de oportunidades”. Vaitsman (1994), confirma a predominância destes valores nesse período, no interior desse grupo, ao citar Mainwaring e Viola¹²: “Rejeitam modos de relações hierárquicas, elitistas, valorizam a solidariedade, preferem a expressão pessoal em detrimento de relações instrumentais, favorecem a cooperação em detrimento das relações competitivas”(1994:70). Esse ideário exercia uma influência sobre a escolha da profissão, a preferência recaindo em áreas onde era possível realizar uma intervenção no social, tal como serviço social, pedagogia, sociologia e economia, embora haja também a forte presença de profissões ligadas à criatividade, à arte.

A combinação destas preferências com a condenação da competitividade e da exploração capitalista resultou, para muitos dos nossos entrevistados e seus irmãos, em trajetórias profissionais não muito rentáveis e, até, no adiamento indefinido da

¹² Mainwaring, Scott e Viola, Eduardo (1984). *New Social movements, political culture and democracy – Brazil and Argentina in the 1980's*. Telos, 1961, pp. 17-53.

independência financeira em relação aos pais. Como veremos mais adiante, um dos nossos entrevistados é médico, tem consultório, mas anda de ônibus porque tem se dedicado mais à luta ecológica do que a ganhar dinheiro.

Outra razão plausível para as dificuldades profissionais dos filhos pode ser o temor dos pais em reprimir, em ser autoritário, ser exigente demais com os estudos – o que seria coerente com a extrema psicologização deste segmento e com a decorrente insegurança dos pais em relação ao grau de autoridade considerado saudável. Este clima parece ter levado, algumas vezes, a um tal relaxamento da pressão, que provocou, desde casos onde o curso universitário desejado não foi alcançado - por falta de preparo proporcional à sua dificuldade -, até a casos onde os estudos foram abandonados.

Em sua pesquisa com camadas médias, Barros (1987) identifica, entre os filhos adultos dos seus entrevistados, a ocorrência de alguns casos de dependência financeira em relação aos pais, “A clareza dessa dependência fica estabelecida principalmente nos casos em que os entrevistados têm uma situação social, e mais ainda, quando os filhos optaram por um estilo de vida considerado alternativo por seus pais”(1987:45).

Embora se tenham tornado, em maior parte, materialistas, é possível que a forte influência da Igreja progressista no Brasil tenha sido importante base de valores para a geração dos pais dos nossos entrevistados. A condenação da riqueza e a preocupação com a pobreza parecem revelar um estilo franciscano de ver o mundo.

Nos quadros abaixo, informações sobre as profissões e o tipo de escola:

QUADRO 5 – PROFISSÕES E TIPO DE ESCOLA

Ego	Escola Alternativa	Profissão/Instrução	Mãe	Pai	Companheiro/a/ex
A Aline	Sim	Doutorado Arquiteta	Superior Serviço Social	Superior Eng. Civil	Superior Cineasta
B Bárbara	Não	Sup. Incompleto Arq/ Dir/ tradutora	Doutorado Música	Superior Arquiteto	Superior Admin (ex) Bancário

C Carmem	Sim	Superior Pedagoga	Superior Pedagogia	Superior Direito/Pol. parlamentar	2º grau Artista Plástico
D Diana	Sim	Mestr. Incompl. Cient. social	Mestrado Letras	Doutorado Matemático	-
E Elisa	Sim	Sup. incompleto Psicologia	Sup. Incomp. Arquit. Artista Plástica	Superior Médico	Sup.incomp. Psicólogo
F Fernando	Sim	Mestrado Eng. Sanitarista	Superior Pedagogia	Superior Eng. Civil	Doutorado incomp. Médica
G Gustavo	Não	Superior Economista	Doutorado ServSoc./Sociologia	Mestrado Economista	Superior Psicóloga
H Hugo	Sim	Superior Adm.Emp/Editor Gráfico	Dout. Incompl. Comunic. Soc.	Mestrado Economista	Mest. Incomp Administração
I Ivan	Não	Superior Médico/ Consultor	Dona de Casa	Engenheiro Civil	Sup. Incomp. Artista Plástica
J Júlio	Sim	Superior Turismo/esportista	Doutorado Arquitetura	Superior Arquitetura	-

QUADRO 6 - PROFISSÕES DOS IRMÃOS DOS ENTREVISTADOS

FAMÍLIAS	PROFISSÕES	SEXO
A	Fotógrafo	Homem
	Agrônomo/político	Homem
	Documentarista/fotografia	Mulher
B	Poeta	Homem
	Não tem profissão	Homem
C	Bailarina/Educadora	Mulher
	Historiadora	Mulher
	Jornalista	Homem
D	Jornalista	Mulher
	Estudante secundarista	Mulher
	Criança	Mulher
	Medica	Mulher
E	Arquiteto	Homem
	Estud. univ - Eng de Pesca	Homem
	Engenheiro Florestal	Homem
	Psicóloga	Mulher
F	Psicóloga	Mulher
	Educação física	Mulher
	Estud. Univ- economia rural	Homem
	Comunicação Social	Mulher
	Educação física	Mulher
	Não tem profissão	Homem
G	Letras incompleto	Homem
	Ciências Sociais	Mulher
H	Engenharia Civil	Mulher
	Arquiteta/ cineasta	Mulher
	Arquiteto	Homem
	Vendedor	Homem
	Corretor de imóveis	Homem
	Psicóloga	Mulher
J	Assistente de direção de TV	Mulher
	Jornalista	Mulher

O QUE DIZEM ELES...

De uma forma geral, os depoimentos não revelam uma homogeneidade. Apesar de quase todos trabalharem, a maioria dos entrevistados necessita de um apoio financeiro parcial por parte dos pais. No que se refere ao conjunto dos filhos dessas famílias, em 8 delas existem casos de filhos cronicamente sem trabalho, que não cursaram/não terminaram a universidade, ou sem profissão específica. Alguns deles ficam morando com os pais, dependentes financeiramente. Isto não significa que se observe um fracasso profissional generalizado, já que a grande maioria dos filhos cursou ou está cursando a universidade e atingiu uma vida profissional estável. No entanto, a presença destas ocorrências em tantas famílias indica a existência de alguma dificuldade nesse campo. Entre todos os irmãos dos entrevistados, não houve nenhum caso citado de ascensão social evidente em relação aos pais.

Um entrevistado revelou existir, na sua família, uma sensação de fracasso pelo fato de alguns filhos terem dificuldades financeiras, o que foi considerado uma consequência nefasta do desinteresse pela ascensão social. Nessa família, a falta de ambição é citada como decorrência direta da ideologia marxista.

“De um modo geral, há um certo insucesso, a gente considerando o sucesso profissional, eu tenho uma impressão e acho que ela [a mãe] sente também isso... uma coisa que eu acho que é uma certa característica, que é também um viés político e ideológico, é a questão do poder, da ambição, foi uma coisa que a gente nunca teve como um valor e como uma orientação. A gente nunca teve uma atitude muito objetiva de alcançar determinados status, espaços e mesmo uma necessidade existencial de poder, de aparecer... isso é uma marca geral da família. Até tem um cunhado nosso que ele é assim, ligado ao poder, e é uma coisa que ele acha incrível, de não haver uma ambição de poder, até de possibilidades que houve, até porque como havia um relacionamento grande no campo político, de pessoas, principalmente depois da ditadura, que havia possibilidade de se ocupar vários espaços políticos e de poder... acho que tem uma coisa de não querer, não racionalmente, mas de não ...até de não saber, também, não saber, dentro dessa sociedade que é extremamente competitiva, que exige determinadas condutas, de se viabilizar alguma forma de se dar bem. Traz uma dimensão do valor que se atribui, associado a isso uma certa inabilidade, também que depois se buscou e que não

conseguiram, viabilizar alguns projetos... por exemplo, uma certa incapacidade de manobrar nesses espaços. Acho que eles sentem um pouco isso, não assim, a coisa do aparecer, do poder, mas dessas incompetências, de se dar bem... porque, naturalmente, muitos estão com dificuldade de grana, profissionalmente alguns, de ter uma certa inserção, de viabilizar alguns projetos. Acho que há uma certa frustração deles em relação a isso. Talvez um certo erro, pelo menos eles identificam assim. Eu atribuo aos ideais comunistas de igualdade... quando nós éramos pequenos, havia um certo determinismo histórico, aquela compreensão de que nós chegaríamos a uma sociedade mais igualitária, sem classes e que as pessoas só teriam acesso aos bens de acordo com a sua necessidade. Acho que é um valor de cooperação e não de competição, eu acho que isso traduz.” (Fernando)

Embora a “incompetência para se dar bem” possa causar frustração, revelando um conflito entre valores contraditórios, o problema é visto como uma ausência de habilidade ou de energia para empreender projetos – em relação à maioria dos filhos, mas não ao nosso entrevistado - uma falta de ambição, como analisa o próprio Fernando. Portanto, o julgamento crítico que a família fez de si não questionou sua opção pela defesa de “uma sociedade mais igualitária”, e sim uma falta de valorização do lado mais pragmático da vida.

Júlio não conseguiu ingressar no curso que desejava, segundo ele, por ter começado a fumar maconha muito cedo, por acreditar, na época, que ter a cabeça aberta era gostar do Raul Seixas, do Rock-and-Roll, assistir aula “chapado”. Suas irmãs também fumavam, mas já eram mais velhas, o que, para ele, impediu que perdessem a noção de limite em relação à maconha. Elas levaram seus cursos e profissões de acordo com o que queriam, sem problemas. Ele afirma que a mãe não soube contornar adequadamente a situação. O curso superior que conseguiu fazer, turismo, não foi desenvolvido como profissão e, hoje, ele trabalha na área de esportes, o que não permite uma renda estável. Entretanto, ele está procurando, ainda, adequar seu sonho à realidade, fazendo uma pós-graduação em área próxima à arquitetura, que era seu sonho:

“Eu me prejudiquei de certa forma com o uso da maconha, principalmente no colégio, eu fumava pra ir pra aula. Não agüentava assistir aula se não tivesse chapado. E tudo isso me prejudicou bastante, né, minhas irmãs não sofreram com isso. Então o fato, por exemplo, de eu não ter passado no vestibular, na Federal, eu acredito que ta intimamente ligado a isso. Aquelas histórias: maconha não faz nada, maconha é natural, não sei o quê... mas para um adolescente cabeça oca faz. Ela tira o cara de um bocado de coisa, de um bocado de objetivo. Então, eu estaria mais atento a isso, o que não significa ser careta, que eu não tenho como ser. Mas estar acompanhando isso mais de perto, coisa que minha mãe foi muito omissa, quer dizer, sabia mas não sabia como lidar com a coisa. (...) Eu me formei em Turismo. Eu queria fazer arquitetura e botei turismo como segunda opção, na católica. Aí não passei na federal e passei pra turismo na católica. E a escolha de turismo era porque minha mãe, junto com um sócio, tinha comprado uma besta pra fazer transporte de gringo do aeroporto pros hotéis e então eu via isso como uma oportunidade, sem ter nenhuma identificação com ele. (...) [O trabalho atual] Me dá uma renda que é muito instável. Eu dependo do tempo, do vento... Eu queria ter tudo isso associado a outra coisa, que fosse mais constante, que me desse mais liberdade em termos financeiros.. e tô fazendo uma pós-graduação em Design”(Júlio)

“O [irmão] até hoje não tem profissão, então ele ficou meio ao Deus dará, essa história de naturalismo, ele se envolveu, mas não profissionalmente (...) Já o [outro irmão] foi sempre muito estudioso, tinha uma facilidade, e tem, ainda, pra escrever, é tanto que a formação que ele tentou, mas não conseguiu ainda concluir, foi letras” (Gustavo)

No caso acima, o primeiro irmão, segundo Gustavo, era muito rebelde e os pais não conseguiram fazê-lo estudar. Ele tentou várias atividades alternativas, mas nenhuma delas foi suficiente para torná-lo independente dos pais. O segundo irmão desistiu da universidade por problemas de depressão. Gustavo, no entanto, conseguiu atingir o ideal de realização profissional da família: formou-se em economia e trabalha com um projeto de orçamento participativo de uma prefeitura de esquerda, unindo, desta maneira, a realização pessoal, de trabalhar em prol do benefício social, e a autonomia financeira.

A opção pela arte traduz um encanto com os aspectos mais sensíveis e libertários, mas também expressa uma despreocupação com a questão da

sustentabilidade econômica. Para os pais, permitir que o filho faça todas as experiências significa ampliar ao máximo o número de opções para a escolha da profissão e evitar uma postura autoritária e conservadora. Reprimir o desejo do filho de ser artista seria, para eles, adotar uma postura preconceituosa com determinadas profissões; seria trair os princípios de liberdade, de respeito pelo outro, de autonomia. Por isso, muitos pais cedem a todo tipo de experiência dos filhos, mesmo que a profissão em vista não seja uma garantia de estabilidade econômica, se comparada às tradicionais. No entanto, no depoimento abaixo, Hugo queixa-se de não ter sido forçado, pelos pais, a não interromper o processo escolar para fazer cursos de arte. Este acontecimento o fez interromper, durante alguns anos, a escola convencional, levando ao que ele julga ser um atraso em sua vida.

“Então, chegar na adolescência e ‘não quero mais estudar, vou estudar música’ e começar a tocar flauta, achando que vai ser músico... eu, na minha cabeça, eu fui músico, escritor, pintor, teatro, balé, tudo, cada coisa dessa eu achava que ia ser um profissional dessa área. E não passei, digamos, do primeiro semestre. Então, faltou dizer assim: não pode ser assim não, você quer estudar música, agora a escola você segue.” (Hugo)

Carmem, no entanto, percebe de modo positivo a liberdade de experimentar. A irmã mais velha, por exemplo, depois de investir muitos anos na carreira de bailarina, desistiu e desenvolveu outra profissão, na área de educação. Mas isso, na opinião de Carmem, não empobrece o valor da experiência. Para ela, os pais terem permitido foi uma demonstração de lucidez.

“A gente sempre teve liberdade pra fazer tudo e mais alguma coisa. Nunca houve essa preocupação de isso vai lhe dar dinheiro, isso não vai lhe dar dinheiro... (irmã) deixou a faculdade de economia pra ir ser bailarina na União Soviética, antes de completar 18 anos e eles tiveram essa lucidez, de permitir isso (...) A gente sempre teve muita liberdade pra escolher e experimentar. Por exemplo: ah eu quero fazer voleibol! Então tá, vá investir nisso. Ah agora eu já não quero, eu quero fazer música, então vai investir nisso. A gente sempre teve muita chance de experimentar as coisas, sempre foi dado isso. Os valores eram muito ligados às questões de educação,

fundamentalmente. Então, nunca se valorizou muito roupas e passeios, casa, carros, nada disso. Embora a gente nunca teve grandes dificuldades financeiras...”(Carmem)

Para Ivan, o objetivo prioritário é “ajudar a melhorar o mundo”. Atinge-se o bem individual através da luta pelo bem comum.

“Eu vivo com a cabeça no mundo, meu negócio é ajudar a melhorar o mundo, e se eu tiver que fazer uma coisa pra melhorar os outros em detrimento meu ou da minha família, eu vou fazer tudo... é uma loucura... eu, atualmente, além do consultório, eu estou com duas consultorias... devido à luta da política ambiental, vamos dizer assim, de uma série de coisas que estão acontecendo na cidade, que eu ajudei a provocar, e que está havendo estudos, reuniões, escrever coisas, eu tô fazendo muito mais isso do que fazendo minhas consultorias e tô lascado... não suporto andar de ônibus e tô andando de ônibus. Várias vezes por semana tomava minhas cervejas e já não tô podendo mais...” (Ivan)

Ivan abriu mão de seu padrão de vida (e da família) em nome da luta ecológica. Assim como Ivan é médico e tem outras atividades – ecologia, consultoria, fotografia -, para ele tão importantes quanto a profissão que lhe rende o sustento, muitos entrevistados desenvolvem outras atividades que complementam a realização pessoal. Aline é arquiteta, apaixonada pela profissão, mas está descobrindo o cinema, no qual pode expressar outras idéias:

“Serei sempre uma insatisfeita, mesmo se quando estou fazendo algo, estou inteira na realização deste algo. Mas acho que a gente não deve se eternizar numa só atividade” (Aline)

Na ideologia igualitária politizada, o projeto pessoal é voltado para a solidariedade social, para o Outro coletivo e não para um projeto narcisista-consumista em busca de status. Fernando e a mulher, ele engenheiro sanitário e a mulher médica especialista em saúde pública, estenderam para a profissão suas preocupações sociais. Gustavo, como vimos, direcionou sua formação em economia para trabalhar com modelos de gestão popular de orçamento público. Analisando a atuação de cada um no trabalho, vemos como todos, de alguma forma, se articulam com a idéia de mudança das estruturas de

dominação: Aline, na concepção de uma arquitetura menos opressora, e, no cinema, mostrando os dramas brasileiros aos franceses; Carmem, na educação de segundo grau, buscando abrir os olhos de seus alunos para o consumismo; Hugo, com a arte, nas horas vagas, procurando captar a beleza inusitada das coisas simples; Júlio, encontrando na natureza, no vento, a liberdade e o valor das coisas vivas.

Diana, com 23 anos, ainda não iniciou sua vida profissional, pois logo que terminou a graduação, iniciou um mestrado. Ela mora ainda com a mãe. Elisa engravidou do namorado durante a graduação. A família alugou um apartamento para o casal, ela trancou a universidade por um período, teve uma filha e voltou ao curso, mas ainda não trabalha. Bárbara consegue trabalhos de tradução e dá aulas particulares em casa; mora na casa da mãe com o filho de 7 anos. A família de Aline é a única onde a situação financeira de todos os filhos é bem estável.

ESCOLA ALTERNATIVA: AVANÇADA, MODERNA, ATUALIZADA...

Como reforço da orientação recebida na família, a escola escolhida pelos pais era mais um canal de transmissão da ideologia igualitária. Grande parte dos entrevistados estudou em escolas alternativas, mas, apesar disto, todos também tiveram passagem por escolas tradicionais. Os adjetivos que se destacam nos depoimentos são: avançada, moderna, atualizada, alternativa. Escolhi o “alternativa” por significar uma opção genérica que se contrapõe à escola tradicional. Nicolaci-da-Costa (1987), denomina-as “pedagogias experimentais” ou “novas pedagogias”, opostas à pedagogia tradicional, e as considera uma opção de setores das camadas médias mais vanguardistas. Segundo os entrevistados, os pais procuravam uma escola que tivesse semelhança com seu estilo de educação.

“eu e minha irmã estudamos no Aplicação, que eu acho que era a escola mais avançada, e no Capibaribe.”(Fernando)

“Já o (irmão) estudou no Cantinho, que era uma escola menor, que tinha uma pedagogia mais moderna, mas procurou-se mais essa linha mais atualizada mais moderna.”(Gustavo)

“Então a gente sempre estudou em colégios com valores muito parecidos, com os valores da família... então nunca era escola religiosa (...) Eram escolas chamadas, antigamente, de escolas alternativas. Então a gente veio do Recanto Infantil, depois passou pelo Lubienska. (...) então, sempre teve essa preocupação: escolas que permitissem que a gente se colocasse, mais do ponto de vista crítico, escolas que privilegiassem muito mais a formação sócio-afetiva do que o conhecimento puro e simples, do que simplesmente uma devolução de conceitos.” (Carmem)

“A escola da gente era o Lubienska, uma escola super alternativa, não tinha religião.” (Elisa)

O fato de uma escola ser religiosa é associado diretamente a ser tradicional, a não abrir espaço para o questionamento, para a capacidade de crítica, provavelmente por uma associação com a inflexibilidade do dogma – inquestionável, indiscutível.

“No Lubienska eram pessoas mais abertas para novas coisas, até pelo modo de ensinarem, de sempre conversarem, não era aquele negócio de autoridade... conversava para você entender o que você pode fazer e o que você não pode.” (Diana)

A ênfase da educação procurada pelos pais, era, portanto, como disse Carmem, “que privilegiassem muito mais a formação sócio-afetiva do que o conhecimento puro e simples”. Isto confirma a preocupação maior com a auto-realização, com o desenvolvimento das potencialidades individuais, com a construção de uma noção de cidadania para os filhos, em detrimento da preocupação com o sucesso financeiro. Estes requisitos estavam em harmonia com o processo de psicologização da época e com os valores individualistas. O desenvolvimento da capacidade crítica é um valor porque torna os indivíduos não-conformados, capazes de se rebelar contra as normas estabelecidas, questioná-las, enfim, capacita-o a ser um agente de mudança. No entanto, esta capacidade, para não ser simplesmente destruidora da tradição, necessita de uma ética própria que a acompanhe, baseada nos ideais de igualdade e respeito ao outro. Estas eram algumas das expectativas dos pais

em relação à formação que estas escolas poderiam oferecer, ao contrário das escolas tradicionais. Provavelmente muitos dos dilemas vividos pelos pais em relação às escolas alternativas nos escapam pelo fato de que habitualmente os pais evitam criticar a escola na frente dos filhos. De acordo com o depoimento dos filhos, a visão da escola alternativa foi sempre positiva, enquanto os que estudaram em escolas tradicionais têm más lembranças. Hugo estudou alguns anos, durante a infância, na França, em uma escola religiosa, na qual, por ter cometido uma indisciplina, a professora deu-lhe um tapa no rosto. Gustavo escolheu uma escola tradicional porque queria estudar com os primos, mas descreve como tinha que driblar o padre:

“uma vez que me obrigaram a ir me confessar, porque a escola era muito religiosa, foi a primeira vez que eu fui conversar com um padre, eu não sabia o que conversar e ele queria que eu dissesse um pecado, eu disse ‘eu bato no meu irmão mais novo’.”(Gustavo)

“Quando fomos morar em Brasília, como não conhecíamos nada, passamos um ano numa escola tradicional de lá, que era religiosa, e foi um desastre, porque ninguém tava habituado a esse esquema.”
(Carmem)

GÊNERO E PROFISSÃO

O quadro 4 nos mostra que o nível de instrução das mães é muito alto, até mais alto, em média, do que o dos pais. Para estas mães, a profissão é um aspecto fundamental de suas vidas e, ainda mais, uma referência básica da sua identidade. Almeida (1987) identifica a importância dessa referência profissional entre suas entrevistadas de camadas médias recifenses, embora o trabalho só ocupe lugar de destaque depois de passada a infância dos filhos: “Atualmente, o trabalho vem se delineando, para essas mulheres, como uma forma de construir sua própria identidade e de se definirem muito mais enquanto indivíduos do que enquanto pessoa, complemento de outros” (Almeida, 1987:137). Apesar de praticamente todos os entrevistados terem feito referências a empregadas e babás que cuidavam de todos os

irmãos na infância, em geral a mãe mantinha uma certa reserva no investimento de energia na profissão, no período em que os filhos ainda eram crianças. Mas isso não as impediu de alcançar um alto grau de instrução. Como podemos verificar pelo grande número de pós-graduações, o investimento na profissão é significativo, ao contrário da pesquisa de Almeida (1987), na qual os homens investiam mais, “O tempo dedicado à profissão para cada um dos gêneros é significativamente diferente. Enquanto os homens trabalham dois expedientes e fazem cursos de especialização, à noite, ou mesmo em outro local, o mesmo não acontece com as mulheres”(1987:82). Talvez esta diferença se deva ao período estudado, já que as mulheres têm procurado cada vez mais, sob a pressão competitiva do mercado, capacitar-se, em busca de superar as desigualdades de gênero no âmbito profissional. Outra explicação que talvez faça sentido é a possibilidade de que as famílias em foco, na presente pesquisa, sejam mais radicalmente igualitárias, configurando um universo no qual há uma maior preocupação das mulheres em aprofundar o conhecimento e crescer profissionalmente. Os filhos percebem este fato, identificando a mãe como uma profissional, acima de tudo.

“minha mãe é pedagoga, educadora e eles participaram anos do Movimento de Cultura Popular, na época do Governo Arraes, tanto na época da prefeitura quanto na época do governo... e trabalharam no Movimento de Alfabetização de Adultos do Governo João Goulart ... E minha mãe coordenava a parte pedagógica (...) mamãe ensinava em escola estadual na década de 60, aí depois ela ensinava em casa, pra reforço e pra concurso de admissão, em 77 ela abriu uma escola, com mais duas amigas. Até hoje ela tem a escola e dá consultoria (...) com a escola, passou a ficar mais tempo fora, trabalhar fora mesmo e até hoje ela trabalha. E praticamente era o dia todo...”(Fernando)

A pressão para o trabalho, na vida das mulheres que se separam, é ainda maior, diante das dificuldades financeiras que podem aparecer e pelo deslocamento de grande parte da atenção, anteriormente dedicada ao marido, que agora é dirigida

prioritariamente ao campo profissional, resultando também em uma necessária melhoria da auto estima nesse difícil momento.

“Justamente na época que mamãe e papai se separaram, mamãe trabalhava muito, dirigia um departamento enorme, então a vida dela era aquilo: trabalhar” (Hugo)

“Eu sei que os dois trabalhavam muito, se bem que depois da separação é que minha mãe começou a trabalhar mais”. (Diana)

“Minha mãe, (...) ela tinha feito serviço social e aí foi fazer mestrado em sociologia, e doutorado. Depois foi pra universidade, ser professora, depois se aposentou pela federal, mas continuou trabalhando (...) Tinha esse lado bem feminista, era tida como uma grande feminista, é ainda...” (Gustavo)

Entre as irmãs dos entrevistados, a maior parte ainda está em início de carreira profissional. Entretanto, já podemos verificar que quase todas já têm nível superior, a não ser uma criança e uma adolescente. As profissões que mais aparecem são a de jornalista e a de psicóloga.

No ambiente de trabalho, as diferenças de gênero parecem, segundo os entrevistados, estar cada vez menos perceptíveis. Apesar disso, elas existem:

“Onde trabalho não se percebe isso. Pode-se perceber muito subjetivamente nas ações de uma diretora mulher, que em alguns aspectos diferem no modo de agir de um diretor homem. O sentimento anda mais perto das atitudes. Isso às vezes dá um certo peso no relacionamento entre colegas, subalternos ou não. O poder é algo muito complicado de se lidar. Quando entra o sentimento, complica mais um pouco. Parece uma visão machista, mas friamente você constata essa diferença no modo de agir. Se isso é positivo ou negativo, depende das circunstâncias.” (Hugo)

“Acho que essas diferenças sempre vão existir mesmo que em pequena escala, muitas vezes. Em todo caso, o filme que fiz com meu marido que é francês e que tem um nome conhecido no meio de cinema, mostra um outro tipo de preconceito em relação a mim: talvez não por ser mulher, mas por não ter o mesmo status e por, talvez, ser brasileira” (Aline)

Estes valores distinguem este grupo de outros setores das camadas médias, a exemplo do tipo estudado por Velho em “A Utopia Urbana”(1978), caracterizado por uma ideologia específica, pautada em valores relacionados a *prestígio* e *status*, com um nível de instrução bem abaixo do das famílias aqui pesquisadas, a julgar pelas ocupações predominantes: pequenos funcionários públicos, pequenos comerciantes, comerciários, mulheres de “prendas domésticas”, etc. (Velho, 1978: 41). Esta parece ser uma camada média de poder aquisitivo mais baixo, cuja preocupação maior é ascender socialmente. Nestas camadas médias, mais tradicionais, de um modo geral, a ambição é considerada uma qualidade positiva, enquanto atributo favorecedor da ascensão social. Ascender significa tanto elevar o padrão econômico quanto ascender a postos hierarquicamente superiores em termos de poder – profissional e politicamente.

Nosso segmento, identificado com o valor da solidariedade e com uma visão negativa da hierarquia, recebe uma orientação profissional distinta da maioria das famílias de camadas médias. Segundo Scott (1996), na classe média, a esfera do trabalho é marcada pela administração do trabalho de outros, o que implica no reforço das relações hierárquicas. Como consequência, “a relação com outros segmentos é para ser mais revestida de conteúdos sobre saber mandar” (Scott, 1996:156). Para os nossos entrevistados, no entanto, a negação da hierarquia como valor provoca uma rejeição do aprender a “saber mandar” no âmbito profissional¹³. Embora possa trazer latentes e inconscientes estes traços de comportamento hierárquico, os indivíduos deste segmento procuram estabelecer relações igualitárias no ambiente profissional ou até procuram profissões que não envolvam tradicionalmente rígidas posições hierárquicas. Isto se confirma no fato de que a

¹³ Já que no âmbito privado todos aprendem a “saber mandar” na empregada doméstica.

maior parte dos entrevistados, e também dos seus irmãos(ãs), mães, pais e companheiros(as), são profissionais liberais ou autônomos. Os artistas, também, são muito presentes entre eles. Por outro lado, algumas profissões ligadas a funções de capacitação e aconselhamento podem sugerir uma maneira sutil de “mandar”: disfarçada e sofisticadamente.

Concluindo, a expectativa se constrói em relação à profissão, e não a um emprego, como um simples meio de vida. A profissão representa a ação do indivíduo sobre o mundo e constitui um fundamental elemento de construção da identidade igualitária.

7. Entre a autonomia e a permissividade: O grande desafio da educação igualitária

A VOZ DO INTELECTO É SUAVE, MAS NÃO DESCANSA
ATÉ TER GANHO UM OUVINTE. EM ÚLTIMA ANÁLISE,
APÓS INUMERÁVEIS DERROTAS, ELA VENCE.
ESTE É UM DOS POUCOS PONTOS EM RELAÇÃO AOS QUAIS
PODEMOS SER OTIMISTAS NO TOCANTE AO FUTURO DA HUMANIDADE.
SIGMUND FREUD

Como já vimos anteriormente, as teorias sobre família, ao longo do século XX, passaram por um período no qual a família foi acusada de autoritária, o que

acompanhava a idéia de que a rapidez das mudanças tecnológicas desencadeavam mudanças sociais, também, cada vez mais rápidas. A juventude estaria, desta maneira, sempre à frente da absorção destas mudanças, mas sua autonomia estaria sendo podada pelo autoritarismo das relações familiares. A preocupação dirigia-se, então, para o desenvolvimento da autonomia individual. Os filhos necessitariam libertar-se das amarras de autoridade dos pais, ainda presos em referências tradicionais que não tinham mais sentido na vida moderna e urbana. Nas palavras de Lasch (1991), “em um mundo mais lento, os pais podiam atuar como modelos de papéis para seus filhos, mas o pai moderno, segundo Parsons, só pode esperar proporcionar aos filhos os recursos necessários a que sobrevivam por conta própria” (1991:170). Além disso, a família seria “carregada demais emocionalmente”, segundo Parsons, e esta noção vai resultar na onda de psicologização, já que a cura para a devastação emocional causada pela família, nos filhos, estaria na terapia, na psicanálise ou, a longo prazo, na compreensão dos mecanismos psicológicos pelos pais, ou seja, na difusão da psicologia através de livros, manuais, revistas, cursos e terapias para mães e pais. É neste sentido que também surge a anti-psiquiatria, localizando a esquizofrenia na família, e não simplesmente no indivíduo, com Ronald Laing e David Cooper, autor do livro “A Morte da Família”.

Esta tendência psicologizante disseminou-se entre as famílias que tinham acesso a essas informações, levando os pais a uma preocupação cada vez maior com a possibilidade de traumatizar psicologicamente seus filhos. O autoritarismo foi encarado como o primeiro obstáculo a ser vencido para alcançar-se o desenvolvimento saudável dos filhos, e sua contrapartida era o diálogo, o respeito mútuo. Este processo de abertura, no entanto, não aconteceria sem dificuldades. A radicalização contra o autoritarismo teria, segundo os especialistas, levado a um

desequilíbrio de forças dentro da família, fragilizando a autoridade dos pais, extremamente necessária àquele desenvolvimento saudável. O equilíbrio entre a autoridade dos pais e a construção internalizada da autonomia nos adolescentes é um ideal perseguido pelas famílias do nosso universo.

A autonomia torna-se um anseio geral e um problema muito debatido, como já vimos no capítulo sobre sexualidade, desde as posições mais pessimistas, colocando-a como uma utopia, até as mais otimistas, que visualizam seu lento desabrochar nos relacionamentos entre as pessoas. Citarei aqui alguns trechos da definição de autonomia de um dos otimistas, Giddens (1993):

“Autonomia significa a capacidade de auto-reflexão e autodeterminação dos indivíduos: ‘deliberar, julgar, escolher e agir diante de diferentes cursos de ações possíveis’ (...) As preferências expressas de cada indivíduo devem ter igual valor, estando sujeitas, em certos momentos, a qualificações tornadas necessárias pela existência da autoridade justificada. (...) A condição de se relacionar com outras pessoas de modo igualitário (...) a autonomia permite aquele respeito pelas capacidades do outro, intrínseco a uma ordem democrática” (1993: 202, 203, 206)

A sujeição circunstancial à “autoridade justificada” expressa o grande problema de encontrar o equilíbrio do respeito à autonomia sem cair na permissividade. Temos, então, a luta para a superação do autoritarismo, procurando o equilíbrio na autonomia, mas com o perigo de não dotar os filhos da responsabilidade necessária à auto-gestão, gerando neles a sensação de onipotência, de que “tudo é permitido”.

Aparecem, portanto, preocupações opostas, justamente com a permissividade, a falta de autoridade; a acusação de negligência recaindo sobre muitos pais. O próprio Lasch é um defensor desta opinião, mas não culpa os pais e sim o sistema capitalista, que estaria interessado em controlar os jovens através do Estado, das profissões assistenciais e dos meios de comunicação, gerando seres narcisistas-

consumistas, sem afeto, sem valores éticos construídos no ambiente afetivo da família. A autoridade paterna/materna, mesclada com o afeto, proporcionaria uma saúde mental e um bom cidadão.

Entre os fenômenos analisados por Lasch, alguns são restritos ao contexto americano. A intervenção e a fiscalização do Estado sobre as famílias no Brasil, por exemplo, não é um fenômeno habitual, pelo contrário, muitos casos de violência doméstica se repetem durante anos na mesma família, sem nenhuma intervenção. Em países Europeus mais ricos, na Bélgica, por exemplo, se os pais não levarem os filhos à escola, as autoridades vão à casa da família para obrigá-los a cumprir a lei: toda criança tem que frequentar a escola. Aqui, no Brasil, alguns aspectos têm sido encarados pela sociedade, de um modo geral, como um grave problema social: o controle dos jovens através dos meios de comunicação de massa; a violência transmitida por estes meios; o consumismo; e a dificuldade de transmissão dos valores pela família de camadas médias. Ao que parece, a preocupação gira em torno da responsabilidade pela socialização. Os pais têm cada vez menos tempo, pressionados pelo mercado de trabalho e pela crescente competitividade. O diálogo e a informação precisam de tempo e dedicação, dilema da família moderna. A dificuldade da tarefa de gerir uma educação autônoma em tempos de violência e desemprego acentua-se pela questão do tempo de convívio familiar, ou melhor, de sua limitação.

O TEMPO PARA O DIÁLOGO E A SOLITÁRIA RESPONSABILIDADE DA MÃE

As questões relativas à autonomia, ao diálogo e à permissividade passam necessariamente pela relação entre a mãe e os filhos. Essa concentração na mãe decorre do fato de estarmos em uma transição, na qual a mulher ampliou e modificou

seu status, mas o homem ainda está distante de assumir as responsabilidades compartilhadas, exigidas pelo novo ideal de paternidade em vias de construção (Quadros,1996). As formas de lidar com as tarefas domésticas e o tempo e de dividir responsabilidades atuam sobre a disponibilidade da mãe e do pai para a transmissão dos valores, através de suas práticas cotidianas e do diálogo. Analisaremos um pouco a concentração da responsabilidade na mãe, por conta das conseqüências sobre a autoridade nestas famílias, ainda mais complicadas quando ocorre a separação do casal, com uma ausência mais completa do pai.

Para as famílias deste universo mais intelectualizado, a questão do tempo assume tons diferenciados. Embora não seja uma característica particular de famílias igualitárias, a carreira profissional das mulheres requer muito mais investimento, se comparada às carreiras tipicamente femininas de décadas atrás, como secretárias, professoras de crianças, etc. A pressão do mercado tem exigido uma formação mais especializada, com variadas habilidades. O tempo de convívio intra-familiar, torna-se, portanto, menor. No entanto, a mulher ainda é a mais presente junto aos filhos, pois divide seu tempo levando este aspecto em consideração.

“Minha mãe sempre foi mais presente e sempre foi ela quem se responsabilizou pela casa, apesar de seu trabalho fora de casa. E sempre foi alguém de muito presente na nossa vida ... Meu pai sempre trabalhou muito e o tempo passado em casa com relação ao tempo que minha mãe passava em casa sempre foi bem menor.”
(Aline)

“Não sentia ele muito presente, eu tinha uma relação mais forte com a minha mãe e não sentia ele muito presente. Presente daquele tipo que leva o filho pra passear, leva pra escola, vai jogar bola, ele não tinha muito essa vivência.” (Gustavo)

Apesar das nítidas mudanças em relação ao pai de famílias tradicionais, este pai que se pretende igualitário está apenas começando a mudar seus hábitos. No entanto, os entrevistados homens, que nasceram em famílias já igualitárias, são mais

presentes e participam mais dos cuidados com os filhos, se comparados aos seus pais e aos entrevistados de minha monografia (Garcia, 1999), que eram homens nascidos em famílias tradicionais, mas que aspiravam a constituir uma família igualitária. A maioria dos nossos entrevistados atuais, teve como exemplo uma mãe bem diferente da tradicional, mas um pai não muito diferente no que se refere à vida privada, às tarefas domésticas. Eles eram homens que lutavam por mudanças sociais e econômicas, por liberdade e direitos civis, mas somente com referência à esfera pública. Apesar desse quadro geral, temos exemplos de participação mais efetiva, entre alguns pais das famílias de origem. A maioria ficava restrita a levar/buscar filhos na escola e a ajudar nas tarefas escolares. Entre os homens entrevistados e os maridos das entrevistadas, há um marido francês que realmente divide tudo e um entrevistado que assume bastante o cuidado com os filhos; os outros, de um modo geral, são bem mais presentes que seus pais, entretanto, não assumem muitas tarefas domésticas específicas. Isto resulta em uma não responsabilização, ou seja, se alguma tarefa não for executada, ele não vai ser cobrado. A maior parte das tarefas executadas por ele, portanto, vão se revestir do caráter de “ajuda”, assim como nas famílias tradicionais o trabalho remunerado da mulher é considerado uma “ajuda” ao marido.

Enquanto o casal não tem empregada doméstica, eles participam mais; geralmente, o primeiro filho recebe mais dedicação; porém, quando a família cresce e passam a ter uma empregada, parece haver a impressão que o “resto” das atividades pode ser assumida pela mulher.

“Aí, lá, houve uma participação maior minha, como era primeira filha... depois, aqui, já tinha mais uma estrutura familiar, a mãe dela como não trabalhava, morava perto, ela sempre deu muito apoio e, aqui, a gente sempre teve mais empregada também.”(Fernando)

“Eu lembro até que quando a gente casou, a gente não tinha grana, não tinha empregada, então quem cozinhava era ele.(...) agora ele é muito mais papai-brinquedo do que papai cuidados: se deixar na mão dele, passa da hora de tomar banho, da hora de comer.”(Carmem)

Mas o “resto” não é pouco, como parece: administrar a empregada, abastecer a casa, disciplinar as crianças, orientar tarefas escolares e outras mais. A preferência dos homens, entre as atividades domésticas, é a de cuidar dos filhos, assim como na pesquisa de Quadros (1996), também em Recife.

“um exame mais detalhado da participação paterna no trabalho doméstico com os filhos possibilitou visualizar que existem preferências semelhantes quanto às atividades que pais mais e menos participativos exerciam. Todos preferiam atividades de criação de filhos e, dentro destas, aquelas que proporcionassem maior contato físico, emocional ou intelectual, com as crianças.”(1996 :183)

Esta preferência pode ser atribuída ao fato de que as outras tarefas domésticas são mais desvalorizadas; associadas, na visão tradicional, a uma submissão feminina a limpar a sujeira. Uma de nossas entrevistadas fala do seu marido como um “papai brinquedo” em relação à sua participação com os filhos. Quando ela diz que ele cuida mais da casa do que ela, refere-se às plantas:

“Com o primeiro [filho] era muito, muito dividido mesmo. E até hoje ele divide muito, ele cuida muito mais da casa do que eu; esse negócio de planta, essas coisas, ele gosta muito mais. E com os meninos também, agora ele é muito mais papai-brinquedo do que papai-cuidados: se deixar na mão dele, passa da hora de tomar banho, da hora de comer. Mas ele é de assumir, botar os meninos dentro do carro e sair, só com os meninos...” (Carmem)

Portanto, de um modo geral, podemos ver que em relação às responsabilidades com as tarefas domésticas e educacionais nas famílias de origem, as mudanças são muito lentas, com pouca participação dos homens. Esta situação é ainda mais agravada nos casos em que houve separação do casal. Muitos homens casados já estão em seu segundo ou terceiro casamento e não moram com seus filhos,

ou parte deles. Por terem casado várias vezes, eles apresentam um número bem maior de filhos – de dois a quatro - do que as mulheres, que têm no máximo dois (ver Quadro 8). No depoimento abaixo, podemos ver um exemplo extremo do processo de afastamento de um pai, após a separação. Entre os outros pais separados, o afastamento foi relativo, mas o distanciamento da prática compartilhada de responsabilidades foi muito mais profundo.

“No começo não, a gente via nos fins de semana, ele deu uma bicicleta, a gente andava muito de bicicleta, íamos muito à praia, os três, mas aí, devagarzinho, ele, por exemplo, dizia, ‘ah, não vou ficar com vocês esse fim de semana’. Ou quando eu ligava, dizia ‘não, não posso’. E eu me lembro que um dia, ele, muito impaciente com a gente, na casa dele, ele pegou nós três, sentou e disse: ‘Olhe, eu não sei ser pai. Não sei como é isso. Não tenho mais paciência, pra vocês’ - Aí dizia : ‘(filho 1) chora por nada, você fica pedindo tudo, (filho 2) só quer saber de sair, de estar longe... eu não sei mais lidar com isso’. Eu devia ter uns 9 anos” (Bárbara)

Este pai é o exemplo extremo do pai que não se sente responsável, não se sente obrigado àquela relação. Está subentendido, para ele, que a paternidade é uma opção, contando com a suposição de que a maternidade é uma fatalidade, da qual a mulher jamais se eximirá.

As tarefas assumidas pelos pais, resumidas nos quadros abaixo, portanto, se referem somente ao período em que os pais ainda estavam juntos. Os separados ou onde houve viuvez da mulher estão em destaque.

QUADRO 7 - TAREFAS DOMÉSTICAS ASSUMIDAS PELO PAI, NA FAMÍLIA DE ORIGEM E SEPARAÇÃO OU NÃO DE CASAIS

Ego	Tarefas	Pais separados
Aline	Cozinhar, orientar tarefas escolares	Não
Bárbara	Dar banho nas crianças, vistoria de higiene, saúde e bons costumes (é francês)	Sim
Carmem	Não participava, não tinha tempo. Ajudou um pouco no início do casamento	Não
Diana	Não assumia nenhuma tarefa, é muito relaxado.	Sim Mãe e pai casaram novamente
Elisa	Levar filhos p/ escola	Separados Sob o mesmo teto

Fernando	Não assumia nenhuma tarefa Era muito “machista”	Não
Gustavo	Levar meninos p/ médico, fazer compras	Sim Pai casou novamente
Hugo	Cozinhar, lavar roupa (na França), feira	Sim Pai casou novamente
Ivan	Levar/buscar crianças na escola	Mãe viúva
Júlio	Levar/buscar na escola; acompanhar tarefas escolares; orientação sexual do filho	Sim/ Separou e pai morreu

QUADRO 8 - TAREFAS DOMÉSTICAS ASSUMIDAS PELO PAI, NA FAMÍLIA DE CONSTITUIÇÃO, SITUAÇÃO CONJUGAL E FILHOS

Ego	Tarefas	Situação conjugal	Filhos
Aline	Ele é quem cozinha e divide todo o resto (ele é francês e estão morando na França)	Casada	1 filho de 1 ano / 1 enteada de 12
Bárbara	Ajudou a cuidar do bebê, “dividia bem as coisas”	Separada	1 filho - 7 anos
Carmem	Quando não tinham empregada, ele cozinhava. É muito “papai brinquedo”	Casada	2 filhos - 7 e 5 anos
Diana	Solteira	Solteira	-
Elisa	Gosta de arrumar a casa, não gosta de bagunça. Já morou sozinho, sabe cuidar de uma casa.	Casada	1 filha – 1 ano
Fernando	Ele acha que ajudou bastante a cuidar da 1ª filha, mas não diria que foi meio a meio. Diz que a esposa “absorve muito as coisas”, é meio compulsiva	Casado	3 filhos – 7, 10, 12
Gustavo	Os filhos não são dele, mas ele ajuda a educar, levar p/ escola, principalmente a menina que é afilhada dele	2º casamento	2 enteados – 7, 15 anos
Hugo	Participou de todas as fases, cuidou desde bebê e faz questão de participar intensamente dos cuidados com os quatro filhos	3º casamento	4 filhos – 2º casamento: 13, 10 anos 3º casamento: 3 e 0 anos
Ivan	Levar filhos para a escola	2º casamento	4 filhos – 1º casamento: 21, 23 anos 2º casamento: 28 e 31
Júlio	Solteiro	Solteiro	-

O DIÁLOGO COMO FERRAMENTA FUNDAMENTAL NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA

O diálogo entre pais e filhos, peça fundamental da educação moderna e também da igualitária, aparece, ainda, como um talento da mãe. Este fato fica evidente quando vemos que, mesmo para os filhos homens, o diálogo era mais freqüente e íntimo com a mãe, na maioria das famílias:

“Ela era muito... ela tem uma capacidade de argüição muito grande, de convencimento pelo diálogo, ela tinha e ainda hoje tem. Ela centraliza muito, eu acho que quando a gente cresceu, a relação deles já era muito menos tensionada, por esse conflito de espaço, ela passou a centralizar mais as questões da casa... eu por exemplo, nunca, particularmente, discuti com meu pai nenhum conteúdo, nenhuma questão relevante sobre mim, era mais uma relação assim, autoritária.”

(Fernando)

“Veja, eu conversava mais sobre sexo, mais abertamente com a minha mãe. E era de uma forma natural. Talvez não fosse natural pra época. Foi uma coisa natural, de conversa, não me lembro se foi ela que chamou pra explicar... ou se eu fui atrás.” (Gustavo)

No primeiro depoimento, vemos que o pai era um modelo de pai tradicional, autoritário, que não dialogava e, no depoimento abaixo, vemos também que não queria dar liberdade às filhas de saírem com namorados. No entanto, conta o nosso entrevistado, que a mãe discutia com ele e conseguia impor a liberdade das filhas adolescentes. Ele diz “ela centraliza muito”, portanto, ela, com sua autoridade, foi quem deu o tom igualitário à família. Sua força pessoal também se deve à herança, pois sua família de origem tem uma forte história de participação política e na área de educação – ela é pedagoga.

“ela conquistou muito o espaço dela; como ela era uma pessoa muito forte, ela sempre discutia, por exemplo, em relação a minhas irmãs, quando estavam adolescentes, queriam sair, e meu pai sempre ficava brigando, sem querer deixar, dizia que o vestido tava curto... e mamãe sempre ficava enfrentando essas questões; ela era mais liberal.” (Fernando)

Outra entrevistada também faz referência à força de autoridade e de persuasão da mãe. Ao mesmo tempo em que afirma haver muita liberdade para os filhos, Aline sentia uma ambivalência na atitude da mãe, e acaba duvidando da autonomia das decisões – suas e de seus irmãos. A força da autoridade materna estava para além das palavras :

“As relações sempre foram de muito respeito à liberdade do outro. Minha mãe sempre foi um pouco mais autoritária em relação a meu pai. De vez em quando ela nos dizia: ‘se você quiser fazer, faça, mas eu preferia que você não fizesse’...e assim ela conseguia muitas vezes que não fizessemos algo que ela não queria que fizessemos, nos dando a impressão de que éramos nós que decidíamos.”(Aline)

Apesar de existir, entre a família de Aline e a de Fernando, o estímulo e o direito dos filhos a tomar suas próprias decisões, o julgamento dos adolescentes e

jovens adultos sobre o que seria a melhor decisão necessita fundamentar-se em princípios e valores - que são recebidos, principalmente, da família. Estaríamos, então, diante de uma contradição intrínseca ao contexto igualitário: a extrema sofisticação do diálogo da mãe resulta numa extrema dificuldade, para os filhos, em refutar seus argumentos – argumentos profundamente alicerçados de uma adulta culta, psicologizada, intelectual, experiente e com grande talento para a comunicação. Dessa maneira, torna-se difícil, para os filhos, algumas vezes, distinguir uma decisão autônoma de uma influenciada pela mãe. De qualquer forma, este fato não invalida a função democrática do diálogo, pois qualquer um tem que lidar com argumentos para tomar decisões e estes argumentos podem vir da família ou do mundo externo, mas só se tornarão seus a partir de uma reelaboração interna. Nas palavras de Piaget (1932): “A criança, repartida entre diversas correntes divergentes, apela necessariamente para sua razão, para unificar a matéria moral. Aí já há autonomia, mas, como a razão não cria deveres novos e se limita a escolher entre as instruções recebidas, essa autonomia permanece relativa” (Piaget, 1932:93).

A autonomia não se constrói sem angústia, em um desfrute feliz da liberdade, pelo contrário, como afirma Sarti (2000):

“Nas sociedades tradicionais [vale também para famílias], o indivíduo não tinha escolhas, mas não precisava se revelar em cada uma de suas ações e hábitos. Ele não podia escolher, mas tampouco conhecia a angústia de ter que escolher, um fenômeno moderno”(2000:44)

Embora estejamos tratando exclusivamente das relações entre pais e filhos a partir da adolescência, para compreender a construção da autonomia, devemos ampliar a abrangência do nosso olhar, retomando um pouco a infância. Piaget (1932), encarava de forma evolutiva o desenvolvimento da autonomia como valor para as sociedades humanas:

“Entre o respeito unilateral do pequeno, que recebe uma ordem sem réplica possível, e o respeito mútuo de dois adolescentes que trocam seus pontos de vista, há todos os intermediários. Nunca há coação pura, portanto, nunca há respeito puramente unilateral: a criança, por mais submissa que seja, tem a impressão de que pode ou poderia discutir, que uma simpatia mútua envolve as relações, por mais autoritárias que sejam. Inversamente, nunca há cooperação absolutamente pura: em toda discussão entre iguais, um dos interlocutores pode fazer pressão sobre o outro através de desafios, ocultos ou explícitos, ao hábito e à autoridade. Ainda mais, a cooperação aparece como termo-limite, como o equilíbrio ideal para o qual tende toda relação de coação: à medida que a criança cresce, suas relações com o adulto se aproximam da igualdade, e, à medida em que as sociedades evoluem, as representações coletivas dão mais margem à livre discussão entre indivíduos.”(Piaget, 1932:78)

Desta forma, assim como a coação e a cooperação são relativas, a autonomia também é. No entanto, trata-se de uma inevitável situação existencial moderna e não uma limitação momentânea do estado atual da família.

A transgressão das regras tem um preço – o castigo. Mas existe uma margem de escolha, e às vezes a escolha é transgredir, mesmo pagando o preço. O “espaço para transgredir” é a margem necessária para a experimentação:

“Sempre se teve espaço pra transgredir, inclusive, o que eu acho que é muito legal. Estabelece-se as regras, mas também se dá o espaço pra que você possa transgredir essas regras... agora saber que ‘transgrediu, você tem a consequência disso’. A gente nunca foi criado com essa coisa de medo de apanhar, de medo de ficar de castigo. Eu não tenho uma lembrança de violência. Agora eu tenho lembrança de ter apanhado, de ter ficado de castigo, ter ficado um mês sem sair de casa... isso rolava, mas isso nunca foi muito forte, muito marcante na vida da gente, pelo contrário, eu acho que as conversas, espaço pra você dizer muita coisa, sempre teve, disso eu sempre tenho lembrança. Discussões enormes, assim, a gente

adolescente, sobre até posturas mesmo da relação dos dois, visões de mundo, em relação a exemplos que a gente via fora...” (Carmem)

Em outra família, a morte do pai opera um corte com as tradições, uma maior proximidade entre a mãe e os filhos e uma maior autonomia entre os filhos, segundo o próprio entrevistado. A autonomia, está associada à decisão compartilhada sobre as regras e não mais referenciada na tradição. Ele associa a grande liberdade das irmãs com a postura da mãe, pelo fato de não impor regras unilateralmente – em outras palavras, a tradição seria a mãe comunicar uma regra estabelecendo o momento mais adequado para a atividade sexual:

“Eu acho que, de certa forma, com a morte do meu pai houve uma aproximação da família e a gente decidia as próprias regras, não existia mais uma coisa de manter as tradições, eu não lembro de ter visto minha mãe conversando sobre isso assim: ‘espere namorar bastante pra ter um relacionamento com um cara’ eu acho que nunca existiu, eu acho que minhas irmãs sempre foram muito liberais, conheciam um cara e quer transar com um cara, transa e pronto.” (Júlio)

O mesmo Júlio que elogiou a mãe por não interferir na vida sexual das irmãs, sente-se prejudicado pela suposta omissão da mãe em relação ao uso de maconha por ele.

“Então, eu estaria mais atento a isso [maconha], o que não significa ser careta, que eu não tenho como ser. Mas estar acompanhando isso mais de perto, coisa que minha mãe foi muito omissa, quer dizer, sabia, mas não sabia como lidar com a coisa. E, portanto, não fazia nada.

[E como seria lidar bem com a coisa?]

Seria não mistificar a coisa, fazer com que a coisa seja extremamente normal, tão normal que não estimule a curiosidade, não estimule ‘ah... vou fazer isso porque vou ficar doidão e estar doidão tá na moda’... dizer ‘isso não deixa ninguém doidão’, ‘isso faz isso, faz aquilo’... deixar de criar esse mito”. (Julio)

Vários entrevistados tiveram experiências com drogas, principalmente maconha, e percebem como positiva a atitude dos pais, quase sempre de não aprovar, tentar convencer de abandonar, mas não reprimir. A geração da maior parte dos pais conviveu, nas décadas de 60 e 70, com um significado bem diferente do de hoje em relação às drogas. Elas representavam uma contestação da visão de mundo tradicional, uma liberação da mente em relação às convenções.

“Os dois se juntaram, devem ter conversado antes, e foram lá, ‘conversa de pai e mãe’ com filho, bem compreensivos, aquela coisa bem... [tom de achar engraçado a pompa, a encenação]. E meu pai disse ‘eu entendo... fumei umas duas vezes, gostei, mas depois vi que não tem nada a ver’, essas coisas, mas não foram repressores. Não tinham conversado sobre isso antes (...) enfim não foi uma postura incorreta não, foi uma postura correta: nem foi repressor... queriam conscientizar, embora que, nessa idade, é meio difícil, com 15 anos de idade você... eu acho que minha mãe foi mais repressora comigo em relação ao cigarro do que propriamente com a maconha”(Gustavo)

“Meus pais nunca foram muito favoráveis. Minha mãe me confessou que, várias vezes, teve vontade de experimentar maconha, mas nunca teve coragem. No entanto, eles nunca nos disseram que não deveríamos experimentar as drogas. Eu particularmente experimentei várias entre 18 e 30 anos. Hoje fumo uma maconhazinha de vez em quando pra relaxar”(Aline)

“Eu sou caretinha, nunca nem experimentei, por medo mesmo. Não tive coragem. Os outros todos eu acho que já se aventuraram, mas acho que ninguém virou usuário. (irmão) acho que já andou conversando com mamãe, e ela conversou com a gente... sempre foi tranquilo, nunca vi fazer muito alarde não. A preocupação dela era sempre com a questão da segurança ‘pelo amor de Deus, cuidado com isso, é uma coisa...’ Mas ... até porque ninguém teve grandes problemas, então eu acho que... quem se aventurou a ir para seus experimentos, ficou numa coisa muito saudável, ninguém teve problema, então nunca precisou ser um grande drama”(Carmem)

“experimentar alguma coisa, experimentei algumas, nunca gostei de nada, também não tenho preconceito, mas nunca teve assim ‘não experimente, não use’, acho que você tem que saber, né, você tem que experimentar pra saber”(Elisa)

“Painho tem um monte de livro lá: LSD, não sei o que... acho que quando ele foi pros Estados Unidos ele fez um curso lá [tom de

brincadeira]; aí eu disse ‘painho, vou tomar um ácido’, e ele, ‘Não, minha filha, você tá muito nova, espere ficar mais velha’(Diana)

Mais uma vez, o diálogo aparece como instrumento para a ponderação sobre os valores e as conseqüências do problema em questão e para transmitir informações

Quando o diálogo não é suficiente para convencer o filho a cumprir seus “deveres”, o que se resume, praticamente, a estudar, a mãe recebe toda a culpa, pois a responsabilidade parecia ser somente dela. Como bem colocou Medina (1990): “No modelo de transição, tal responsabilidade [de cuidados com os filhos] é de ambos, pai e mãe, mas a sociedade ainda guarda como valor, a tradição de culpar sempre a mulher pelas ocorrências não desejadas” (1990: 21). No depoimento abaixo, o filho refere-se a um “desastre” pelo fato da mãe ser “completamente permissiva”, por ele ter várias vezes deixado de estudar e ela não ter sido dura, não tê-lo obrigado a continuar na escola.

“mas papai era assim [batia]; mamãe não, era mais na conversa (...) Mamãe aplicava mais castigo, papai ia na porrada (...) Mas ele não podia fazer nada [quando estavam separados]. Na argumentação, ele não tinha coragem de ser o careta da história, porque mamãe era completamente permissiva. Aí foi desastroso por isso [depois da separação]. Mas por outro lado teve coisas tão positivas...” (Hugo)

Este entrevistado, assim como Júlio, como já vimos, desejaria mais limites em sua própria educação. Júlio teve muitos conflitos com a mãe, quando ela descobriu que ele estava fumando maconha, na adolescência. Ela desesperou-se, mas depois, quando descobriu que, também, suas duas filhas e seus respectivos namorados, todos bem sucedidos, também fumavam, acalmou-se e deixou de pressionar. Ele tinha muitos problemas na escola, foi reprovado várias vezes e terminou não conseguindo passar no vestibular que desejava, arquitetura. Depois de tentar o vestibular várias vezes, sem sucesso, concluiu que a maconha tinha

atrapalhado sua vida profissional (ele cursou turismo). Na acusação dele, a mãe teria mistificado a coisa, levando-o à curiosidade. Ele diz que ela deveria tratar o fato como uma coisa normal, mas, na verdade, esperava que ela o tivesse impedido de fumar tanto, de faltar tanto às aulas, de não estudar o suficiente para alcançar seus objetivos. No entanto, ela, como boa parte das mulheres, foi educada, de acordo com o modelo tradicional, para cumprir o papel de mãe que aconchega, meiga e frágil, e não para impor limites, “castrar”, ter autoridade, enfim, o papel do homem. Como vimos, nem toda mulher se limita a cumprir estes papéis, e conseguem mesclar afeto e autoridade. Barros (1987) aponta estes valores – autoridade e afeto - como centrais no discurso dos avós de camadas médias, constituindo uma base para a representação de família e como “valores fundamentais que ordenam o campo onde se movimentam os membros de uma família” (Barros, 1987:137). Para os avós, a dificuldade em mesclar estes valores na relação com os netos seria menor do que para os pais, que priorizam a autoridade, pelo próprio papel a que são destinados. Para Lasch (1991) esta questão também é fundamental na relação entre pais e filhos: “é precisamente a conjunção de amor e constrangimento que capacita a criança a crescer e aceitar os constrangimentos da vida adulta sem perder a capacidade de amar”(1991: 223). No entanto, em muitos casos, as mães educadas em famílias tradicionais se sentem despreparadas para impor limites e estabelecer autoridade.

Carmem é um exemplo, entre as mulheres entrevistadas, de firme estabelecimento da autoridade materna na família de procriação:

“Eu faço mais o papel de vilã, sempre tem que ter um, né? Eu sou assim... (o marido), ele é uma referência de autoridade, mas ele é muito mais flexível, em algumas coisas, do que eu. Por exemplo, ele

não vê muito problema no menino sair com a camisa suja, eu não gosto disso.” (Carmem)

A esposa de Fernando também:

“Tem um pouco das características dela, ela é muito... uma coisa até que eu falo, uma coisa meio compulsiva(...) então com os filhos também ela tem uma coisa dela absorver muito as coisas pela própria postura dela, (...) e às vezes até tem cobrança dos outros por conta disso, porque na medida em que a pessoa assume muita coisa...” (Fernando)

Portanto, além da sobrecarga de trabalho e de responsabilidades da mulher, adiciona-se ao seu “padecer” a culpa por toda consequência considerada negativa, tanto pelos próprios filhos quanto por outros ao seu redor – o pai dos filhos, por exemplo.

Em outro depoimento, encontramos uma visão diferente da falta de autoridade, em um caso com um dos irmãos, citado como uma responsabilidade de ambos, pai e mãe. Embora nenhum dos dois tenha conseguido estabelecer uma autoridade com este filho, a mãe procurou resolver pelo diálogo e o pai “lavou as mãos”:

“A atitude dele [do pai] era dúbia porque ele fazia como quem lava as mãos, bota a responsabilidade pra mãe. O [irmão] peitava ele mesmo, peitava e aí ele nem partia pra uma atitude mais drástica - que raramente eu vi meu pai, nunca vi meu pai nem batendo em mim, nem muito menos no [irmão] – ou tomava uma atitude de botar de castigo, pra peitar, porque o filho peitava o pai, aí ele lavava as mãos... a minha mãe era mais na base da conversa. Muita conversa então eu acho que talvez foi uma coisa que faltou pra

gente... foi muita conversa e pouca autoridade. Não autoritarismo.”

(Gustavo)

A autoridade mais próxima, a da mãe - já que até esta tarefa, por enquanto, está caindo quase exclusivamente sobre seus ombros¹⁴ - está cada vez mais regida pelos valores igualitários, usando o diálogo como instrumento. Para ela talvez seja mais fácil, já que a socialização feminina tradicional já a presenteava com este talento. Associado ao afeto, o diálogo aproxima, constrói um ambiente de confiança mútua e treina os indivíduos para a sua utilização no ambiente de trabalho, na comunidade, etc. A sofisticação do diálogo entre estas pessoas também fornece vários instrumentos de construção da autonomia, tais como o conhecimento de si, dos outros, das regras, das relações sociais. Um diálogo propiciador, para Habermas (1989), de uma razão dialógica, nascida na argumentação, em um espaço no qual os pais procurem garantir um ambiente de liberdade e não-constrangimento, imprescindíveis a um acordo justo. “A razão comunicativa amplia a racionalidade para além dos aspectos estritamente instrumentais, isto é, abrange esferas de ação do universo social e pessoal, movendo a possibilidade de discussão e entendimento para questões que dizem respeito à interação simbólica entre os sujeitos, como as de caráter ético-moral” (Theobaldo, 2003:3). As questões de caráter ético-moral não são simplesmente transmitidas; são objeto de uma interação entre os indivíduos. Ou seja, os pais, durante o diálogo, também estão constantemente revendo suas posições, sendo alvo de questionamentos e sofisticando ainda mais sua base de argumentação.

¹⁴ Se, por um lado, este fato parece representar um aumento do seu poder, a aspiração das mães não se refere, ao que parece, a uma ampliação indiscriminada do poder. A autoridade sobre os filhos, tarefa mais difícil, hoje, do que nunca, não adiciona poder e sim mais responsabilidade, convertendo-se em um peso demasiado para uma pessoa só e o natural é que elas esperem tê-la compartilhada. Este fenômeno é mais uma perversa decorrência da desigualdade de gênero, que agora assume novas faces.

O diálogo é um processo no qual as relações se constroem, as identidades se estruturam e se renovam.

Este é o ideal, a meta dos relacionamentos familiares entre as famílias em foco. Os níveis de realização deste projeto variam imensamente de uma para outra. Em uma das famílias, por exemplo, ficou claro que determinadas limitações psicológicas da mãe impediram o estabelecimento do diálogo. Essa falta, aliada a uma tentativa de evitar o autoritarismo, resultou no que a sociedade costuma apontar como “permissividade” e a uma tragédia familiar muito dolorosa. Mas este foi um caso extremo, que não representa uma tendência, mas apenas o somatório de uma série de circunstâncias desfavoráveis, entre elas a extrema solidão de uma mulher para educar seus filhos, trabalhando o dia inteiro fora de casa. Nos demais casos, nos quais os próprios filhos identificam ter havido uma certa “permissividade”, o diálogo esteve sempre presente, mas não foi suficiente para convencer alguns dos filhos a seguir o caminho socialmente esperado dos estudos, trabalho e independência financeira. No entanto, não podemos afirmar que este tipo de evento só ocorra em famílias que “permitem” que o filho não estude, não trabalhe. Apenas a reação dos pais é diferente: é provável que na família tradicional haja uma relação mais violenta, de ameaças, de expulsão e discursos baseados em acusações preconceituosas quanto à personalidade do filho transgressor. Enquanto isso, nas famílias pesquisadas, os pais psicologizam a explicação da questão, sentem-se culpados - ou, no mínimo, responsáveis em parte - e procuram soluções alternativas, dialogando, como sempre, e respeitando as idiosincrasias do filho.

Os conflitos, as impressões negativas sobre alguns caminhos tomados pelos filhos, podem muitas vezes resultar na “sensação de fracasso”, na idéia de que tenha havido um desequilíbrio na dose de autoridade necessária. Mas este é o preço do

processo de busca, de mudança; não há como atingir o ideal. Além disso, usando a expressão de Medina (1990) - “modelo de transição”-, se estamos em uma transição, é que ainda estamos tateando em meio às brumas, procurando o caminho das pedras. Talvez, numa fase posterior, haja uma maior sensação de solidez quanto às estratégias, mas nunca deixaremos de estar em transição.

8. Considerações Finais

As famílias enfocadas neste estudo estão em constante transformação, procurando cotidianamente adequar sua prática à sua teoria – inspirada pela ideologia igualitária. Nelas, as formas hierárquicas de relações familiares são rejeitadas, na

intenção de construir uma nova forma de relação familiar, na qual o autoritarismo da figura masculina procura ser abolido. As novas bases são a igualdade (na diferença) de gênero, a co-responsabilidade com os filhos, a realização pessoal, a liberdade, a busca da autonomia. As famílias de origem estão inseridas no universo de camadas médias urbanas, com alto nível de instrução, muitos das mães e pais com pós-graduação, com um padrão de vida alto e estável, adquirido através de suas profissões, na maior parte profissionais liberais. Vaitsman (1994) descreve este segmento da seguinte maneira:

“um estrato social que emergiu e expandiu-se a partir dos anos 70, com o aprofundamento da modernização e o crescimento das atividades industriais, administrativas, científicas, técnicas, acadêmicas e culturais. De um modo geral, esta categoria corresponde ao que Gouldner (1979) chama de nova classe, composta por tecnocratas – a *intelligentsia* técnica – e os intelectuais. Segundo Gouldner, o que caracteriza este grupo é o fato de seus membros compartilharem uma ideologia comum, a cultura do discurso crítico, que consiste em: a) justificar suas afirmações; b) não invocar autoridade em seu modo de justificação; c) obter o consentimento voluntário daqueles a quem se dirige, com base nos argumentos apresentados.”(1994: 83)

Os contornos que definem socialmente este segmento, portanto, são associados a critérios simbólicos, profissionais e educacionais, referentes a um estilo de vida e visão de mundo próprios.

A principal estratégia utilizada pelas famílias em foco para atingir os ideais igualitários, foi o diálogo. Este instrumento está associado à postura igualitária, já que é uma forma democrática de solução de conflitos, tanto para a relação do casal como para a relação entre pais e filhos. Ele tem a vantagem de ser um talento desenvolvido neste segmento social, por várias razões. O alto nível de instrução permite uma sofisticação de argumentos que possibilita uma minuciosa análise das questões debatidas. A consciência de direitos e deveres, advinda do alto nível de informação permite a criação de um maior equilíbrio de forças, um ambiente mais

propício ao não-constrangimento de qualquer uma das partes. Além disso, o diálogo torna-se uma ferramenta para a interação do indivíduo no ambiente de trabalho, na comunidade, no espaço público.

No Brasil, a ideologia igualitária foi extremamente entrelaçada com a política. A década de 60 foi um período de grande engajamento político de esquerda, intensificado na resistência contra a ditadura militar. Este engajamento se diversificou nos movimentos que lutavam por mudanças de comportamento, como o movimento feminista, cujas aspirações tinham conseqüências diretas sobre a família. Este contexto provoca uma maior politização do processo de mudança na família brasileira de camadas médias. Ou seja, os princípios, estratégias e instrumentos, como o diálogo, são profundamente marcados pela experiência política. A convivência com as idéias e/ou atividades políticas democráticas no interior da família evita que ela se torne um espaço fechado e provoca uma abertura para a ação dos seus membros no espaço público.

Podemos dizer que, para a família igualitária ideal, entre os dois espaços se estabelece uma troca; a família se beneficia dos direitos e instrumentos da democracia política e devolve a dádiva de cidadãos solidários, éticos e participativos.

Esta politização termina por se refletir em outros espaços. A preocupação com o social leva a uma noção de longo prazo, em relação ao futuro da humanidade e da sociedade brasileira. Como conseqüência, leva também à compreensão de que as futuras gerações são seus filhos e netos, e da responsabilidade em educá-los com uma visão de mundo igualitária. Talvez aí esteja a explicação para a visão particular que este grupo tem sobre a família. Poderíamos objetar que o orgulho e a admiração pela família, pelos pais, o gosto pela coesão familiar, encontrados nos depoimentos, fossem heranças tradicionais, um fenômeno de *desmapeamento*, como quer Sérvulo

Figueira (1987) - a coexistência de valores e normas tradicionais e modernos - (e não a ausência de “mapas” ou orientação). Entretanto, podemos, também, admitir como fator determinante, o próprio efeito positivo do diálogo, da maior proximidade entre as gerações, que aprofunda e fortalece os laços familiares. Além disso, o fenômeno do “sentir-se diferente” das outras famílias gera uma coesão interna como instrumento de defesa.

“Eu acho que na primeira parte da nossa educação, na infância, foi muito positiva. Eu acho que a autonomia que eles nos deram, o poder de influir, de dar opinião, de se colocar... e, sobretudo, fizeram a gente acreditar que a gente era diferente dos outros. Isso, claro que tem uma coisa negativa, mas tem uma coisa muito positiva: até hoje eu, assim, eu tenho... isso pra mim é como um centro: eu tenho quer ser diferente das outras pessoas. Porque o senso comum é uma vala, né...” (Hugo)

“Completamente diferente. Lá em casa, a gente morava num terreno grande, bastante grande e a gente, lá, era o refúgio dos ‘doidos’, dos que pensavam diferente do pensamento normal, estatístico... e meus pais recebiam muitas críticas, dos amigos, principalmente as mulheres. A crítica era mais as mulheres, em cima de mamãe, mas ela segurava a barra nunca fez nenhuma menção de reprimir” (Ivan)

Partindo desta observação, podemos perceber uma certa relativização do individualismo, com uma forte centralização na família, no grupo. A coesão familiar e o centramento nos filhos são detectados por Sorj e Goldenberg (2001) em famílias judias do Rio de Janeiro, os quais afirmam:

“A família coesa, centrada nos filhos, aparece aqui como um projeto de auto-realização de um estilo de vida familiar, uma decisão livre na qual a mulher pode – ou pelo menos idealiza – contar com a parceria do marido judeu que, graças à sua cultura étnico/religiosa e sua preocupação com a transmissão cultural aos seus descendentes, compartilharia este projeto.”(2001: 118)

No entanto, como já foi visto, o individualismo também diz respeito à individualização de grupos - tal como a família - o que constituiria uma expressão coletiva do individualismo. Entre as duas forças antagônicas internas à família

igualitária, a força centrífuga, que enfatiza os projetos pessoais e atua contra a coesão interna, estaria sofrendo um processo de enfraquecimento; enquanto isso, a força centrípeta, associada ao individualismo coletivo, excluindo estes núcleos igualitários da maioria das famílias da sociedade, contribui para uma maior coesão interna.

Outra possibilidade interpretativa, mas que não exclui a primeira, é aquela também já abordada, da superação de uma espécie de individualismo radical, narcisista-solitário, para uma forma de indivíduo solidário, participativo mas não englobado, para o qual há uma re-significação do social, um encontro não hierarquizado entre indivíduo e sociedade.

Praticamente todas as nossas famílias elegeram, portanto, o diálogo como o grande catalisador da coesão familiar, gerando, na maioria dos filhos, uma impressão bastante positiva dos resultados. A família, assim, assume seu novo papel na *polis* - politizada, politizando seus membros.

Do ponto de vista da sexualidade, vimos como as soluções são procuradas caso a caso. A liberdade de usar o quarto para namorar pode se iniciar com regras pré-estabelecidas, discutidas entre pais e filhos ou ao sabor dos acontecimentos, por uma pressão dos filhos. Este tipo de ocorrência mostra como, aos poucos, os pais vão sendo colocados diante de novas situações para as quais ainda não haviam elaborado uma postura. Os filhos percebem a possibilidade de abertura do espaço e pressionam, experimentam, até que os dois lados se coloquem frente a frente para delimitar seus direitos, sua privacidade, os cuidados, etc. A gravidez indesejada ocorre freqüentemente, apesar das recomendações, conversas e conselhos. O aborto foi a solução escolhida em alguns casos, com participação e apoio dos pais. As filhas têm o mesmo espaço de autonomia que os filhos homens, diante do controle da sexualidade. No caso em que o pai era mais conservador e procurava controlar, a mãe intercedeu em favor da liberdade de escolha das filhas. Todos os entrevistados percebem de forma positiva a liberdade sexual que tiveram; os que já têm filhos pré-adolescentes pretendem manter esta postura e o único que já tem filhos adultos também se manteve igualitário em relação à sexualidade dos filhos e filhas.

A maioria dos pais abandonou a religião e não deu orientação religiosa para os filhos. Os filhos deram continuidade a esta postura, já que quase todos se declaram sem religião. A razão deste afastamento fica claramente associada ao

conteúdo tradicional da maior parte das religiões, que defende a hierarquia de gênero e geração, entrando em contradição com a ideologia igualitária.

Em relação à orientação profissional, percebe-se a valorização da realização pessoal, com um estímulo à procura do “fazer o que gosta”; das profissões com atuação nos problemas sociais, em busca da igualdade e da justiça social; de atividades artísticas, ainda que algumas vezes secundárias; em detrimento de profissões marcadas pela competitividade e hierarquia ou voltadas para o sucesso econômico e a ascensão social. Muitos entrevistados desenvolvem atividades paralelas, que podem proporcionar um complemento da realização pessoal, a qual nem sempre pode ser plenamente satisfeita com a profissão principal, oficial. Estas atividades complementares, geralmente, são artísticas ou de participação em associações comunitárias e ONGs, por exemplo. Esta diversificação de atividades já foi identificada por Vaitsman (1994) como uma aspiração deste segmento. A autora cita Marx e Engels, já expressando esta postura: “caçar pela manhã, pescar à tarde, pastorear ao anoitecer, criticar após o jantar, conforme minha vontade, mas jamais me tornar caçador, pescador, pastor ou crítico” (Marx, Engels *apud* Vaitsman, 1994:191)¹⁵. Desde a infância, a maioria dos filhos é dirigida a escolas “alternativas”, que priorizam a “formação sócio-afetiva do que o conhecimento puro e simples”, como diz uma entrevistada. Esta formação, associada à psicologização que caracteriza este segmento, resulta, em muitos casos, em uma fraca pressão para os estudos, pelo temor de traumatizar os filhos, de ser autoritário. Esta liberdade de escolha e de comportamento faz com que muitos filhos adotem um estilo de vida alternativo e se mantenham por longo período da vida adulta, financeiramente dependentes dos pais, parcial ou completamente.

¹⁵ Marx, Karl e Engels, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979; *Apud* Vaitsman

A busca da autonomia, valor fundamental da proposta igualitária, enfrenta, muitas vezes, situações contraditórias e conflitos de autoridade. Não existem fórmulas; as relações de poder entre indivíduos que não se moldam segundo papéis pré-determinados são constantemente mutantes, relativas às idiossincrasias individuais, aos contextos específicos, às negociações consecutivas. Esta nova forma de lidar com o poder provoca muitas crises familiares, pois não é um processo fácil de se conduzir. Nos casos onde a mãe fica só, diante da imensa tarefa de educar os filhos, o problema pode ser ainda mais difícil. Uma das razões é o fato de que estas mães foram socializadas em contextos tradicionais e, portanto, não foram treinadas para exercer a autoridade máxima na família, ainda mais uma autoridade solitária, não-compartilhada com o homem.

Observando as relações entre pais e filhos, verificamos que os conflitos, resolvidos pelo diálogo, não chegaram a provocar uma ruptura entre as gerações. As declarações destes filhos são exatamente o oposto dos depoimentos dos entrevistados de minha primeira pesquisa, nascidos em famílias tradicionais. Estes diziam ter projetado deliberadamente constituir uma família quase inteiramente diferente da sua família de origem. Tanto no que diz respeito à relação conjugal quanto à educação dos filhos, os princípios eram justamente a expressão da oposição entre tradicional/hierárquico *versus* moderno/igualitário. No caso atual, quase todos se declaram dispostos a dar continuidade à maioria dos princípios, regras e hábitos das famílias de origem. As exceções estão concentradas, em primeiro lugar, em relação ao desempenho paterno, pois grande parte julga o pai ainda pouco participativo – o que representa uma crítica a elementos tradicionais sobreviventes, confirmando a adesão aos ideais igualitários. Em segundo lugar, encontramos a impressão, para alguns, de que houve um “erro de dosagem” na autoridade, resultando em uma certa

permissividade. Interpreto a crítica como a percepção da necessidade de ajustes em um sistema em transição e não como uma volta a valores tradicionais, como poderia parecer a uma observação superficial. Esta situação é bem distinta dos contextos mais comuns nas pesquisas sobre família urbanas de camadas médias, nas quais os conflitos entre as gerações são profundos. Salem, por exemplo, conclui haver entre as gerações de pais e filhos da sua pesquisa, “a coexistência entre visões alternativas e conflitantes da realidade” (Salem:1980:204) e um conseqüente “hiato intergeracional”. Ou seja, no nosso caso, não há uma ruptura; a ideologia igualitária representa, para os filhos, a referência de valores que norteia o casamento e a educação dos filhos. Este fato talvez acentue o valor da família para estes indivíduos, para além da grande importância já determinada pela sociedade brasileira para esta instituição.

A permanência de elementos tradicionais, embora seja uma ocorrência comum, ocupa um espaço bem inferior àquele ocupado pelos elementos inspirados na igualdade. O diálogo e a negociação tratam de denunciar e analisar suas aparições, travando uma luta cotidiana contra eles. Neste sentido, pode-se dizer que há uma hierarquia de valores, na qual o tradicional e a própria hierarquia são “englobados”. É interessante notar que a hierarquia, para Dumont, é uma ordem resultante do emprego do valor; entretanto, aqui, o valor (da igualdade) subordina a hierarquia, tornando-a um desvalor, um contrário englobado, um resquício.

No entanto, esta segunda geração não está transformando o modelo dos pais em uma tradição, no sentido de um modelo a ser seguido, pois o espírito de aperfeiçoamento contínuo da família permanece vivo. Ou seja, o que ocorre é a reprodução dos valores e não a reprodução do comportamento, já que este se

encontra em processo contínuo de ajustes, questionamento, crítica, enfim, aperfeiçoamento.

O processo de democratização, ou a radicalização da democracia, em todas as esferas de convívio humano, não são uma tarefa realizável em uma ou duas gerações. As mudanças de comportamento são lentas - embora hoje em dia, mais rápidas do que nunca - e, como vimos, não interessam a todos da mesma maneira. Até agora, as mulheres e os jovens foram responsáveis pela maior pressão para as mudanças no âmbito da família, mas, aos poucos, os homens estão percebendo o quanto estas mudanças podem ser benéficas para eles. Por outro lado, não acompanhá-las pode provocar um isolamento cada vez maior dos homens em relação ao ambiente afetivo da família. A “fuga do compromisso” atitude comum no homem moderno, como diz Castells, é uma atitude extremamente associada ao individualismo narcisista, já que o pai das sociedades tradicionais tem uma obrigação moral sobre seus filhos da qual não pode fugir. Entre os homens do universo aqui investigado, confrontam-se duas posturas antagônicas: a da paternidade responsável, construída a partir dos valores igualitários e a do individualista solitário, que se auto-exime de suas responsabilidades. Estas posturas podem se encontrar em estado mais ou menos mesclado ou, em alguns casos, quase em estado puro, como o pai separado de uma entrevistada que declarou aos filhos sua desistência, por “não saber ser pai”.

Dentro de algum tempo poderemos, em pesquisas posteriores, verificar o desenvolvimento das relações igualitárias nas famílias de procriação desta segunda geração, quando já tiverem filhos adolescentes e adultos. Desta forma, será possível confrontar o estágio atual de suas impressões sobre a família com um estágio que incorpore a experiência vivida com a educação dos próprios filhos adolescentes. Além disso, poderemos confirmar, ou não, o processo de superação da hierarquia de

gênero e do autoritarismo, que, supostamente deverá ser menos presente em indivíduos socializados em um ambiente familiar igualitário. Na presente pesquisa, alguns casos já indicam esta tendência, embora ainda sejam poucos para proporcionar uma análise mais aprofundada. Entretanto, mesmo neste momento, ainda deveremos manter em mente a idéia de que a família igualitária é uma utopia em construção.

9. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M. da Conceição Lafayette de. **Em Busca da Igualdade. Um estudo de casais de camadas médias urbanas no Recife.** Recife, UFPE, 1987.(Tese de mestrado em Antropologia).

- ARENDR, Hannah. 2000. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- ARY, Zaíra. 2000. **Masculino e Feminino no Imaginário Católico**. São Paulo: Annablume Comunicação.
- ARY, Zaíra. 1982. **Domesticidade: “Cativoiro” Feminino?** Rio de Janeiro: Edições Achiamé/ Centro da Mulher Brasileira.
- BALANDIER. 1986. **Antropo-Lógicas**. São Paulo: Cultrix.
- BARROS, Myriam L. 1987. **Autoridade e Afeto**. Avós, filhos e netos ma família brasileiras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BOURDIEU, Pierre. 1999. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand
- CARVALHO, M^a do Carmo B.C.(org.)2000. **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: Cortez Editora.
- CASTELLS, Manuel. 2000. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra.
- CICHELLI, Vincenzo. 2001. Repensar os laços entre pais e filhos fora da aporia conflito/entendimento. In: **Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares**. Rio de Janeiro: UERJ, ano 3, n.2, p. 247-265. jul./dez.
- CICHELLI-PUGEAULT, Catherine; CICHELLI, Vincenzo. 1998. **Les Théories Sociologiques de la Famille**. Paris: Éditions de la Découverte.
- CORRÊA, Mariza. 1982. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. In: CORRÊA, Mariza. **Colcha de Retalhos: Estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense.
- COSTA, Jurandir Freire. 1986. **Violência e Psicanálise**. São Paulo: Graal

COSTA, Jurandir Freire. 2002. **Sexo é Mercadoria**.

www.jfreirecosta.hpg.ig.com.br (02-02-2003)

DAMATTA, Roberto. 2000. **A Casa e a Rua**. Rio de Janeiro: Rocco.

DAMATTA, Roberto. 1986. **O que Faz o Brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco.

DANTAS, V.; SIMON, I.M. 1982. **Poesia Concreta**. Col. Literatura Comentada. São Paulo: Abril Cultural

DUMONT, Louis. 1993. **O Individualismo** – uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco.

ENGELS, Friedrich. (1964). **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda.

FIGUEIRA, Sérvulo A. (org.). 1987. **Uma Nova Família?** O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Zahar.

FIZE, Michel. 1990. **La Démocratie Familiale** – Evolution des relations parents-adolescents. Paris: Presses de la Renaissance.

FOUCAULT, Michel. 2002. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal.

FREYRE, Gilberto. 1966. **Casa-Grande & Senzala**. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal. Recife: Imprensa Oficial do Governo do Estado de Pernambuco.

GARCIA, Clarissa G. 1999. **Metamorfose Subterrânea**: a família em reconstrução nas camadas médias urbanas. Monografia de conclusão do curso de graduação em ciências sociais.

GIDDENS, Anthony. 2000. **A Terceira Via**. Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record

GIDDENS, Anthony. 1993. **A Transformação da Intimidade**. Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas. São Paulo: UNESP.

GODELIER, Maurice. 2001. **O Enigma do Dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GOLDANI, Ana M^a. 1993. As Famílias no Brasil Contemporâneo e o Mito da Desestruturação. **Cadernos Pagu**. Nº 1, p. 67-110

GOLDENBERG, M.; SORJ B. 2001. Um Novo Modelo de Família: coesão e centramento nos filhos. In: **Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares**. Rio de Janeiro: UERJ, ano 3, n.2, p. 113-120. jul./dez.

HABERMAS, Jurgen. 1989. Consciência Moral e Agir Comunicativo. : Tempo Brasileiro

HEILBORN, Maria Luiza. 1993. Gênero e Hierarquia – A Costela de Adão Revisitada. **Revista de Estudos Feministas**. Vol.1 Nº 1.

LASCH, Christopher. 1991. **Refúgio num Mundo sem Coração** – A família: santuário ou instituição sitiada? São Paulo: Paz e Terra.

MATOS, Olgaria C. F. 1981. **Paris 1968: As Barricadas do desejo**. Col. Tudo é História. São Paulo: Brasiliense.

MEAD, Margaret. 1969. **O Conflito de Gerações**. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

MEDINA, Carlos A. 1990. Família, ontem, hoje, amanhã. In: **Debates Sociais**. Rio de Janeiro: Seminário PUC/ RIO – Número Especial, Novembro.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana M^a. 1987. Família e pedagogia: nostalgia do tradicional ou carência do novo? In **Uma Nova Família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar.

PARKER, Richard. 1991. Sexual Diversity, Cultural Analysis, and AIDS Education in Brazil. In HERDT, Gilbert; LINDENBAUM, Shirley. **The Time of AIDS: Social Analysis, Theory and Method**. Newbury Park, CA: Sage Publications.

PIAGET, Jean. 1932. **O Julgamento Moral na Criança**. São Paulo: Ed. Mestre Jou.

QUADROS, Marion T. 1996. **Construindo uma Nova Paternidade?** As representações masculinas de pais pertencentes às camadas médias em uma escola alternativa do Recife, Pernambuco. Recife: Dissertação de Mestrado em Antropologia Cultural – UFPE.

SALEM, Tania. 1980. **O Velho e o Novo** - Um estudo de Papéis e Conflitos Familiares. Petropolis: Vozes.

SALEM, Tania. 1989. **O Casal Igualitário**: Princípios e Impasses. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. N. 9 vol. 3 fevereiro de 1989 publicação quadrimestral. Versão em CD-Room.

SALEM, Tania. 1986. **Famílias em Camadas Médias**: Uma Perspectiva Antropológica. BIB, Rio de Janeiro, n.21, pp.25-339. 1º semestre.

- SARTI, Cíntia. 2000. Família e Individualidade: um problema moderno. *In: Carvalho, M^a do Carmo Brant de. (org) A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: Cortez Editora. P. 39-49.
- SCOTT, Russell Parry. 1996. **A Etnografia da Família de Camadas Médias e de Pobres Urbanos: Trabalho, Poder e a Inversão do Público e do Privado**. *In: Scott, R. P. Revista de Antropologia – Pesquisando Gênero e Família*. V. 1, N^o2. p.142-160.
- SCOTT, Russell Parry. 2003. Patriarcalismo e Idéias Salvacionistas. *In: SCOTT, R. Parry; ZARUR, Jorge (orgs.). Identidade, Fragmentação e Diversidade na América Latina*. Recife: Ed. Universitária - UFPE (no prelo).
- SEGALEN, Martine. 1993. **Sociologie de la Famille**. Paris: Armand Colin Éditeur.
- THEOBALDO, M^a Cristina. 2003. **Comunicação: Racionalidade, Ética e Educação**. <http://www.cbfc.com.br/biblioteca/biblio3-6.htm> (15-02-2003)
- VAITSMAN, Jeni. 1994. **Flexíveis e Plurais. Identidade, Casamento e Família em Circunstâncias Pós-modernas**. Rio de Janeiro: Rocco.
- VELHO, Gilberto. 1978. **A Utopia Urbana**. Rio de Janeiro: Zahar.
- VELHO, Gilberto. 1994. **Individualismo e Cultura**. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar.
- VENTURA, Zuenir. 1988. **1968: O ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- VITALE, M^a Amália F. 2000. Socialização e Família: uma análise intergeracional. *In: Carvalho, M^a do Carmo Brant de. (org) A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: Cortez Editora. P. 89-96.

ZAGURY, Tânia. 1991. **Sem padecer no Paraíso**. Em defesa dos pais ou Sobre a tirania dos filhos. Rio de Janeiro: Record.

10. ANEXOS

ANEXO 1

Roteiro de entrevista

É importante registrar que nossa pesquisa é confidencial. Os nomes e dados das pessoas entrevistadas não serão revelados em nenhuma hipótese. No relatório final, os resultados serão apresentados de forma impessoal e somente serão citados dados referentes a sexo, idade, classe social, nível de instrução e opiniões diversas sem, no entanto, ligar nenhuma informação à pessoa. Alguns depoimentos serão selecionados para transcrição, mas serão apresentados com pseudônimos.

Obs: Apontar, sempre que houver, diferenças na educação entre filhos e filhas

FAMÍLIA DE ORIGEM

- Breve histórico da família: suas origens sociais, culturais,
- Atuação política,
- Composição familiar (descrição do grupo: nº de filhos, idade atual, profissões);
- Condição sócio-econômica da família de origem desde o casamento dos pais até hoje;

- Relações de poder – entre mãe e filhos/filhas,
entre o pai e filhos/filhas
entre o casal: Decisões quanto a educação, orçamento,
 - formas de autoridade, estratégias para solução de conflitos: eram usados castigos? Como eram aplicados? Os filhos obedeciam? Os pais batiam?
- Quais os maiores conflitos nas relações entre pais e filhos?
- Durante a adolescência, analisando hoje, você diria que era mais influenciada pelos amigos ou pela família?
- Divisão de tarefas entre seus pais: tarefas domésticas assumidas regularmente e esporadicamente, cuidados com os filhos e outras.

- De que modo os pais se relacionavam com a escola, psicólogos e outras interferências externas à família?
- Havia critérios para escolha das escolas? Em que tipo de escola estudaram

- Quando você era criança e adolescente, você percebia sua família como diferente das outras, de seus colegas de escola? A escola, os psicólogos, exprimiram alguma idéia acerca disso?
- Controle: de horários, com quem sair, liberdade de ir e vir, etc.
- Posição dos seus pais quanto à orientação sexual (virgindade, informações, namorado dormir na casa, etc.); e a sua forma de pensar e de agir à época;
- Posição dos seus pais quanto à orientação profissional; e a sua forma de pensar e de agir à época;
- Posição dos seus pais quanto ao uso de drogas; e a sua forma de pensar e de agir à época;
- Posição dos seus pais quanto à religião; e a sua forma de pensar e de agir à época;
- Atividades cotidianas e envolvimento com

FAMÍLIA DE CONSTITUIÇÃO (SE TEM)

- Composição familiar (descrição do grupo: nº de filhos, idade atual, profissão do seu(sua) companheiro(a));
- Condição sócio-econômica da família
- Seu projeto pessoal de família: Planejou? Quais aspectos da família de origem pretende manter/ manteve, quais os que pretende mudar/mudou;

- Relações de poder – entre você e seu(a) companheiro(a); entre você e filhos/filhas, entre seu(a) companheiro(a) e filhos/filhas; formas de autoridade; estratégias para solução de conflitos;
- Castigos? Palmadas?
- Controle: de horários, com quem sair, liberdade de ir e vir, etc.

- Divisão de tarefas entre você e seu(a) companheiro(a): domésticas, cuidados com os filhos, e outras;
- Qual sua forma atual de pensar e de agir quanto ao uso de drogas?
- Qual sua forma atual de pensar e de agir quanto à religião?

(SE TEM FILHOS)

- De que modo vocês se relacionam com a escola, psicólogos e outras interferências externas à família?
- Qual sua forma atual de pensar e de agir quanto à orientação sexual dos filhos?

- Qual sua forma atual de pensar e de agir quanto à orientação profissional dos filhos?

CASO VOCÊ QUEIRA ABORDAR OUTROS TEMAS CORRELACIONADOS, SINTA-SE À VONTADE. O ROTEIRO É UMA ESTRUTURA GERAL QUE DEVE SER ENRIQUECIDO COM A SUA EXPERIÊNCIA ESPECÍFICA.

ANEXO 2

**LISTA DE RECORRÊNCIAS
QUE APARECEM EXPLICITAMENTE NO DISCURSO**

1. Livre expressão de idéias - abertura para argumentação com os filhos
2. O “Não” explicado: necessidade de argumentação por parte dos pais, para obter a compreensão, por parte dos filhos, das razões e valores que devem reger seus comportamentos.
3. Sentir-se “diferente dos outros”: sentimento de que sua família é diferente das famílias dos colegas de escola, da vizinhança – mais aberta a conversas e negociações, menos conservadora em relação a sexo, drogas, religião.
4. Ausência de proibição/ repressão à atividade sexual dos filhos adolescentes.
5. Direito de dormir/transar com o namorado(a) no próprio quarto.
6. Orientação sexual: informações e conversas sobre sexo entre pais e filhos
7. Escolha de escola “alternativa”: escola aberta para que o aluno expresse suas opiniões, com estímulo à análise crítica, à sensibilidade artística e à criatividade, à formação sócio-afetiva. Preferência por escolas não religiosas.
8. Ocorrência de tarefas domésticas assumidas pelo homem.
9. Ausência de privilégios e diferenças nítidas entre a educação de filhos e filhas.
10. Ausência de orientação religiosa.
11. Liberdade de escolha da profissão, sem pressão.
12. Valorização da realização pessoal em detrimento de uma escolha orientada pelo status, pelo dinheiro, poder e competição. Uma espécie de ideologia de esquerda, que valoriza ocupações visando a defesa e a emancipação dos fracos e oprimidos, dos pobres,
13. Ausência de repressão ao consumo de drogas: orientação, conversas, e tentativa de desestimular, valorizando a produtividade e a saúde.
14. Autoridade regida pela argumentação, pelo diálogo.
15. Castigo: estratégia mais comum, quando o diálogo não funcionava
16. Conflitos mais comuns: controle do ir e vir, horários para sair e voltar.
17. Atividade política de esquerda
18. Casamento (união) informal
19. Vários casamentos ao longo da vida

Obs: Ver no quadro seguinte a ocorrência por família

Anexo 3

Quadro 9

Recorrências que Aparecem Explicitamente no Discurso

Famílias de Origem

RECORRÊNCIAS	FAMÍLIAS									
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1.	X		X		X	X	X	X	X	X
2.	X		X		X	X		X	X	X
3.		X				X	X	X	X	
4.	X		X	X	X			X	X	X
5.	X		X	X	X			X	X	X
6.	X		X	X	X	X	X	X		X
7.			X	X	X	X		X		X
8.	X	X					X	X		X
9.	X	X	X	---	X		---	X	X	
10.	X		X	X	X	X	X	X		
11.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
12.			X			X		X		X
13.	X		X	X	X	X	X	X	X	
14.	X		X		X	X	X	X	X	X
15.		X	X				X	X		X
16.	X		X	X		X	X			X
17.	X	X	X		X	X	X	X		
18.										
19.				X	X		X	X		
Total	13	6	15	10	13	12	12	17	8	13

* Famílias onde só havia filhas mulheres ou filhos homens

